



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro Biomédico
Instituto de Medicina Social

Tatiana Reich

Produtivismo e universidade: impactos sobre a vida acadêmica

Rio de Janeiro
2015

Tatiana Reich

Produtivismo e universidade: impactos sobre a vida acadêmica

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique de Almeida Rodrigues

Rio de Janeiro

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CB/C

R347 Reich, Tatiana.
Produtivismo e universidade: impactos sobre a vida acadêmica. /
Tatiana Reich. – 2015.
119 f.

Orientador: Paulo Henrique de Almeida Rodrigues.
Dissertação (Mestrado) Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Medicina Social.

1. Pós-graduação – Avaliação – Brasil. 2. Saúde coletiva -
Teses. 3. Comunicação nas ciências – Teses. I. Rodrigues,
Paulo Henrique de Almeida. II. Universidade do Estado do
Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social. III. Título.

CDU 378.046.021.68(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial
desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Tatiana Reich

Produtivismo e universidade: impactos sobre a vida acadêmica

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 26 de outubro de 2015.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique de Almeida Rodrigues

Instituto de Medicina Social – UERJ

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Roseni Pinheiro
Instituto de Medicina Social – UERJ

Prof. Dr. Ruben Araújo de Mattos
Instituto de Medicina Social – UERJ

Prof. Dr. Carlos Henrique Assunção Paiva
Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ/RJ

Rio de Janeiro

2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família, aos meus amigos e professores.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof. Dr. Paulo Henrique de Almeida Rodrigues por toda sua disponibilidade, dedicação e ajuda para realização desse trabalho. E, por seu apoio e sua especial sensibilidade para compreender as situações adversas que a vida me impôs.

Ao meu marido e ao meu filho, que me apoiaram nesta jornada, compreendendo os momentos de minha ausência.

A todos os Professores do Instituto de Medicina Social da UERJ, que participaram, direta ou indiretamente, da minha formação.

A todos da Secretaria Acadêmica do Instituto de Medicina Social da UERJ, que me auxiliaram em diferentes momentos dessa jornada.

Aos colegas de turma do Mestrado Acadêmico, que me proporcionaram momentos incríveis de troca de conhecimentos e de descontração.

RESUMO

REICH, Tatiana. *Produtivismo e universidade: impactos sobre a vida acadêmica*. 2015, 121f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Este trabalho teve como objeto de estudo os efeitos da lógica de avaliação da produção científica, em vigor no país, no Instituto de Medicina Social da UERJ (IMS/UERJ). Norteados pelo questionamento: até que ponto a 'lógica de mercado' representa uma "condição específica" sobre o processo de produção e de avaliação do conhecimento científico? Apresentando-se como uma pesquisa qualitativa, teve por objetivo investigar e analisar os impactos da nova lógica de avaliação dos programas de pós-graduação, definidos e aplicados pela CAPES a partir de 1998, sobre a produção científica do IMS. Foi, então, realizada com base em análise documental e da literatura disponível sobre o tema. Além de entrevistas com a comunidade acadêmica do IMS. A amostra de pessoas entrevistadas foi composta por professores(as)/pesquisadores(as) que ocuparam Cargo de Direção do Instituto a partir de 1998 (um), Cargo de Coordenadores de pós-graduação a partir 1998 (cinco) e professores(as)/pesquisadores(as) que atuam no Instituto (dois). Para a análise dos dados coletados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, definindo-se categorias e subcategorias de análise, a partir da leitura flutuante da bibliografia, dos documentos e da transcrição das entrevistas. Cabe ressaltar que entre 2001 e 2013, o Instituto ascendeu gradualmente de uma nota de avaliação geral cinco para sete, promovendo, entretanto, questionamentos internos em relação ao significado de tal progressão. Como resultado, fizeram-se presentes, nos discursos dos entrevistados, questionamentos e críticas com relação a qualidade da produção científica e ao aspecto inovador desta. Além de críticas sobre os efeitos dessa nova lógica de produção científica, introduzida a partir das mudanças nos critérios de avaliação da CAPES, sobre as diferentes subáreas do seu programa de pós-graduação, no que diz respeito à manutenção da natureza interdisciplinar da saúde coletiva. Surgiram, também, considerações importantes sobre os impactos promovidos, por essa nova lógica, nas relações com os pares, no trabalho e na vida dos professores(as)/pesquisadores(as). Além de preocupações com o futuro da ciência, dos novos pesquisadores e dos alunos em formação.

Palavras-chave: Saúde Coletiva. IMS. Avaliação dos programas de pós-graduação.

Produção científica. Interdisciplinaridade. Inovação. Papel social da ciência.

ABSTRACT

REICH, T. Productivism and university: impacts on academic life. 2015,121p. Dissertation (Academic Mastering in Public Health) - Institute of Social Medicine, State University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, in 2015.

This work aimed to study the effects of evaluation logic of the scientific production present in the country and in the Institute of Social Medicine of UERJ (IMS / UERJ) now a days. Guided by the question: would be the 'market logic' a "specific condition" on the process of scientific production and building of scientific knowledge? It presents itself as a qualitative research that aimed to investigate and analyze the impacts of the new evaluation logic, defined and implemented by CAPES since 1998, on postgraduation programs and on the scientific production of the IMS. It was performed on the basis of documentary analysis and on available literature analysis, as well as on interviews with the academic community of the IMS. The sample of interviewed was composed of teachers/researchers who occupied Steering Position on the Institute since 1998 (one), postgraduate coordinators since 1998 (five) and teachers/researchers who work at the Institute (two). The content analysis technique was used for the data analysis, setting up categories and subcategories of analysis, based on the initial reading of the literature, documents and the interviews transcriptions. Between 2001 and 2013, the Institute gradually rose from five to seven on its general assessment score, promoting, however, internal questionings regarding the significance of this progression. As a result of the interviews, questionings and criticism regarding the quality of scientific production and the innovative aspect of this were present. In addition, the criticisms of the effects of this new scientific production logic, introduced by the changes in the evaluation criterias of CAPES, on different subareas of its postgraduation program, regarding the maintainment of the interdisciplinary nature of public health. Important considerations also emerged about the impacts promoted, by this new logic, on the relationships between peers, on the teachers'/researchers' works and lives. And also their concerns about the future of the science, of the new researchers and the students' training.

Keywords: Public Health. IMS. The pos-graduation program evaluation. Scientific production. Interdisciplinarity. Innovation. Social role of science.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|------------------------------------------------------------------------|
| ABRASCO | Associação Brasileira de Saúde Coletiva |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (MEC) |
| C&T | Ciência e Tecnologia |
| CEPESC | Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva (IMS/UERJ) |
| CFE | Conselho Federal de Educação |
| CNPQ | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (MCT) |
| FINEP | Financiadora de Estudos e Projetos (MCT) |
| IBICT | Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (MCT) |
| IMS | Instituto de Medicina Social (UERJ) |
| MCT | Ministério da Ciência e Tecnologia |
| MMS | Mestrado em Medicina Social (UERJ) |
| MSC | Mestrado em Saúde Coletiva (UERJ) |
| PADCT | Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (MCT) |
| P&D | Pesquisa e Desenvolvimento |

SUMÁRIO

| | | |
|-------|----------------------------------------------------------------------------------|----|
| | INTRODUÇÃO. | 10 |
| 1 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA. | 13 |
| 1.1 | A Sociedade de Mercado e sua Lógica de Produção. | 13 |
| 1.2 | Produção do Conhecimento Científico. | 21 |
| 1.2.1 | <u>Características e condições de desenvolvimento do conhecimento científico</u> | 21 |
| 1.2.2 | <u>“Campo científico”, “capital científico” e lógica de mercado .</u> | 28 |
| 1.3 | Produção Científica e Lógica de Mercado no Brasil | 32 |
| 1.3.1 | <u>Gênese</u> | 32 |
| 1.3.2 | <u>Preocupações e críticas</u> | 35 |
| 1.4 | Saúde Coletiva e o IMS . | 40 |
| 1.4.1 | <u>A Saúde Coletiva – conceito e gênese</u> | 40 |
| 1.4.2 | <u>Saúde coletiva e sua natureza interdisciplinar</u> | 45 |
| 1.4.3 | <u>Saúde coletiva – pós-graduação e avaliação dos programas</u> | 46 |
| 1.4.4 | <u>O IMS</u> | 53 |
| 2 | OBJETIVOS E MÉTODOS. | 57 |
| 2.1 | Objetivos da Pesquisa. | 57 |
| 2.1.1 | <u>Objetivo Geral</u> | 57 |
| 2.1.2 | <u>Objetivos Específicos</u> | 57 |
| 2.2 | Métodos e Procedimentos. | 58 |
| 2.2.1 | <u>Procedimentos de levantamento de dados</u> | 59 |
| 2.2.2 | <u>Critérios de inclusão e de exclusão</u> | 59 |
| 2.2.3 | <u>Composição da amostra</u> | 60 |
| 2.2.4 | <u>Aspectos éticos</u> | 60 |
| 2.2.5 | <u>Análise dos dados</u> | 61 |
| 2.2.6 | <u>Categorias e subcategorias de análise</u> | 62 |
| 3 | RESULTADOS | 63 |
| 3.1 | Mudança na Lógica da Produção Científica. | 63 |
| 3.1.1 | <u>Reconhecimento da mudança</u> | 63 |
| 3.1.2 | <u>Leitura da mudança no âmbito IMS</u> | 65 |

| | | |
|-------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.1.3 | <u>Síntese e comentários da categoria</u> | 69 |
| 3.2 | Quantificação da Produção Científica. | 72 |
| 3.2.1 | <u>Síntese e comentários da categoria</u> | 75 |
| 3.3 | Inovação e Qualidade. | 77 |
| 3.3.1 | <u>Inovação na ciência</u> | 77 |
| 3.3.2 | <u>Qualidade da ciência</u> | 79 |
| 3.3.3 | <u>Síntese e comentários da categoria</u> | 81 |
| 3.4 | Interdisciplinaridade. | 83 |
| 3.4.1 | <u>Síntese e comentários da categoria</u> | 85 |
| 3.5 | Impactos. | 86 |
| 3.5.1 | <u>Impactos nas relações com os pares</u> | 86 |
| 3.5.2 | <u>Impactos no trabalho dos professores(as)/ pesquisadores(as)</u> | 88 |
| 3.5.3 | <u>Impactos na vida dos professores(as)/ pesquisadores(as)</u> | 90 |
| 3.5.4 | <u>Síntese e comentários da categoria</u> | 92 |
| 3.6 | Preocupações com o Futuro | 94 |
| 3.6.1 | <u>Preocupações com o futuro da ciência</u> | 94 |
| 3.6.2 | <u>Preocupações com o futuro dos novos professores(as)/ pesquisadores(as)</u> | 96 |
| 3.6.3 | <u>Preocupações com o futuro dos alunos</u> | 97 |
| 3.6.4 | <u>Síntese e comentários da categoria</u> | 99 |
| 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 101 |
| | REFERÊNCIAS | 106 |
| | APÊNDICE 1 – Roteiro de entrevistas | 111 |
| | APÊNDICE 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) | 112 |
| | APÊNDICE 3 – Relação dos diretores do IMS e coordenadores da comissão de pós-graduação do IMS entre 1998 e 2015 | 115 |
| | APÊNDICE 4 – Convite | 116 |
| | ANEXO 1 – Carta Aberta à comunidade de pós-graduação em Saúde Coletiva. | 118 |

INTRODUÇÃO

O incômodo e afrontamento, por vezes, gerados pela “lógica” de funcionamento da sociedade na qual estou inserida, me levam a questionamentos freqüentes a respeito da ‘racionalidade’ de minha participação nesta. Em alguns momentos, encontro alguns norteadores destes questionamentos. Um destes foi Karl Polanyi, em seu ‘ensaio correlato’ chamado “Nossa obsoleta mentalidade de mercado” – parte de seu livro “A subsistência do homem e ensaios correlatos” (2012). Neste texto, pude me deparar com uma crítica fundamentada e coerente desta ‘lógica’ de funcionamento da ‘sociedade de mercado’, do qual me permito apresentar citações que podem parecer um tanto longas para uma apresentação, mas que considero particularmente instigantes e, de alguma forma, contextualizam a pesquisa desenvolvida, nesta dissertação:

[...] Nossa humilhante escravização ao “material”, que toda cultura humana destina-se a mitigar, foi deliberadamente tornada mais rigorosa (POLANYI, 2012, p.223).

Descobrimo-nos embrutecidos pela herança de uma economia de mercado que nos legou idéias ultrassimplificadas sobre a função e o papel do sistema econômico na sociedade (POLANYI, 2012, p.210).

[...] Quando a sociedade espera de seus membros um dado comportamento, e quando as instituições dominantes tornam-se mais ou menos capazes de impor essa conduta, as opiniões sobre a natureza humana tendem a refletir esse ideal, quer ele se assemelhe à realidade, quer não. [...] Quem se recusasse a imaginar que agia tão somente com vistas ao ganho, portanto, era considerado não só imoral, mas também louco (POLANYI, 2012, p.219-220).

Hoje começamos a duvidar da verdade de algumas dessas idéias e da validade de alguns desses valores. [...] Como organizar a vida humana numa sociedade de máquinas é uma questão que volta a nos confrontar. Por trás do tecido esgarçado do capitalismo competitivo avulta uma portentosa civilização industrial, com sua paralisante divisão do trabalho, sua padronização da vida, bem como sua supremacia do mecanismo sobre o organismo e da organização sobre a espontaneidade. A própria ciência é assombrada pela insanidade (POLANYI, 2012, p.209).

Os questionamentos expostos pelo autor sobre o ‘determinismo econômico’, a ‘natureza humana’ e a ‘liberdade’, me levaram a refletir sobre o quanto estaríamos

submetidos a esta 'lógica de mercado' no que diz respeito à produção do conhecimento.

Um dos estudos pioneiros e mais inovadores sobre a produção do conhecimento, no campo científico foi o de Ludwik Fleck, intitulado "Gênese e desenvolvimento de um fato científico"¹ (2010). Em sua tese, defendia que o conhecimento é um produto social, que depende, portanto, muito mais do coletivo do que do indivíduo e que a relação entre o primeiro e o segundo é de caráter coercitivo, embora isto não seja percebido pelos indivíduos de forma clara. Desta forma, as próprias escolhas dos objetos de estudo seriam condicionadas pelo ambiente social e econômico em que ocorrem e pelos 'estilos de pensamento' que prevalecem nos 'coletivos de pensamento'. Numa linha muito parecida, Thomas Kuhn (2013) chamou a atenção para o fato de que a 'comunidade científica' de uma área de conhecimento geralmente compartilha de um paradigma e que este funciona ao mesmo tempo como norteador e limitador da produção científica. A inovação e a criatividade, para ambos, muitas vezes têm de romper com os 'estilos de pensamento', ou os 'paradigmas científicos' dominantes, o que é sempre um processo difícil. Pode-se dizer que, para ambos, prevalece durante longo tempo o que Kuhn chama de 'ciência normal', ou seja, a produção científica norteada e limitada pelo paradigma.

Voltando ao argumento de Fleck sobre as escolhas do objeto científico, a ser apresentado com mais detalhes adiante, seria interessante associá-lo à questão do mercado. Fleck defende que os 'fatos científicos' não são escolhidos ao acaso. Em seu estudo sobre a produção do conhecimento relativo à sífilis, afirma que: "no lugar da escolha livre e racionalista, surgem condições específicas" (FLECK, 2010, p.50). Segundo ele, "o processo de conhecimento representa a atividade humana que mais depende das condições sociais, e o conhecimento é produto social por excelência" (FLECK, 2010, p.85). A partir desses argumentos, coloca-se a seguinte pergunta: até que ponto a 'lógica de mercado' representa uma dessas "condições específicas" sobre o processo de produção e de avaliação do conhecimento científico?

¹ O livro de Fleck foi originalmente publicado em 1935, mas só veio a ser efetivamente conhecido depois que Thomas Kuhn fez referência ao mesmo em uma nota de pé de página do seu livro "A estrutura das revoluções científicas" (CONDÉ, 2010, p. vii).

Considerações desse tipo nortearam minha busca por mais autores e obras que falassem sobre tal questão. Nesta busca, me deparei com alguns dados históricos e outros questionamentos, que, juntos, construíram o objeto de estudo deste trabalho. Nos anos 1980, começou uma mudança no sistema de fomento e avaliação de C&T no Brasil (MAFFRA, 2012, p.2), introduzidas pelos Programas de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), desenvolvidos entre 1985 e 2004 (BRASIL, 1998). Dentro do sistema de C&T do governo brasileiro, cabe à CAPES, entre outras coisas, a responsabilidade pela avaliação da qualidade dos programas de pós-graduação do país, tendo estruturado seu sistema de avaliação em 1976/1977, modificando-o em 1998 (FREITAS, 1998, p.7). A partir do exposto acima, a dissertação ora apresentada buscou investigar os efeitos da lógica de avaliação em vigor no país no IMS/UERJ, a partir de 1998. Entre 2001 e 2013, o Instituto ascendeu gradualmente de uma nota de avaliação geral cinco para sete. Há questionamentos internos, entretanto, em relação ao significado de tal progressão em termos da qualidade da produção científica e do aspecto inovador desta, além dos efeitos sobre as diferentes subáreas do seu programa de pós-graduação.

Sendo assim, este trabalho foi organizado, além desta apresentação, em mais 4 capítulos. O capítulo dois de fundamentação teórica aborda: 1) a sociedade de mercado e sua lógica, com base, principalmente em Karl Marx (2011), Karl Polanyi (2012) e Esping-Andersen (1990); 2) o processo de produção do conhecimento científico, com base em Ludwik Fleck, Thomas Kuhn, Paul Feyerabend (2011), além da resenha de Hochmann (1994) sobre diversos autores a respeito da relação entre ciência e mercado e contribuições de Bourdieu; 3) a adoção no Brasil de uma política específica de fomento e avaliação da produção científica, com base em documentos oficiais e artigos e; 4) uma breve análise das características e da evolução da produção no campo da saúde coletiva, onde procurei circunstanciar a situação do IMS/UERJ nesse processo. O capítulo 3 trata dos objetivos e métodos adotados. E, o capítulo 4 traz os resultados obtidos das análises das entrevistas e as discussões geradas, a partir do confronto destas com o referencial teórico. Por fim, o capítulo 5 apresenta algumas considerações finais. Seguido das referências bibliográficas, 4 apêndices e 1 anexo.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 A Sociedade de Mercado e sua Lógica de Produção

O desenvolvimento do capitalismo criou uma sociedade de mercado, que de acordo com seus críticos possui uma lógica completamente distinta dos períodos históricos que a antecederam. Polanyi defende que os sistemas econômicos anteriores à sociedade de mercado foram baseados nas lógicas da reciprocidade e da redistribuição, que visavam, sobretudo, a subsistência e não a acumulação:

[...] pode-se afirmar que a produção e a distribuição de bens materiais estavam enraizadas em relações sociais de natureza não econômica. Não existia um sistema econômico institucionalmente separado, tampouco uma rede de instituições econômicas. Nem o trabalho, nem a maneira de dispor dos objetos, tampouco a distribuição deles realizavam-se por motivos econômicos, por desejo de ganho ou de receber pagamento, ou ainda por medo de passar fome como indivíduo. [...] existia um sistema econômico, mas ele não era institucionalmente separado (POLANYI, 2012, p.100)

Segundo Polanyi, a reciprocidade era a forma de integração econômica que assegurava o movimento de bens e serviços no interior de uma sociedade, não envolvendo o objetivo de ganho. Era, portanto, composta de **movimentos simétricos** [grifos meus], nos quais a noção de **equivalência** [grifos meus] era fundamental. Desvendada pelos estudos antropológicos de Richard Thurnwald (Banaro Society: Social Organization and Kinship System of a Tribe in the Interior of the New Guinea), de 1916, e de Bronislaw Malinowski (Argonauts of Western Pacific), de 1922. A subsistência nas sociedades tribais estava ligada a instituições sociais que asseguravam a reciprocidade - o princípio de dar "**igual por igual**" [grifos meus] - entre os componentes das tribos. Nessas sociedades a dádiva estava associada à contradádiva. A 'economia' estava enraizada na sociedade, "instituições não econômicas da sociedade [como as relações e obrigações de parentesco] cuidam automaticamente do sistema econômico" (POLANYI, 2012, p.84-86 e p.98-106).

Já a redistribuição era a forma de integração típica dos "sistemas tributários" dos impérios hidráulicos do Oriente Médio [e do Extremo Oriente]. Neles, o Estado se encarregava de arrecadar tributos em espécie - com base em critérios ou tabelas de equivalência entre os bens e serviços -, armazená-los e redistribuí-los entre as diferentes partes do território e da sociedade. A equivalência era novamente um critério chave dessa forma de integração econômica. Uma unidade de equivalência essencial era a "ração", a qual consistia na quantidade de alimentos que assegurava a sobrevivência:

A ração, compreendida como um volume delimitado em termos de quantidade e qualidade, parece ter sido um direito econômico fundamental do homem na sociedade arcaica. (POLANYI, 2012, p.119).

Nessas formações sociais, quando havia, mercado ou comércio estavam subordinados às instituições sociais que asseguravam a redistribuição, tratavam-se de formas administradas [pelo Estado] de mercados e de comércio (POLANYI, 2012, p.116-120). Tal contexto permite estabelecer certa analogia entre os sistemas tributários dos antigos impérios e as políticas públicas sociais de caráter redistributivo do Estado de Bem-Estar Social. Ambas implicam na eliminação ou na inibição dos interesses de mercado em atividades fundamentais para a sobrevivência dos seres humanos. Segundo Esping-Andersen:

[...] os produtores pré-capitalistas, camponeses, servos e jornaleiros [trabalhadores pagos por jornada] podiam contar bastante com *welfare* independentemente de seu desempenho laboral. [...] a forma mercadoria estava ausente no sentido de que a maioria das pessoas não dependia principalmente de renda tipo salário para sua sobrevivência. As famílias eram razoavelmente auto-suficientes; a servidão feudal também assumia um grau de reciprocidade e ajuda paternal da parte do senhor; o produtor urbano fazia parte em geral de forma compulsória de uma guilda ou associação fraternal e os destituídos podiam normalmente contar com [a caridade] da Igreja. Assim, em contraste com a crua lógica mercantilizada do capitalismo, a maioria podia contar com normas e organizações comunitárias para sua subsistência (ESPING-ANDERSEN, 1990, p.38, tradução própria).

Polanyi (2012, p.95) afirma, então, que "a característica principal do sistema econômico do século XIX foi sua separação institucional do resto da sociedade", tal

sistema se tornou uma economia de mercado, que foi gradualmente dominando as demais instituições sociais, que pouco a pouco tiveram de se reorganizar, de acordo com a lógica de mercado. A esse respeito o autor desenvolve o seguinte raciocínio:

[...] a subsistência é assegurada, primordialmente, por instituições econômicas [...] (POLANYI, 2012, P.95).

[...] um sistema autorregulador de mercados, regido por leis próprias [...] e motivado, [...], por dois incentivos simples: o medo da fome e a esperança do lucro (POLANYI, 2012, P.95).

[...] separa-se das instituições não econômicas da sociedade, como a organização do parentesco e os sistemas políticos e religiosos (POLANYI, 2012, p.95)

Um elemento chave da mudança foi a substituição das instituições relacionadas com o *status* por novas instituições de mercado, baseadas no *contractus*:

[...] muitas instituições da sociedade moderna se estabeleceram com base em contratos, ao passo que a sociedade antiga baseava-se no *status* (Polanyi cita Maine, Direito Antigo, 1861).

O *status*, adquirido por nascimento, [...], determina os direitos e deveres da pessoa [...] persistiu durante o feudalismo e, com algumas ressalvas, chegou até mesmo à era da igualdade cidadã estabelecida no século XIX (POLANYI, 2012, p.96).

Aos poucos foi substituído pelo *contractus*, ou seja, por direitos e deveres estipulados por transações consensuais, ou contratos (POLANYI, 2012, p.96).

Essa ‘nova ordem’, segundo Polanyi, se estabeleceu de forma “[...] assustadoramente abrupta. [...] Somente há aproximadamente um século nasceu um mercado livre para a mão de obra na Inglaterra” (POLANYI, 2012, p.217-218). O mesmo destaca alguns eventos como marcos históricos para ‘instalação’ desta nova lógica, os quais permitiram o estabelecimento dos “três pilares do liberalismo econômico” – “**mercado de trabalho, o padrão-ouro e o livre-comércio**” [grifos meus]:

[...] A **Lei da Pobreza de 1834** [grifos meus], [...], aboliu na Grã-Bretanha os dispositivos legais toscos, mas eficazes, criados para os pobres pelos governos patriarcais. [...] Morrer de fome ou trabalhar foi a alternativa que restou aos pobres. Com isso criou-se um mercado de trabalho nacional e competitivo.

[...] a **Lei dos Bancos (1844)** [grifos meus] estabeleceu o princípio do padrão-ouro; a cunhagem da moeda foi retirada das mãos do governo, [...]

[...] a **reforma da legislação fundiária e a revogação das Leis dos Cereais (1846)** [grifos meus] criaram um cartel mundial dos cereais, o que deixou o desprotegido agricultor camponês da Europa continental sujeito aos caprichos do mercado. (POLANYI, 2012, p.217-218)

Desta forma, ainda segundo Polanyi:

[...] o trabalho deveria encontrar o seu preço no mercado; a moeda deveria ser fornecida por um mecanismo autorregulador; as mercadorias deveriam circular livremente de um país para outro, quaisquer que fossem as conseqüências [...] (POLANYI, 2012, p.217-218)

Sendo assim, ‘trabalho’ (homem) e ‘terra’ (natureza) tornaram-se ‘mercadorias’:

[...] A ficção da mercadoria, confiou o destino do homem e da natureza à ação de um autômato que segue seus próprios rumos e é regido por suas próprias leis (POLANYI, 2012, p.211-212).

[...] Um mecanismo institucional passou a controlar não só os seres humanos em suas atividades cotidianas, como também os recursos da natureza. Esse instrumento do bem-estar material ficou sob o controle exclusivo dos incentivos da fome e do ganho – ou, mais precisamente, do medo de não atender às necessidades vitais e da expectativa de lucro [...] (POLANYI, 2012, p.212-213).

Para Polanyi, o “capitalismo liberal foi a resposta inicial do homem ao desafio da Revolução Industrial” (POLANYI, 2012, p.209) e promoveu uma nova organização da sociedade:

[...] o mecanismo do mercado criou a ilusão do determinismo econômico como lei geral para toda a sociedade humana. [...] o funcionamento econômico não só “influencia” o resto da sociedade, como o determina [...] (POLANYI, 2012, p.220-221).

A nova 'sociedade industrial ou de mercado' impôs, então, modificações no próprio 'significado do trabalho', descritas por André Gorz (2003), em seu livro "Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica". Segundo este, o trabalho tornou-se o fator mais importante de socialização na 'sociedade industrial ou de mercado'. Esta passou a perceber-se como uma "**sociedade de trabalhadores**" [grifos meus]:

É pelo trabalho remunerado [...] que pertencemos à esfera pública, adquirimos uma existência e uma identidade sociais [...], inserimo-nos em uma rede de relações e de intercâmbios, onde a outros somos equiparados e sobre os quais vemos conferidos certos direitos, em troca de certos deveres (GORZ, 2007, p.21).

[...] para existir e para durar, uma empresa industrial precisa [...] tornar calculáveis os fatores dos quais depende a racionalidade econômica de sua gestão [...] (GORZ, 2007, p.38).

Com isso, Gorz afirma que se tornou necessário transformar o trabalho em uma:

[...] grandeza material quantificável [...] descartando a individualidade e motivações do trabalhador [...] Isso implicava que o trabalhador devesse adentrar o processo produtivo [...] como simples força de trabalho, intercambiável e comparável a qualquer outro trabalhador, servindo a fins que lhe são estranhos e indiferentes (Gorz, 2007, p.29).

[...] funda o poder 'colossal' das forças produtivas sobre a organização do trabalho, que retira ao trabalhador e ao trabalho qualquer atributo humano [...] Graças à racionalização capitalista, ao mesmo tempo em que o trabalho deixa de ser atividade privada submetida às necessidades naturais [...] também desumaniza aqueles que o realizam (Gorz, 2007, p.28).

Karl Marx também contribui de forma importante com suas idéias na descrição desta 'nova sociedade'. Destacando-se, particularmente, seu conceito de 'fetichismo da mercadoria' (2011, p.93-94), que passou a ocupar lugar de grande importância na sociedade de mercado:

O caráter misterioso da mercadoria não provém do seu valor-de-uso, nem tampouco dos fatores determinantes do valor [...]

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhadores individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. [...] **Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas** [grifos meus]. Para encontrar uma símile, temos de recorrer à região nebulosa da crença. Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. **Chamo a isso de fetichismo** [grifos meus], que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias (MARX, 2011, p.93-94).

Por fim, Polanyi, em um de seus ensaios correlatos, levanta uma discussão interessante sobre a “liberdade na sociedade industrial”, explorando o paradoxo implícito nessa:

[...] a liberdade de explorar o semelhante, ou a liberdade de auferir lucros descomunais, sem prestação de serviços correspondentes à comunidade, a liberdade de impedir que as invenções tecnológicas sejam usadas em benefício de todos, ou a liberdade de tirar proveito de calamidades públicas secretamente engendradas para benefício privado [...] também produziu outras que prezamos imensamente. A liberdade de consciência, a liberdade de expressão, a liberdade de reunião, a liberdade de associação, a liberdade de escolher o próprio emprego, todas estas nós valorizamos por elas mesmas (POLANYI, 2012, p.225)

Ainda neste contexto, em discussão sobre o “Estado-Cientista” e a ‘sociedade industrial’, no livro “História das Idéias Políticas” (CHÂTELET et al., 2009), François Châtelet descreve o poder de dominação política fortalecido por um “aparelho técnico-científico e industrial” nessa sociedade. Trazendo, então, a definição de Michel Foucault para tal poder, como “uma tecnologia política dos corpos”:

As relações de poder operam sobre [o corpo] uma apropriação imediata; investem-no, marcam-no, adestram-no, indicam-lhe trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais [...] O corpo se torna força útil quando é, ao mesmo tempo, corpo produtivo e corpo subjugado. (Foucault apud CHÂTELET et al., 2009, p.351)

Destaco, também, a atuação fundamental de Christophe Dejours, médico do trabalho, psiquiatra e psicanalista, na edificação de conhecimentos no campo da “Psicodinâmica do Trabalho”, a partir de seus estudos das relações entre prazer, sofrimento e trabalho. No livro “Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho” (2015) faz-se possível o contato com algumas reflexões de Dejours, a partir de alguns dos seus textos. Segundo Dejours,

Na abordagem psicoeconômica da relação Homem-Trabalho, convém sublinhar que a organização do trabalho é, de certa forma, a vontade de outro. Ela é, primeiramente, a divisão do trabalho e sua repartição entre os trabalhadores, isto é, a divisão dos homens: [...] recorta [...] o conteúdo da tarefa e as relações humanas de trabalho. Não acharemos abusivo observar nisso o exercício de uma vontade: a de dominar, de controlar, de explorar ao máximo a força de trabalho, isto é, de substituir o livre arbítrio do trabalhador pela injunção do empregador, mediatizado, [...], por técnicos especializados [...]. O trabalhador é, de certa maneira, despossuído de seu corpo físico e nervoso, domesticado e forçado a agir conforme a vontade do outro (DEJOURS, 1980, *apud* DEJOURS, 2015, p.27).

Dejours introduz, então, o conceito de “carga psíquica” do trabalho que se origina da relação do homem (trabalhador) com a organização do seu trabalho. Desta forma, Dejours postula que

[...] a carga psíquica do trabalho resulta da confrontação do desejo do trabalhador à injunção do empregador contida na organização do trabalho. Em geral, a carga psíquica de trabalho aumenta quando a liberdade de organização do trabalho diminui. Essa regra é modulada pelo jogo da livre escolha do ofício (DEJOURS, 1980, *apud* DEJOURS, 2015, p.29).

[...] Uma organização do trabalho autoritária, que não oferece uma saída apropriada à energia pulsional, conduz a um aumento da carga psíquica (DEJOURS, 1980, *apud* DEJOURS, 2015, p.30).

[...] Quando o rearranjo da organização do trabalho não é mais possível, quando a relação do trabalhador com a organização do trabalho é bloqueada, o sofrimento começa: a energia pulsional que não acha descarga no exercício do trabalho se acumula no aparelho psíquico, ocasionando um sentimento de desprazer e tensão. (DEJOURS, 1980, *apud* DEJOURS, 2015, p.29).

Ainda, segundo Dejours, essa carga psíquica excessiva acaba por se difundir para outros “compartimentos do organismo”, com “tradução somática”. Então, a fadiga torna-se “uma testemunha não específica da sobrecarga que pesa sobre um ou outro dos setores do organismo psíquico e somático” (DEJOURS, 1980, apud DEJOURS, 2015, p.29-30). E,

Para transformar um trabalho fatigante em um trabalho equilibrante precisa-se flexibilizar a organização do trabalho, de modo a deixar maior liberdade ao trabalhador para rearranjar seu modo operatório e para encontrar os gestos que são capazes de lhe fornecer prazer, isto é, uma expansão ou uma diminuição de sua carga psíquica de trabalho. (DEJOURS, 1980, apud DEJOURS, 2015, p.32).

Desta forma, permito-me afirmar que, mesmo após diversas mudanças dos processos produtivos na ‘sociedade industrial ou de mercado’ - introduzidas pelas novas tecnologias em contínua renovação -, presencia-se a manutenção das mesmas relações sociais atuantes sobre os sujeitos. Relações de “*dominação*”, “*ocultação*” e “*coisificação*”, com a anulação do comportamento livre, no qual os desejos do sujeito se colocariam. A manutenção de um comportamento produtivo estereotipados, de anulação completa do sujeito, nos quais se manifestam sofrimentos e angústias, por vezes, sequer compreendidos pelo próprio sujeito.

Somado a isso, acrescento minha observação de que à medida que a história caminha, o concreto parece ter se transformado em abstrato, e o real, em imaginário. O objetivamente observável tornou-se especulativo. As necessidades se transformaram, o coletivo se tornou subjetivo, o comum, tornou-se individual. Nos deparamos, então, com uma ‘lógica de mercado’, baseada no especulativo, no imaginário, que transpassa as necessidades reais, chegando ao imaginário da escassez e do ‘fetichismo da mercadoria’. E, com uma lógica de organização social por meio de ‘contratos’, que se faz presente também na ciência. Comprometendo-se com o cumprimento de metas estabelecidas para alcançar o tão almejado patamar de ‘excelência de produção’, o que pode ser observado implicitamente nos critérios de avaliação implementados pela CAPES.

1.2 Produção do conhecimento científico

1.2.1 Características e condições de desenvolvimento do conhecimento científico

Neste trabalho fiz uma opção por fundamentar as características e condições de desenvolvimento do conhecimento científico, com base em três autores: Fleck, Kuhn e Paul Feyerabend, já mencionados na apresentação. Fleck passou praticamente despercebido por mais de quatro décadas. Pode-se dizer que foi Kuhn o responsável pela divulgação relativamente recente do seu trabalho - tendo entrado em contato com a produção de Fleck ao final do processo de elaboração do seu livro “A estrutura das revoluções científicas” - ao afirmar no prefácio de seu livro que as idéias de Fleck teriam antecipado as suas próprias (KUHN, 2013, p.51).

Fleck defende claramente que o conhecimento científico tem, em primeiro lugar, um **caráter histórico**:

A biologia me ensinou a examinar uma área submetida à evolução sempre em sua história evolutiva. [...] Da mesma maneira, qualquer **teoria do conhecimento** [grifos meus] sem estudos históricos ou comparados permaneceria um jogo de palavras vazio, uma epistemologia imaginária (*Epistemologia imaginabilis*).

No que diz respeito especificamente ao nosso estudo, afirmo que não se chega a um conceito de sífilis sem uma abordagem histórica (FLECK, 2010, p.62).

Somente a comunidade organizada de pesquisadores, apoiada no saber popular e trabalhando durante algumas gerações, consegue alcançar esse objetivo, mesmo porque a evolução dos fenômenos patológicos requer décadas.

Nesse caso, contudo, os conhecimentos prévios, os recursos técnicos e a forma de colaboração conduziram os pesquisadores sempre ao velho caminho do desenvolvimento histórico do conhecimento. Portanto, não se pode, de modo algum, dissolver os vínculos históricos (FLECK, 2010, p.63).

Ele defende que o conhecimento é um produto social, o que fica implícito no conceito de ‘coletivo de pensamento’ por ele proposto. O desenvolvimento do conhecimento dependeria, então, muito mais do coletivo do que do indivíduo, sendo

a relação de caráter coercitivo, entre o primeiro e o segundo, embora isto nem sempre seja percebido pelos indivíduos de forma clara:

As relações históricas e estilísticas dentro do saber comprovam a existência de uma interação entre o objeto e o processo do conhecimento: algo já conhecido influencia a maneira do conhecimento novo; o processo do conhecimento amplia, renova e refresca o sentido do conhecido (FLECK, 2010, p.81).

Se definirmos o '**coletivo de pensamento**' [grifos meus] como a **comunidade das pessoas que trocam pensamentos ou se encontram numa situação de influência recíproca de pensamentos, temos em cada uma dessas pessoas, um portador do desenvolvimento histórico de uma área de pensamento, de um determinado estado do saber e da cultura, ou seja, de um estilo de pensamento** [grifos no original]. Assim, o coletivo de pensamento representa o elo que faltava na relação que procuramos (FLECK, 2010, p.82).

Apesar de consistir em indivíduos, o coletivo de pensamento não é a simples soma deles. O indivíduo nunca, ou quase nunca, está consciente do estilo de pensamento coletivo que, quase sempre, exerce **uma força coercitiva** [grifos meus] em seu pensamento e contra a qual qualquer contradição é simplesmente impensável (FLECK, 2010, p.84).

O processo de conhecimento representa a atividade humana que mais depende das condições sociais, e o conhecimento é o produto social por excelência (FLECK, 2010, p.85).

Outro conceito formulado por Fleck, associado ao de 'coletivo de pensamento', é o 'estilo de pensamento', que é definido pelo autor da seguinte forma:

Existe um vínculo no estilo de todos – ou muitos – conceitos de uma época, vínculo que consiste em sua influência mútua. Por isso pode-se falar num **estilo de pensamento** (*Denkstil*) [grifos meus] que determina o estilo de todo conceito (FLECK, 2010, p.49).

[...] pode-se constatar lógicas históricas próprias no destino das ideias, isto é, fenômenos gerais peculiares da história do conhecimento que se impõem ao observador da evolução das ideias. [...] quanto mais um domínio do saber é sistematicamente elaborado e rico em detalhes e relações com outros domínios, tanto menores são as diferenças de opinião (FLECK, 2010, p.49-50).

Quando se leva em conta essas relações gerais da história cultural e as particulares da história do conhecimento, limita-se significativamente o convencionalismo. No lugar da escolha livre e racionalista, surgem condições específicas (FLECK, 2010, p.50).

Quando uma concepção penetra suficientemente num coletivo de pensamento, quando invade até a vida cotidiana e as expressões verbais,

quando se tornou literalmente um ponto de vista, qualquer contradição parece ser impensável e inimaginável (FLECK, 2010, p.70).

Pode-se dizer que o ‘estilo de pensamento’ de Fleck tem uma correspondência grande com o que Kuhn chamou de ‘paradigma científico’, que está associado, por sua vez, ao que Kuhn definiu como ‘ciência normal’:

[...] pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas. [...] reconhecidas durante algum tempo por alguma comunidade científica específica [...] relatadas pelos manuais científicos elementares e avançados. [...] expõem o corpo da teoria aceita, ilustram muitas (ou todas) das suas aplicações bem sucedidas e comparam essas aplicações com observações e experiências exemplares [...] Suas realizações foram suficientemente sem precedentes para atrair um grupo duradouro de partidários afastando de outras formas de atividades científicas dissimilares [...] eram suficientemente abertas para deixar que toda espécie de problemas fosse resolvida pelo grupo redefinido de praticantes da ciência (KHUN, 2013, p.71-72).

Kuhn acrescenta em sua descrição o “estudo dos paradigmas” como fator de inclusão em numa ‘comunidade científica’²:

Uma vez que ali o estudante reúne-se a homens que aprenderam as bases de seu campo de estudo a partir dos mesmos modelos concretos, sua prática subsequente raramente irá provocar desacordo declarado sobre os pontos fundamentais. Homens cuja pesquisa está baseada em paradigmas compartilhados estão comprometidos com as mesmas regras e padrões para a prática científica. [...] pré-requisito para a ciência normal. Isto é, para a gênese e a continuação de uma tradição de pesquisa determinada (KHUN, 2013, p. 72).

Kuhn defende, ainda, que:

Os paradigmas adquirem seu *status* porque são mais bem-sucedidos que seus competidores na resolução de alguns problemas que o grupo de cientistas reconhece como graves. Contudo, ser bem-sucedido não significa nem ser totalmente bem sucedido com um único problema, nem notavelmente bem sucedido, com um grande número. De início o sucesso de um paradigma [...] é a princípio, em grande parte, uma promessa de

² Que é similar ao conceito de ‘coletivo de pensamento’ de Ludwik Fleck.

sucesso [...] a **ciência normal** [grifos meus] consiste na atualização dessa promessa (KUHN, 2013, p.88).

Poucos [...] dão-se conta de quanto trabalho de acabamento desse tipo resta por fazer depois do estabelecimento do paradigma. [...] A maioria dos cientistas durante toda a sua carreira ocupa-se com **operações de acabamento**. Elas constituem o que chamo de **ciência normal** [grifos meus]” (KUHN, 2013, p.88).

[As operações de acabamento típicas da ciência normal parecem...] ser uma tentativa de forçar a natureza a encaixar-se dentro dos limites preestabelecidos e relativamente inflexíveis fornecidos pelo paradigma. A ciência normal não tem como objetivo trazer à tona novas espécies de fenômeno; na verdade, aqueles que não se ajustam aos limites do paradigma frequentemente nem são vistos (KUHN, 2013, p.89).

Talvez essas características sejam defeitos [...] ela restringe drasticamente a visão do cientista. Mas essas restrições, nascidas da confiança no paradigma, revelaram-se essenciais para o desenvolvimento da ciência. Ao concentrar a atenção numa faixa de problemas (KUHN, 2013, p.89).

Esses trechos citados mostram como Kuhn desenvolveu de forma associada os conceitos de ‘ciência normal’, ‘comunidade científica’ e ‘paradigma’. Kuhn levanta um questionamento interessante:

Em que sentido o paradigma partilhado é uma unidade fundamental para o estudo do desenvolvimento científico, [...] possibilidade de uma espécie de pesquisa científica sem paradigmas ou pelo menos sem aqueles de tipo ao inequívoco e obrigatório [...] (KUHN, 2013, p.73).

Gilberto Hochmann, em seu texto “A ciência entre a comunidade e o mercado: leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina”³ trata essa relação indissociável entre a “comunidade científica” e o “paradigma” apresentada por Kuhn. Segundo Hochmann:

[...] Essa relação circular aparece durante todo o texto de Kuhn [...] ele coloca dois problemas insolúveis, porque incompatíveis. O primeiro está na prioridade da comunidade como instância de produção, aceitação e legitimação do conhecimento científico, portanto seria como se ela tivesse precedência sobre o paradigma. De outro lado, em trechos de seu trabalho, [...] apesar de enfatizar o caráter mais contextual do conhecimento, acaba confessando que o conhecimento científico é algo especial, dando a

³ O texto é um capítulo do livro “Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas” publicado em 1994 e organizado por V. Portocarrero.

precedência a ele, à dimensão cognitiva como fundadora da comunidade (HOCHMANN, 1994, p.206-207).

A ciência não é a simples prática da verdade, mas aquilo que um grupo estabelecido entende e partilha como a melhor maneira de resolver e elucidar temas de investigação científica (HOCHMANN, 1994, p.201-202).

[...]. A comunidade se constitui e se reproduz mediante o consenso obtido por essa pedagogia e não por uma adesão racional a uma lógica científica. A ciência é convenção; a comunidade científica é, ao mesmo tempo, o lugar e o resultado dessa convenção. A ciência normal sempre se reproduz, *self-validating*, porque seu paradigma é sustentado por uma prática que supõe a sua correção, produzindo soluções e interpretações (HOCHMANN, 1994, p.203).

Retomando as idéias de Kuhn, para esse os paradigmas podem desempenhar, ao mesmo tempo, papel norteador e limitador do processo de produção do conhecimento científico. A respeito do papel norteador dos paradigmas, o autor diz o seguinte:

Na ausência de um paradigma ou de algum candidato a paradigma, todos os fatos que possivelmente pertencem ao desenvolvimento de determinada ciência têm a probabilidade de parecerem igualmente relevantes (KUHN, 2013, p.78).

Nenhuma história natural pode ser interpretada na ausência de pelo menos algum corpo implícito de crenças metodológicas e teóricas interligadas que permita seleção, avaliação e crítica [...] Não é de admirar que nos primeiros estágios de desenvolvimento de qualquer ciência, homens diferentes confrontados com a mesma gama de fenômenos – [...] - os descrevam e interpretem de maneiras diversas. É surpreendente [...] que tais divergências iniciais possam em grande parte desaparecer nas áreas que chamamos ciência (KUHN, 2013: p.79-80).

[...] seu desaparecimento é causado pelo triunfo de uma das escolas pré-paradigmáticas, a qual, devidas às suas próprias crenças e preconceitos característicos, enfatizava apenas alguma parte especial do conjunto de informações demasiado numeroso e incoativo (KUHN, 2013: p.80).

Já no que diz respeito ao papel limitador do paradigma, Kuhn afirma que:

Quando um cientista pode considerar um paradigma como certo, não tem mais necessidade, nos seus trabalhos mais importantes, de tentar construir seu campo de estudos começando pelos primeiros princípios e justificando o uso de cada conceito introduzido. Isso pode ser deixado para os autores de manuais [...] Suas pesquisas [...] aparecerão sob a forma de artigos breves, dirigidos apenas aos colegas de profissão, homens que certamente

conhecem o paradigma partilhado e que demonstram serem os únicos capazes de ler os escritos a eles endereçados (KUHN, 2013: p.83).

O cientista que escreve um livro tem mais probabilidade de ver sua reputação comprometida do que aumentada. De uma maneira regular, somente nos primeiros estágios do desenvolvimento da ciência, anteriores a paradigma, o livro possuía a mesma relação com a realização profissional que ainda conserva em outras áreas abertas à criatividade. [...] Somente nesses casos pode o leigo esperar manter-se a par dos progressos realizados fazendo a leitura dos relatórios originais dos especialistas [...] inteligíveis para um auditório dotado de cultura geral (KUHN, 2013, p.83-84).

Embora se tenha tornado costumeiro [...] lamentar o hiato cada vez maior que separa o cientista profissional de seus colegas de outras disciplinas, pouca atenção tem sido prestada à relação essencial entre aquele hiato e os mecanismos intrínsecos ao progresso científico (KUHN, 2013, p.84).

Nesse sentido, Hochmann descreve a “comunidade científica kuhniana” como uma ‘entidade’ isolada, caracterizada por uma “[...] relação exclusiva entre pares, em que o trabalho criador de um cientista é dirigido aos demais membros da comunidade” (HOCHMANN, 1994, p.203), e na qual se faz presente “uma clara noção de autoridade [...] e de hierarquia [...]” (HOCHMANN, 1994, p.202). Defende, ainda que tal ‘comunidade’:

[...] será estável enquanto for capaz de resolver os problemas científicos dentro da tradição compartilhada. [...] pode ser abalada no momento em que surgem as anomalias - casos que resistem a soluções dadas pelo paradigma vigente, ou que não são comparáveis às maneiras exemplares de resolução de problemas científicos. (HOCHMANN, 1994, p.204-205).

Porém, em alguns momentos, as anomalias se fazem presentes, “persistentes, intratáveis, resistentes ao instrumental da tradição comunitária”. Com isso, uma “crise crescente” se instala aumentando a “insegurança profissional pelo fracasso, repetido, da utilização do padrão tradicional” (HOCHMANN, 1994, p.205). Para Kuhn, são esses momentos de “transformações do paradigma” que permitem o surgimento das ‘revoluções científicas’, “e a transição sucessiva de um paradigma a outro, por meio de uma revolução, é o padrão usual de desenvolvimento da ciência amadurecida” (KUHN, 2013, p.74). Hochmann, com base nas idéias de Kuhn, acrescenta que:

[...] O novo paradigma vingará se conquistar adeptos que desenvolvam suas potencialidades, acreditando mais no seu 'rendimento futuro' do que na eficiência da tradição vigente. Teríamos não uma adesão grupal, mas um assentimento individual crescente, que aumenta a capacidade de persuasão do paradigma, criando a percepção que é melhor pertencer à nova comunidade. [...] A crise e a revolução científicas são os únicos momentos nos quais prevalece a opção individual do cientista diante da estrutura comunitária (HOCHMANN, 1994, p.207).

[...] O novo paradigma, aceito agora como a forma mais eficiente de praticar a ciência, reorganiza a comunidade científica, que pode ser composta de novos ou antigos membros, porém com uma visão de ciência e de mundo completamente diferente da anterior. [...] A revolução esgota-se a partir da imposição de uma nova tradição que orientará a pesquisa da ciência normal (HOCHMANN, 1994, p.206).

Um crítico radical da 'ciência normal' é Paul Feyerabend, considerado por Ian Hacking (2013, p.37), como um 'iconoclasta'. Sua teoria sobre o conhecimento é resumida no seguinte trecho:

[...] o conhecimento não é uma série de teorias autoconsistentes que convergem para uma concepção ideal; não é uma aproximação gradual à verdade. É, antes, um sempre crescente **oceano de alternativas mutuamente incompatíveis** [grifos no original], no qual cada teoria, cada conto de fadas e cada mito que faz parte da coleção força os outros a uma articulação maior, todos contribuindo, mediante esse processo de competição, para o desenvolvimento de nossa consciência (FEYERABEND, 2011, p.44).

A formação e a transmissão do conhecimento científico têm para Feyerabend (2011, p.33 e 34) um caráter coercitivo:

A educação científica tal como hoje a conhecemos tem precisamente esse objetivo. Simplifica a 'ciência' pela simplificação dos seus participantes: primeiro, define-se um campo de pesquisa. Esse campo é separado do restante da história [...] e recebe uma 'lógica' própria. Um treinamento completo em tal lógica condiciona então aqueles que trabalham nesse campo; torna **suas ações** [grifos no original] mais uniformes e também congela grandes porções do **processo histórico** [grifos no original].

Tal afirmação corrobora tanto o que diz Fleck sobre 'estilo de pensamento' e 'coletivo de pensamento', quanto o que diz Kuhn sobre 'paradigma' e 'comunidade

científica'. Sua visão sobre o processo de mudança das teorias, também tem relação com a ideia de 'revolução científica' proposta por Kuhn:

A única razão premente para mudar uma teoria é o desacordo com os fatos. A discussão de fatos incompatíveis com a teoria, portanto, conduzirá ao progresso. A discussão de hipóteses incompatíveis não o fará (FEYERABEND, 2011, p.51).

1.2.2 “Campo científico”, “capital científico” e lógica de mercado

Como anteriormente afirmado por Fleck é necessário se atribuir caráter histórico e social à compreensão do desenvolvimento científico. Nesse sentido, alguns autores propõem 'leituras' mais ampliadas do “campo científico” ou da produção científica, dentro do contexto histórico e social contemporâneo – da “sociedade de mercado” – de particular interesse nesse trabalho.

Na busca por esta 'leitura mais ampliada' do “campo científico”, deparei-me, a partir do trabalho de Hochman (1994), com outro notável autor – Pierre Bourdieu. Na Conferência e debate organizado pelo grupo *Sciences en Question*, realizada no INRA (Institut National de la Recherche Agronomique) em Paris (1997), Bourdieu reforça suas contribuições sobre os conceitos de “campo científico” e “capital científico”. Tal material foi, posteriormente, editado e revisado pelo próprio Bourdieu, dando origem ao livro “Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico” (BOURDIEU, 2004), com o qual pude ter contato durante minhas leituras.

Segundo Bourdieu,

[...] para compreender uma produção cultural [...] não basta referir-se ao conteúdo textual dessa produção, tampouco referir-se ao contexto social contentando-se em estabelecer uma relação direta entre o texto e o contexto. [...] Minha hipótese consiste em supor que, entre esses dois pólos, [...], existe um universo intermediário [...] no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas (BOURDIEU, 2004, p.20).

A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas próprias leis. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, [...], de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada. E uma das grandes questões que surgirão a propósito dos campos (ou dos subcampos) científicos será precisamente acerca do grau de autonomia que eles usufruem. [...] Um dos problemas conexos será, evidentemente, o de saber qual é a natureza das pressões externas, a forma sob a qual elas se exercem, [...], e sob quais formas se manifestam as resistências que caracterizam a autonomia, isto é, quais são os mecanismos que o microcosmo aciona para se libertar dessas imposições externas e ter condições de reconhecer apenas suas determinações internas (BOURDIEU, 2004, p.20-21).

Para compreender o campo científico, segundo Bourdieu, faz-se necessário escapar da dicotomia simplista “ciência pura” – “totalmente livre de qualquer necessidade social” (BOURDIEU, 2004, p.21) – versus “ciência escrava” – “sujeita a todas as demandas político-econômicas” (BOURDIEU, 2004, p.21). Se por um lado Bourdieu ameniza o determinismo político-econômico sobre o “campo científico” ao afirmar que “as pressões externas [...] são mediatizadas pela lógica do campo” e que “quanto mais autônomo for o campo, maior será seu poder de refração e mais as imposições externas serão transfiguradas” (BOURDIEU, 2004, p.22). Por outro lado, descreve o “campo científico” como

[...] um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças. Pode-se, num primeiro momento, descrever um espaço científico [...] como um mundo físico, comportando as relações de força, as relações de dominação. Os agentes [...] criam o espaço, e o espaço só existe [...] pelos agentes e pelas relações objetivas entre os agentes que aí se encontram (BOURDIEU, 2004, p.22-23).

Ainda segundo Bourdieu, tais “relações objetivas” entre os agentes estariam permeada por uma hierarquia de posições dentro do próprio campo, “determinada pela distribuição do capital científico” (BOURDIEU, 2004, p.24). Desta forma, afirma que

Igualmente, no campo econômico, [...] no domínio da pesquisa científica, os pesquisadores ou as pesquisas dominantes definem o que é, num dado momento de tempo, o conjunto de objetos importantes, isto é, o conjunto das questões que importam para os pesquisadores, sobre as quais eles vão concentrar seus esforços e, se assim posso dizer, “compensar”,

determinando uma concentração de esforços de pesquisa (BOURDIEU, 2004, p.24-25).

Sendo assim, Bourdieu parece construir certa analogia entre a 'lógica' de produção do "campo científico" e a 'lógica de mercado', e segue afirmando que

[...] aquilo que define a estrutura de um campo num dado momento é a estrutura de distribuição do capital científico entre os diferentes agentes engajados nesse campo. [...] cada campo é o lugar de constituição de uma forma específica de capital. [...] o capital científico é uma espécie particular de capital simbólico [...] que consiste no reconhecimento (ou crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico (o número de menções do *Citation Index* é um bom indicador [...]) (BOURDIEU, 2004, p.26).

[...] Esse capital, de um tipo inteiramente particular, repousa, por sua vez, sobre o reconhecimento de uma competência que, para além dos efeitos que ela produz e em parte mediante esses efeitos, proporciona autoridade e contribui para definir não somente as regras do jogo, mas também suas regularidades, as leis segundo as quais vão se distribuir os lucros nesse jogo, as leis que fazem que seja ou não importante escrever sobre tal tema, que é brilhante ou ultrapassado, e o que é mais compensador publicar no *American Journal* de tal e tal do que na *Revue Française* disso e daquilo (BOURDIEU, 2004, p.27).

Bourdieu defende, ainda, a existência de "duas espécies de capital científico" com "leis de acumulação" e "formas de transmissão" diferentes: "o capital científico'puro'" e "o capital científico institucionalizado" (BOURDIEU, 2004, p.36-37).

[...] o capital científico "puro" adquire-se, principalmente, pelas contribuições reconhecidas ao progresso da ciência, as invenções ou as descobertas (as publicações, especialmente nos órgãos mais seletivos e mais prestigiosos, portanto aptos a conferir prestígio à moda de bancos de créditos simbólicos, são o melhor indício); o capital científico da instituição se adquire, essencialmente, por estratégias políticas (específicas) que têm em comum o fato de todas exigirem *tempo* – participação em comissões, bancas (de teses, de concursos), colóquios mais ou menos convencionais no plano científico, cerimônias, reuniões etc. -, de modo que é difícil dizer se, como o professam habitualmente os detentores, sua acumulação é o princípio (a título de compensação) ou o resultado de um menor êxito na acumulação da forma mais específica e mais legítima do capital científico (BOURDIEU, 2004, p.36).

Já Castiel e Sanz-Valero (2007, p.3047-3048) trazem algumas idéias de Latour & Woolgar, propondo uma relação mais direta entre produção científica e

mercado a partir da discussão da utilização do ‘crédito ou capital científico’ de forma a responder “efetivamente às leis de oferta e procura”, inerentes da lógica de mercado. Nesse contexto:

[...] A autoria significa capacidade de dispor de créditos em termos de capital científico que podem ser acumulados e reinvestidos a fim de sustentarem o trabalho de alguém, para pedidos de financiamento a novas pesquisas e/ou para trabalhos posteriores aceitos. [...] Por conseguinte, o artigo científico é uma das formas principais de capital científico com poder de gerar mais capital. (CASTIEL e SANZ-VALERO, 2007, p.3047-3048).

Defendendo que o ‘modo de produção e consumo’ de artigos científicos partilham aspectos com a ‘produção’ e o “consumo de mercadorias no capitalismo globalizado” (CASTIEL e SANZ-VALERO, 2007, p.3048). Transformando, segundo Hochman, **“toda escolha científica”** em **“uma estratégia política de investimento dirigida para a maximização de lucro científico, isto é, o reconhecimento dos pares-competidores”** [grifos meus] (HOCHMANN, 1994, p.210).

Hochmann (1994, p.213) propõe, ainda, a anulação da “comunidade científica” com o surgimento de um “mercado científico, só que não um mercado de concorrência perfeita” (HOCHMANN, 1994, p.213). Afirmando, com base nas idéias de Latour & Woolgar, tratar-se:

[...] de um mercado de informações no qual as forças da oferta e da procura criam o valor da mercadoria, um valor que flutua dependendo da estrutura dessas forças, como, por exemplo, o número de investidores e o equipamento dos produtores e a capacidade atribuída a eles (HOCHMANN, 1994, p.213).

Neste ‘mercado científico’, os cientista ou pesquisadores se inserem como “empregadores (empresas) e empregados”, submetidos ao “poder derradeiro” de “suas fontes de financiamento” (CASTIEL e SANZ-VALERO, 2007, p.3047-3048). Aqueles que lideram grupos de pesquisa:

[...] passam a atuar cada vez mais como homens de negócios ao gerenciar insumos, produtos, pessoal, recursos humanos, equipamentos, mas, sobretudo, devem manter ativas as fontes de financiamento para dar

continuidade à sobrevivência de seu grupo, que é uma forma de manter a sua própria existência no campo (CASTIEL e SANZ-VALERO, 2007, p.3045).

Os demais:

[...] atuam como “empregados” de empresas, funcionários que se dedicam a seguir a rotina de protocolos estabelecidos em propostas de investigação aceitas pelas agências financiadoras e consagradas pela comunidade científica (CASTIEL e SANZ-VALERO, 2007, p.3045).

Tais atores desenham, desta forma, segundo Hochmann (1994), um ‘cenário’ no qual depara-se com a clássica relação social entre dominantes e dominados. Na qual, os dominantes “ocupam a hierarquia superior na distribuição de capital científico e [...] podem impor a definição de ciência que se conforma com seus interesses [...]”; e os dominados “[...] com pouco ou nenhum capital, situando-se na hierarquia inferior [...] (HOCHMANN, 1994, p. 212). Relação esta que estimula a competitividade por recursos e o “[...] reconhecimento por sua produtividade sem [...] uma ética profissional concernindo o caráter público da produção científica [...]” (LUZ, 2008, p.224). Abrindo espaço para questionamentos e críticas com relação aos efeitos dessa prática na produção do conhecimento científico e sua ‘responsabilidade social’.

1.3 Produção científica e lógica de mercado no Brasil

1.3.1 Gênese

Pode-se situar o início do chamado ‘produtivismo científico’ no Brasil em meados dos anos 1980. Naquela época, juntamente com outros países ditos ‘emergentes’, o Brasil passou a reformar seus sistemas de inovação, a partir da percepção de que a área de ciência e tecnologia (C&T) seria estratégica para o

desenvolvimento (MAFFRA, 2012, p.2-4). Tal reforma incluiu a vinculação de diversas agências de fomento à pesquisa⁴ ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), criado em 1985 (MOROSINI, 2009, p.134), e a elaboração e execução de três Programas de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT): PADCT I: 1985-1990; PADCT II: 1992-1996; e o PADCT III: 1998-2004 (IDEM, p.4). Tais Programas resultaram de acordo de empréstimo entre o governo brasileiro e o Banco Mundial – Acordo de Empréstimo nº. 4266-BR (BRASIL, 1998).

A nova orientação para o desenvolvimento científico e tecnológico, decorrente da adoção dos PADCTs, se justificava por seus defensores pela necessidade de maior vínculo entre a produção científica e o mercado:

A nova política de C&T deve implementar tarefas aparentemente contraditórias: estimular a liberdade, iniciativa e criatividade dos pesquisadores e, ao mesmo tempo, **estabelecer um forte vínculo entre o que eles fazem e as necessidades da economia** [grifos meus], do sistema educacional e da sociedade como um todo (SCHWARTZMAN et al, 1993, p.ii).

O documento mencionado trazia entre suas recomendações, de conteúdo indisfarçavelmente pró-mercado:

- a. Redirecionar as políticas tecnológicas do país de acordo com as **novas realidades econômicas** [grifos meus] (p.ii).
- b. **Grupos de pesquisa universitários e institutos governamentais devem ser fortemente estimulados a se vincular ao setor produtivo e a se engajar em trabalhos aplicados** [grifos meus],
- c. A composição atual dos investimentos em ciência e tecnologia precisa ser revertida. O setor público não deve continuar arcando com 80%, ou mais, das despesas (p.iii).

Dentro do sistema de C&T do governo brasileiro, cabe à CAPES, entre outras coisas, a responsabilidade pela avaliação da qualidade dos programas de pós-

⁴ Essas agências são: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), criado em 1951; a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), criada em 1967; e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), fundado em 1954. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação, criada em 1951, também se articulava ao Programa, como uma de suas agências executoras (BRASIL, 1998, p.3).

graduação do país, tendo estruturado seu sistema de avaliação em 1976/1977 (FREITAS, 1998, p.7). Em 1998, esta Agência mudou seus critérios de avaliação, “modificando o seu papel de pedagógico para o de avaliador, de forma a se chegar a um padrão de excelência internacional” (idem, p.9). Segundo Souza e Paula (2002, apud MUGNAINI, 2006, p.74), no mesmo ano foi adotada a avaliação trienal da produção científica. Tais mudanças corresponderam ao início do PADCT III.

Cabe ressaltar que a negociação e a implantação dos PADCT I a III se deram em pleno período em que o país adotava a receita do ajuste estrutural recomendado pelo chamado ‘Consenso de Washington’, para o saneamento das finanças públicas em função da crise da dívida externa. Em fevereiro de 1983, o Brasil assinou o primeiro acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), começando a implantar as políticas de ajuste estrutural, de corte neoliberal (BELLUZZO, 1984 e SALLUM J.R., 1994, apud RODRIGUES, 2014, p.42). Segundo Gonçalves (2013, p.54-56 e p.57-58), a partir de 1994, a economia brasileira passou a funcionar dentro do que denomina por ‘modelo liberal periférico’, de inserção passiva no processo de globalização implantado a partir do governo Fernando Henrique Cardoso, cujas características são: a) liberalização, privatização e desregulação; b) subordinação e vulnerabilidade externa estrutural; c) dominância do capital financeiro.

Alguns autores apresentam dados positivos sobre os impactos dos PADCTs na produção científica nacional. Eucler Paniago traz uma avaliação positiva dos impactos destes na química brasileira, em artigo publicado em 1997. Segundo a avaliação deste, a Química brasileira apresentava situação de aguda carência na época de concepção do PADCT I, em 1984, porém, com a inclusão do “Subprograma de Química e Engenharia Química” no PADCT, por exemplo, o crescimento dessa área tornou-se possível (PANIAGO, 1997, p.23). Impactos positivos foram identificados, principalmente, “pelos resultados do apoio que deu aos Centros de Formação de Recursos Humanos, melhorando suas bibliotecas, laboratórios e equipamentos analíticos” (PANIAGO, 1997, p.27). Além disso, segundo o autor, o PADCT:

[...] permitiu mostrar que, em relativo curto prazo, mesmo projetos de natureza acadêmica, desde que adequadamente financiados, podem gerar novas tecnologias. Isto resultou também de uma mudança de atitude da comunidade que passou a aceitar que a integração entre os setores

acadêmico e industrial é indispensável para alavancar o desenvolvimento autossustentado da Química e Engenharia Química no país (PANIAGO, 1997, p.27).

Marília C. Morosini, em artigo publicado em 2009 como “parte do projeto Indicadores de Qualidade da Educação Superior Brasileira” (nota de rodapé p.125), define os programas de pós-graduação como “a mola propulsora do desenvolvimento brasileiro”, permitindo a formação de “recursos humanos de alto nível”, tornando-se uma “das bases do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (SNC&T).”(MOROSINI, 2009, p.125). Segundo esta, o período democrático, a partir da segunda metade dos anos 1980:

[...] buscou a expansão qualitativa e quantitativa com avaliação interna e externa das universidades; pesquisas voltadas para as necessidades de C&T do país, do sistema educacional e do mercado de trabalho; capacitação dos docentes; e necessidades de vinculação da PG à graduação (MOROSINI, 2009, p.134).

Ainda neste contexto, Castiel e Sanz-Valero afirmam que a produção brasileira ocuparia na primeira década do século XXI o “9º lugar entre os países que apresentam maior dinamismo em termos percentuais de crescimento entre os anos 1991 a 2003” (2007, p.3041).

1.3.2 Preocupações e críticas

O fato de a mudança no sistema de fomento e avaliação de C&T no Brasil ter se dado no âmbito das políticas de ajuste estrutural, aparentemente, dá bases a algumas preocupações e críticas que vêm surgindo com relação ao sistema de avaliação adotado pela CAPES e a própria produção científica no país. A leitura de algumas produções sobre o tema permitiu a identificação preliminar de alguns possíveis eixos norteadores destas preocupações e críticas. Dentre estes podem ser citados: a “mercantilização” da produção científica, o clima de “publique-se a

qualquer preço”, as preocupações com inovação e qualidade, e questões relacionadas a interdisciplinaridade e os diferentes saberes na área de Saúde Coletiva.

“Mercantilização” da produção científica

O primeiro alvo das críticas ao modelo de avaliação da CAPES é no sentido de que o mesmo estaria afinado à globalização da economia mundial e ao tratamento da produção científica como mercadoria, como consequência estaria havendo um aumento da competição por recursos de financiamento. Para Madel Luz, os atuais critérios de fomento e avaliação da produção científica no país estariam baseados na “crença da superação do atraso ou dependência tecnológica apenas pelo ‘acertar o passo’ com a economia globalizada”, o que não asseguraria “crescimento sustentável permanente” (2008, p.220). Marcos Barbosa de Oliveira (2008, p.379) afirma que estaria em curso uma “reforma neoliberal na universidade”, levando à “mercantilização” da produção científica.

Castiel e Sanz-Valero (2007, p.3045) argumentam no mesmo sentido, segundo eles, “a autoria de artigos se tornou moeda corrente – uma mercadoria negociável no mercado acadêmico em tempos de grandes investimentos nas ciências biológicas e médicas (‘big science’)”. Os mesmos autores comparam essa “mercantilização” da produção acadêmica com o conceito de fetichismo da mercadoria de Marx, pela qual as relações sociais seriam encobertas pela forma do produto do trabalho humano quando este assume a forma de mercadoria. Mendonça (2014) também afirma que a atual lógica avaliativa estaria transformando o artigo científico em mercadoria.

Como consequência dessa “mercantilização” da produção acadêmica, estaria havendo uma “competição desenfreada entre indivíduos, grupos de pesquisadores e instituições pela obtenção de recursos para a pesquisa” (LUZ, 2007, p.222). O aumento da competição por recursos também é mencionado por Castiel e Sanz-Valero (2007). Segundo Hochman, tanto a mercantilização da produção científica, quanto à tendência ao aumento da competição por recursos que estariam ocorrendo

na produção científica brasileira em relação ao exercício da ciência como um todo, eram questões já apontadas por Bourdieu em 1975⁵, (HOCHMAN, 1994, p.209).

Avaliação quantitativa e o clima de “publique- se a qualquer preço”

Vários autores vêm criticando, ainda, o viés quantitativo dos atuais critérios de avaliação da produção científica vigentes no país. Kenneth Rochel de Camargo Jr., por exemplo, questiona a possibilidade de avaliação da “produção científica apenas ou principalmente por meios quantitativos, e o clima de ‘publique- se a qualquer preço’ que essa lógica encoraja”, chegando a propor “uma ruptura radical com a tradição de ranqueamentos segundo indicadores quantitativos de produção” (2013, p.1710). Na mesma linha, Castiel e Sanz-Valero mencionam estar existindo uma verdadeira ‘ciência-salame’, ou ‘publicacionismo’, ou ainda ‘produtivite’ (2007, p.3042).

Oliveira (2008, p.380) considera que o viés quantitativo é uma “das características mais controvertidas do surto avaliatório”. É preciso considerar que a avaliação é centrada no curto prazo, ou seja, a produção científica no último triênio, quando uma parte importante da produção científica demandou prazos muito mais longos para serem elaboradas e reconhecidas. Um exemplo claro foi a teoria do conhecimento de Ludwik Fleck, cuja obra “Gênese e desenvolvimento de um fato científico”, publicada em 1935, permaneceu relativamente desconhecida até que Thomas Kuhn o mencionou na apresentação de seu livro “A estrutura das revoluções científicas”, publicado, pela primeira vez em 1979.

A distância histórica entre a primeira publicação de suas ideias e o efetivo reconhecimento de sua importância, a partir de 1979, 44 anos depois, é um argumento poderoso contra os atuais sistemas de avaliação da produção científica adotados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) no Brasil que levam em consideração a produção dos pesquisadores no triênio anterior. Há inúmeros exemplos do tipo na história da ciência, como é o caso do teorema de Desargue, elaborado em 1636 e só reconhecido em 1864 (ROONEY, 2012, p.113). Pode-se dizer que o critério de curto prazo é claramente oriundo da lógica de mercado. Mariana Mazzucato (2014), ao mostrar as diferenças entre o

⁵ Pierre Bourdieu “O Campo Científico”, artigo.

interesse público e o de mercado em relação ao desenvolvimento científico e tecnológico, chama a atenção para o fato de que:

[...] a indústria investe apenas no desenvolvimento de produtos competitivos no prazo de três a cinco anos. É difícil para os gestores industriais justificar para seus acionistas os grandes investimentos em pesquisa fundamental de longo prazo [...]” (Appelbaum e Parker, 2011, apud MAZZUCATO, 2014, p.123).

Segundo ela, “este trecho [de Appelbaum e Parker, 2011] é fascinante porque destaca como o setor privado está focado demais no curto prazo” (MAZZUCATO, 2014, p.123). O curioso é que a lógica de curto prazo do mercado, incompatível com o desenvolvimento da produção científica básica a qual requer prazos mais longos para dar resultados, foi adotada para a avaliação da produção científica brasileira pela CAPES, ao utilizar períodos trienais para avaliação da mesma.

Preocupações com a inovação

Segundo alguns autores, o aumento da produção científica estimulado pelo modelo de avaliação em vigor, nem sempre anda junto com a inovação e a qualidade. A este respeito, Camargo Jr. (2013, p.1709) chama a atenção para o fato de que o crescimento exponencial da produção “provavelmente contribui mais para a deterioração da relação sinal/ruído da comunicação científica do que para a inovação”.

Mazzucato (2014) defende que o Estado tem assumido os maiores custos e riscos no processo de inovação científica, financiando projetos diversos de pesquisa básica que nem sempre são fadados ao sucesso, enquanto a iniciativa privada tem se concentrado principalmente na pesquisa aplicada, com base nos resultados exitosos de esforços científicos patrocinados pelo Estado. Isto ocorre porque a pesquisa básica exige longo prazo de desenvolvimento, altos custos e envolve elevados riscos, enquanto a pesquisa aplicada envolve prazos mais curtos e custos e riscos menos elevados. Como as empresas privadas têm de apresentar resultados a seus acionistas, sua lógica é de curto prazo como no mercado de ações, o qual “não foi feito para lidar com os desafios de governança apresentados pelos negócios movidos por P&D” (Pisano, 2006, apud MAZZUCATO, 2014, p. 83).

É por esta razão que Mazzucato (2014) defende que tem sido o Estado através de suas agências de pesquisa e de fomento que tem viabilizado os esforços científicos de longo prazo, feitos também por universidades, que têm resultado nas principais inovações científicas. A autora chama a atenção várias vezes para as necessidades de longo prazo e o alto risco inerentes à inovação científica, que justificam a necessidade da ação estatal em P&D. Ela utiliza três exemplos eloquentes nesse sentido: a inovação na indústria farmacêutica, de computadores e das energias renováveis. Em todos eles a inovação tem sido fruto principalmente do investimento e das condições criadas pelo Estado para se desenvolver.

A preocupação com resultados rápidos e o curto prazo, característicos do produtivismo na área empresarial, não são adequados à inovação científica. O curioso é que a lógica de curto prazo, que é incompatível com a inovação científica penetrou nos sistemas de avaliação da produção científica no Brasil de forma acrítica, mais recentemente é que parte da comunidade acadêmica vem mostrando sua inquietude com relação a esse tema. Uma pergunta que fica é se a ênfase no produtivismo e no curto prazo não estaria estimulando uma produção científica mais compatível com a ciência normal do que com a inovação, ou a revolução científica.

Interdisciplinaridade e os diferentes saberes na área de Saúde Coletiva

A Saúde Coletiva se caracteriza por um campo multidisciplinar ou interdisciplinar, no qual formas distintas e específicas de produção do conhecimento se fazem presentes em suas diferentes disciplinas ou subáreas⁶. Para Madel Luz (2008):

A coexistência num só campo de múltiplos saberes científicos [...] e de dois paradigmas de construção, nas práticas e nos discursos (o das verdades e o da eficácia), do que é para ser visto como legitimamente verdadeiro (por sua eficácia), forçou-nos a desdobrar um olhar previamente mono disciplinar (sociológico) em uma ótica multidisciplinar (da diversidade no pesquisar) e em uma dialógica de construção de objetos (LUZ, 2008, p.218).

Porém, como destacado por Ronir Raggio Luiz (2006, p.311), a Saúde Coletiva estaria tendo dificuldades para 'assegurar' essa interdisciplinaridade, uma

⁶ A área de saúde coletiva é composta basicamente por três subáreas: epidemiologia, planejamento/gestão e serviços de saúde e ciências humanas (LUZ, 2010).

vez que o sistema de avaliação mostrou-se “pouco integrado e, muitas vezes, inflexível”. Na mesma linha, o ensaio sobre a produção da área, elaborado por Camargo Jr., mostrou que “a epidemiologia respondeu por quase metade dos artigos produzidos pela área no período estudado, tendo número superior aos de ciências sociais e humanas em saúde e planejamento somados” (2010, p.4), associando tal fato às diferenças na forma de produção intelectual. Podendo-se, então, especular que estaria havendo um viés em favor da subárea de epidemiologia, neste sentido.

As dificuldades de avaliação da área foram, também, reconhecidas no último relatório da Comissão de Avaliação da Área de Saúde Coletiva da CAPES, publicado em 2013 e relativo ao triênio 2010-2012 (CAPES: 29/03/15). No qual, os avaliadores fazem algumas considerações sobre tal processo:

1. A comissão considera que o atual modelo de avaliação está esgotado tendo completado um ciclo muito positivo para o desenvolvimento do SNPG e da própria ciência brasileira. É necessário, portanto, um novo esforço de formulação que contemple as mudanças e facilite o processo de acompanhamento dos cursos.

[...]

8. A avaliação deve ser predominantemente realizada em bases qualitativas ainda que indicadores quantitativos possam ser utilizados como balizadores para as decisões da comissão. Os cursos devem ser analisados em sua integridade e não como a resultante de um conjunto fragmentado de aspectos (CAPES, 2013, p.2 e 3).

1.4 Saúde Coletiva e o IMS

1.4.1 A Saúde Coletiva – conceito e gênese

Segundo Everardo D. Nunes (1994, p.5), “[...] as bases para a emergência de um projeto denominado de saúde coletiva [...]” iniciam-se na segunda metade dos anos 1950, na América Latina. Caracterizada por uma fase inicial, a qual Nunes denomina de “pré-saúde coletiva”, “[...] marcada pela instauração do ‘projeto preventivista’ [...]” (NUNES, 1994, p.5). Tal fase é seguida por outra, que se estende

até o final dos anos 1970, na qual “não isola os ideais preventivistas, mas reforça a perspectiva de uma ‘medicina social’, e, a partir de 80 até a atualidade, vai se estruturando o campo da ‘saúde coletiva” (NUNES, 1994, p.5).

Nunes descreve que tal “projeto preventivista latino-americano” surge em um contexto de crise teórica e prática do ‘modelo hegemônico’ da medicina vigente, na segunda metade dos anos 1950 (NUNES, 1994, p.6-7). Defendendo-se, então:

[...] reformas [...] vinculadas a um projeto pedagógico, e não de reforma direta das práticas médicas. [...] Se, no plano do conhecimento, é o momento de dar espaço a alguns conceitos sociológicos, antropológicos, demográficos, epidemiológicos e ecológicos, no plano político-ideológico, o projeto preventivista se expressa na chamada "medicina comunitária" e seus desdobramentos nos programas extra-muros (NUNES, 1994, p.6-7).

Nunes contextualiza histórica, política e economicamente, o cenário no qual tal processo de ‘reforma’ se instalou. Descreve que o fim da Segunda Guerra Mundial levou à:

[...] expansão econômica, [...] intensificação da produção industrial manufatureira, principalmente em alguns países como Argentina, Brasil, Chile e México. Implantava-se um novo modelo de acumulação, baseado na substituição de importações; ampliava-se a participação estatal no processo de acumulação, ao aumentar a produtividade da força de trabalho. As formas adotadas para isto serão a seguridade social e os programas de saneamento ambiental nas zonas agro-exportadoras. [...] Na política assiste-se, em meados dos 50, à queda de alguns governos populistas: Peron, Vargas, Arbenz (NUNES, 1994, p.7-8).

Acrescentando que em:

[...] meados de 60, [...] se instaura na América Latina a questão do planejamento em saúde veiculada pela proposta CENDES/OPS, que, dentro de uma visão economicista, fixava como básica a determinação da relação custo/benefício (NUNES, 1994, p.8).

Na década de 70, reascendem as críticas e discussões sobre as ‘formulações’ e ‘práticas’ do ‘modelo médico hegemônico’ – presentes na década anterior,

somadas as discussões das “diferenças entre medicina preventiva, medicina social e saúde pública”, reconhecendo o ‘modelo preventivista’ como insuficiente para atender às demandas de ‘reforma’ (NUNES, 1994, p.8-9).

[...] A própria Organização Pan Americana da Saúde, que havia estimulado a difusão de um pensamento preventivista, assume em documento de 1974 que, [...] as reformas preconizadas não haviam se integrado no processo global da escola médica, e que a integração com a comunidade estava baseada em esquemas artificiais e desvinculados dos serviços existentes na comunidade (NUNES, 1994, p.8-9).

Estabelecendo-se, “no ideário nacional [...] intensa discussão sobre os caminhos da Medicina Preventiva” (NUNES, 1994, p.11). Surgindo, neste cenário:

[...] tanto a posição que rastreava nos conceitos da Medicina Social européia os seus pressupostos - enfatizando os níveis de prevenção através das práticas individuais ou coletivas da atenção médica, como a conceituação adotada por outros que tomava a Medicina Social "como o estudo da dinâmica do processo saúde-doença nas populações, suas relações com a estrutura de atenção médica, bem como das relações de ambas com o sistema social global, visando à transformação destas relações para a obtenção dentro dos conhecimentos atuais, de níveis máximos possíveis de saúde e bem-estar das populações” (Arouca apud NUNES, 1994, p.11)

Segundo Nunes, já era possível presenciar, no final dos anos 1960, a crise do “modelo de Saúde Pública desenvolvimentista”, associado a um cenário de repressão, piora dos indicadores sócio-econômicos e de saúde, levando “a busca de um novo paradigma” que pudesse “construir um campo de práticas e saberes transformadores” e “a instauração de uma outra forma de pensar o planejamento em saúde” (NUNES, 1994, p.12-13). Porém, é no final dos anos 1970 que a crise se confirma:

[...] quando a tendência recessiva da economia dos países latino-americanos se acentua, com o agravamento do processo inflacionário, o aumento da dívida externa, do desemprego e do déficit fiscal, marcando de forma negativa os níveis de saúde e impondo mais uma vez uma tomada de posição frente às questões de saúde. No nível internacional, instala-se o discurso da Atenção Primária; no nível nacional, vai se consolidando uma tomada de posição frente ao problema sanitário e à aglutinação dos

diversos segmentos que tratavam da medicina preventiva, medicina social, saúde pública. (NUNES, 1994, p.14-15).

Então, em 1978, iniciam-se as discussões das idéias de criação de uma “área denominada Saúde Coletiva” (NUNES, 1994, p.14-15). Segundo Nunes, dois momentos destacam-se nesse contexto de discussão acerca da reformulação da formação de profissionais para o campo da saúde. Seriam estes: o “Encontro Nacional de Pós-graduação em Saúde Coletiva” (Salvador, Bahia) e, a “Reunião sub-Regional de Saúde Pública da Organização Panamericana da Saúde/Asociación Latinoamericana de Escuelas de Salud Pública (OPAS/ALESP)” (Ribeirão Preto, São Paulo) (NUNES, 1994, p.15-16). Fez-se necessária, então, a criação de uma instituição que se congrega os “interesses das instituições formadoras” e estruturando a saúde coletiva “como um campo de saber e prática” (NUNES, 1994, p.15-16). E, em dezembro de 1979, foi criada a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), que assume o papel norteador desta formação (NUNES, 1994, p.15-16), devendo esta ser orientada por "um processo gerador de análise crítica do setor saúde na realidade social em que se insere; seja potencialmente capaz de influir no campo da docência, pesquisa e prestação de serviços", estabelecendo:

[...] um adequado equilíbrio entre os conteúdos técnicos e teórico-conceituais, entre o ‘biológico’ e o ‘social’, entre o ‘operacional’ e o ‘crítico’, como forma de evitar o ‘tecnicismo’ e o ‘biologismo’ presentes na tradição do ensino da área de Saúde Coletiva (ABRASCO apud NUNES, 1994, p.15-16).

Ainda em sua descrição histórica da construção do ‘campo’ da saúde coletiva, Nunes destaca as transformações vivenciadas nos anos 1980, postulando que estas “imprimirão novas marcas na saúde coletiva, tanto no campo epistemológico, como das práticas, da formação, e do aparecimento de ‘novas’ subáreas” (NUNES, 1994, p.19). Somando-se às questões levantadas por Nunes, Paim e Almeida Filho (1998, p.300-301) afirmam que a “nova ordem mundial”, instaurada nos anos 1980 e embasada nos princípios neoliberais, promoveram “uma marcante fragilização dos

esforços para o enfrentamento coletivo dos problemas de saúde” (PAIM e ALMEIDA FILHO, 1998, p.300-301). Enquanto difundia-se, a partir da Conferência de Alma-Ata:

[...] a estratégia da atenção primária à saúde [...], os centros hegemônicos da economia mundial revalorizam o mercado como mecanismo privilegiado para a alocação de recursos e questionam a responsabilidade estatal na provisão de bens e serviços para o atendimento de necessidades sociais, inclusive saúde (PAIM e ALMEIDA FILHO, 1998, p.300-301).

PAIM e ALMEIDA FILHO (1998) destacam, então, a necessidade e urgência em:

[...] discutir a questão da saúde no âmbito público-coletivo-social e as propostas de ação subseqüentes. No caso específico da América Latina, a emergência nos últimos vinte anos de um campo que se designou como Saúde Coletiva permite a identificação de pontos de encontro com os movimentos de renovação da saúde pública institucionalizada, seja como campo científico, seja como âmbito de práticas, e mesmo como atividade profissional (PAIM e ALMEIDA FILHO, 1998, p.301).

[...] a necessidade de construção de um marco teórico-conceitual capaz de reconfigurar o campo social da saúde, atualizando-o face às evidências de esgotamento do paradigma científico que sustenta as suas práticas (PAIM e ALMEIDA FILHO, 1998, p.301).

Surge, então, a saúde coletiva, no Brasil, “ancorada em sujeitos concretos, múltiplos e instáveis, perpassados por conflitos de interesses sociais e políticos” (VILLELA et al., 2009, p.998) e caracterizada como “[...] área de conhecimento e de práticas, [...] marcada pelo compromisso político com a redução das desigualdades em saúde e o caráter interdisciplinar da sua produção acadêmica” (VILLELA et al., 2009, p.998). Paim e Almeida Filho (1998) acrescentam que:

[...] pode-se entender a saúde coletiva como campo científico, onde se produzem saberes e conhecimentos acerca do objeto ‘saúde’ e onde operam distintas disciplinas que o contemplam sob vários ângulos; e como âmbito de práticas, onde se realizam ações em diferentes organizações e instituições por diversos agentes (especializados ou não) dentro e fora do espaço convencionalmente reconhecido como ‘setor saúde’ (PAIM e ALMEIDA FILHO, 1998, p.308)

1.4.2 Saúde coletiva e sua natureza interdisciplinar

Diferentes autores destacam, ainda, a saúde coletiva “como um campo de conhecimento de natureza interdisciplinar” (PAIM e ALMEIDA FILHO, 1998, p.310), que se estrutura “sobre o tripé epidemiologia, ciências humanas e sociais, política e planejamento” (VILLELA et al., 2009, p.998), beneficiando-se da produção do conhecimento de cada uma de suas disciplinas, bem como das interações entre estas (VILLELA et al., 2009, p.998) e fundamentando “um âmbito de práticas transdisciplinar, multiprofissional, interinstitucional e transetorial” (PAIM e ALMEIDA FILHO, 1998, p.310).

Apesar de Madel Luz (2009) ter apontado o campo da saúde coletiva como “um dos mais férteis e avançados atualmente na árvore dos saberes disciplinares” (Luz, 2009, apud NUNES et al; 2010, p.1918), Nunes et al (2010), afirmam perceber que:

De um modo geral, [...] a configuração do campo da Saúde Coletiva não sofreu alterações em sua estrutura na última década; há, sem dúvida, a ampliação de conteúdos nos campos disciplinares, mas sem grandes inovações. [...] em termos conceituais e práticos mantém aproximações, em termos paradigmáticos, com as ciências humanas, medicina, epidemiologia clássica, planejamento, gestão e avaliação das políticas de saúde, materializadas em programas e serviços (NUNES et al; 2010, p.1922).

Gastão Wagner (2000) destaca, ainda, algumas questões para reflexão e discussão com relação à produção do conhecimento na Saúde Coletiva. Dentre essas destaca a necessidade de entendermos que a saúde coletiva não detém todas as ‘verdades’ “do processo saúde/doença/intervenção” (CAMPOS, 2000, p.65), e que “existem diversos modos para produzir saúde. Cada modo de produção de saúde é composto por uma dada combinação – qualitativa e quantitativa – de práticas” (CAMPOS, 2000, p.65). Sugerindo ser necessário:

[...] repensar a saúde coletiva, filiando-se àquelas escolas filosóficas que sustentam a existência de relação dialética entre o pensar e o agir, entre o

homem e o mundo, e entre os próprios homens, ainda quando esse método seja tido como não-científico e obrigue seus aplicadores a dissabores com a nomenclatura acadêmica. Ser e não ser, ao mesmo tempo. [...] A importância do conceito de produção. Precisando melhor: assumir que toda produção é uma co-produção em que o produtor é também modificado pelo produto (CAMPOS, 2000, p.57-58).

1.4.3 Saúde coletiva – pós-graduação e avaliação dos programas

Neste ponto cabe ressaltar a ‘concreta’ instituição do ‘campo’ a partir da criação dos primeiros cursos de pós-graduação *stricto sensu*, a partir dos anos 1970. Nesse período o termo ‘saúde coletiva’ ainda não era utilizado para denominá-los, sendo inicialmente intitulados por ‘saúde pública’ (NUNES, FERRETO e BARROS, 2010, p.1929). Segundo Nunes, Ferreto e Barros (2010):

[...] Os primeiros programas foram então criados, em 1970, na Faculdade de Saúde Pública da USP; em 1971, na Faculdade de Medicina/USP/Ribeirão Preto; em 1973, na Faculdade de Medicina/USP/São Paulo; em 1973, na Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia; e, em 1974, o mestrado em Medicina Social do Instituto de Medicina Social (IMS)/UERJ. A denominação de Saúde Coletiva para o mestrado do IMS data de 1987 e em 1991 foi criado o curso de doutorado. (NUNES, FERRETO e BARROS, 2010, p.1929).

O “Relatório de Avaliação Trienal de 2013” da CAPES para a área de Saúde Coletiva, disponível no portal CAPES, traz como ‘anexo’ a relação de ‘programas com respectivos nota e nível’. A partir da análise deste, foi possível definir que, em 2013 e após a avaliação trienal do período, permaneceram credenciados pela CAPES 64 programas, sendo destes: 25 de mestrado profissional, 12 de mestrado acadêmico, 1 de doutorado e 26 de mestrado acadêmico e doutorado. Porém, dados mais recentes, também disponíveis no portal e com data de atualização de março de 2015, informam que, atualmente, são credenciados pela CAPES 79 programas, distribuídos em 32 de mestrado profissional, 14 de mestrado acadêmico, 3 de doutorado e 30 de mestrado acadêmico e doutorado, ainda a serem avaliados no fim do atual triênio (CAPES: 29/03/15).

Em estudo publicado em 2008, sobre “A Pós-Graduação e o Campo da Saúde Coletiva”, Rita Barata expõe questões relacionadas aos cursos de pós-graduação em saúde coletiva da época, dentre elas: distribuição geográfica, tempo médio de titulação, número de novos alunos e alunos titulados, produção científica e a avaliação desta.

Rita Barata afirma neste estudo que a distribuição dos programas de pós-graduação em Saúde Coletiva apresentava uma “forte concentração regional”, assim como a distribuição de “instituições, recursos de fomento e pesquisadores”, apresentando “maior desconcentração dos programas para a Região Nordeste e menor presença nas regiões Centro-Oeste e Norte” (BARATA, 2008, p.190-191).

Com relação ao tempo médio de titulação, Rita Barata, destaca que este se tornou, a partir da segunda metade dos anos 1990, um dos principais critérios de avaliação, em “decorrência da situação anterior, em que os tempos eram excessivamente longos e parte considerável dos alunos não concluía a formação, deixando de apresentar a tese ou dissertação” (BARATA, 2008, p.192). Segundo a autora:

Entre 1996 e 2006, o tempo médio de titulação para os alunos de mestrado em Saúde Coletiva caiu de 41 meses (praticamente três anos e meio) para 26 meses (praticamente dois anos); e, para os alunos de doutorado, de 63 meses (cinco anos) para 41 meses (menos de quatro anos) (BARATA, 2008, p.192).

Acrescentando que:

Os tempos mais curtos, se por um lado contribuíram para aumentar a proporção dos alunos que concluem sua titulação, por outro geraram uma série de impactos não necessariamente desejáveis sobre a estrutura curricular e o grau de exigência em relação ao trabalho de conclusão. Se para algumas ciências o prazo de 24 meses para o mestrado e 48 meses para o doutorado parece suficiente e adequado, para outras, eles são claramente insuficientes (BARATA, 2008, p.192).

A autora destaca, ainda, o crescente número de novos alunos na área, na década que precedeu seu estudo. Segundo dados, por esta apresentados:

No mestrado foram inscritos 261 alunos em 1996, passando em 2006 a 610 alunos, com crescimento de 13% ao ano. No doutorado, os números passaram de 80 em 1996, para 222 em 2006, indicando 17% de crescimento ao ano (BARATA, 2008, p.193).

Com relação aos alunos titulados no período de estudo (1996-2006), Rita Barata apresenta dados que também mostram um “crescimento acelerado”:

[...] passando de 171 mestres em 1996, para 528 em 2006. No doutorado, dado o maior tempo médio de titulação, observa-se um patamar entre 1996 e 2000 em torno de 80 alunos titulados por ano, e um segundo patamar entre 2000 e 2006, em torno de 190 alunos titulados por ano (BARATA, 2008, p.193).

A produção científica e intelectual na saúde coletiva, segundo Rita Barata (2008), reflete a cisão no campo com “adoção de indicadores de produção estabelecidos a partir do referencial da ciência biomédica” (BARATA, 2008, p.204), passando apenas “a Epidemiologia [...] a ter sua produção adequadamente avaliada, enquanto os pesquisadores de Ciências Sociais em Saúde e de Planejamento e Gestão viram sua produção constantemente desvalorizada” (BARATA, 2008, p.204-205). Isso ocorreu, segundo a autora, porque cada uma dessas ‘disciplinas’ apresenta “tradições de produção” e “modo de produção da investigação científica”, bem como utilização de “meios e veículos de divulgação” de suas produções, diferenciados (BARATA, 2008, p.204-205). Porém, menciona que apesar da “produção epidemiológica nacional” encontrar maior facilidade para divulgar sua produção “em periódicos indexados [...] com fatores de impacto mais altos, também encontra muitos empecilhos”, assim como “toda a produção dos países mais periféricos [...] encontra barreiras à sua divulgação, seja pela língua, seja pelo preconceito dos editores e revisores” (BARATA, 2008, p.206). Acrescentando que:

A valorização desproporcional da publicação em periódicos de circulação internacional, preferencialmente editados por editoras comerciais fortes, instaladas nos países de Primeiro Mundo, a negação da produção em livros e a desconsideração de outras formas de produção intelectual expressa em produtos técnicos provocou alguns efeitos positivos, mas uma quantidade significativamente maior de efeitos negativos. [...] Se, por um lado, os

docentes foram forçados a publicar mais do que vinham fazendo anteriormente, por outro, muitos passaram a se sentir rejeitados e 'improdutivos', na medida em que sua forma tradicional de produção e divulgação de conhecimentos deixava de ser valorizada (BARATA, 2008, p.204-205).

[...] A valorização da produção em livros, em igualdade de condições com a publicação de artigos em periódicos, vem solucionar em parte o problema da oposição Epidemiologia x Ciências Sociais em Saúde, mas não equaciona totalmente as questões próprias à área do Planejamento de Gestão, cuja tradição maior é a produção técnica (BARATA, 2008, p.206).

Portanto, mais um desafio se coloca para a avaliação: definir critérios objetivos para a qualificação da produção técnica dos programas, incluindo assim, na produção intelectual, os produtos gerados pelos docentes e pesquisadores do campo do planejamento e gestão que não se expressam sob a forma de artigos científicos (BARATA, 2008, p.206).

Cabe, a partir de então, descrever brevemente os critérios de avaliação vigentes aplicados pela CAPES no Brasil. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agência fomentadora de destaque no universo acadêmico, publicou documento de sua Diretoria de Avaliação, delimitando critérios ou quesitos e pesos desses, da avaliação dos programas de pós-graduação do país no triênio 2010, 2011 e 2012. Constavam como quesitos desta avaliação para os programas na área de saúde coletiva: (1)- Proposta do Programa (peso = 0%) – “1.1.Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos [...] e proposta curricular.”, “1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro [...]” e “1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, [...], extensão.”; (2)- Corpo Docente (peso = 15%) – “2.1. Perfil do corpo docente, [...] titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência e [...] compatibilidade e adequação à Proposta do Programa”, “2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa”, “2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.”, “2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou pesquisa na graduação [...]” e “2.5. Proporção de projetos com financiamento por agências de fomento ou convênios específicos.”; (3)- Corpo Discente, Teses e Dissertações (**peso = 35%**) – “3.1. **Quantidade de teses e dissertações defendidas [...] em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente**”, “3.2. **Distribuição das orientações das teses e dissertações [...] em relação aos docentes do**

programa”, “3.3. Qualidade das teses e dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação [...] na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores [...]” (“3.3.1. Discente-autor” – percentual, “3.3.2. Artigos de discentes e egressos em periódicos B2 ou superior/total de alunos no final do ano e titulados no ano”, “3.3.3 Produção bibliográfica de alunos e egressos/total de alunos no final do ano e titulados no ano”) [grifos meus], “3.4. Eficiência do programa na formação de mestres e doutores bolsistas: tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados” [grifos meus]; (4)- Produção Intelectual (peso = 35%) – “4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente” (“Produção per capita: soma da pontuação em livros e artigos [de acordo com o critério Qualis] /docentes permanentes”), “4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa” (considerando o percentual deste dentro da “mediana (205 pontos)” e do “percentil 80 (427 pontos)”); “4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes” (“média de artigos e livros técnicos, de divulgação ou didáticos/DP” e “Score da produção técnica”) [grifos meus]; (5)- Inserção Social (peso= 15%) – “5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa”; “5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação”; “5.3. Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação” (CAPES: 29/03/15). Sendo importante destacar que os quesitos “corpo discente, teses e dissertações” e “produção intelectual” ocupavam espaço nuclear da avaliação, compondo juntos 70% do peso desta. Além do caráter quantitativo da avaliação dos quesitos, sugerindo uma lógica produtivista presente no cenário acadêmico, evidenciado em grande parte dos quesitos anteriormente citados, principalmente, naqueles por mim grifados.

A avaliação da produção científica do período foi realizada com base no critério “Qualis periódicos”, “classificação de livros” e “classificação de produção técnica”. Com relação ao critério “Qualis periódicos” foram utilizadas as bases bibliométricas:

Scopus (indicadores: índice H e cites/doc), JCR (indicador: FI) e SciELO (indicador: número médio de citações por artigo descontadas as auto citações). Para todos os indicadores são utilizados como pontos de corte: o percentil 95 para o estrato A1; 90 para o estrato A2; 75 para o estrato B1; 45 para o estrato B2; <45 para o estrato B3. [...] Cada revista é classificada segundo um, dois ou três indicadores prevalecendo a posição mediana resultante dessa classificação múltipla. [...] Bases bibliográficas sem indicadores bibliométricos são usadas para classificação no estrato B4. Acesso on-line de periódicos que não atendem aos critérios anteriores classifica os mesmos no estrato B5. No estrato C foram classificados os periódicos técnicos e de divulgação científica para facilitar a identificação da produção técnica, sob forma de artigos, dos programas, uma vez que não há um qualis específico para esse tipo de produção. (CAPES: 29/03/15).

O número de artigos classificados em cada estrato será ponderado para o cálculo da produção. Cada artigo corresponde a 100 pontos no estrato A1; 85 no estrato A2; 70 no estrato B1; 50 no estrato B2; 30 no estrato B3; 15 no estrato B4 e 5 no estrato B5. Só serão contabilizados 3 artigos por docente nos estratos B4 e B5. (CAPES: 29/03/15).

Na página “WEBQUALIS” é possível consultar a classificação Qualis de um periódico, através do ISSN ou do título desse, para cada área de avaliação. Bem como, é possível consultar a lista de periódicos por classificação e área de avaliação, e até mesmo fazer o download da lista completa dos periódicos e suas classificações (WEBQUALIS: 30/03/15). Através do uso desta ‘ferramenta’ foi possível constatar alguns paradoxos de tal critério de avaliação no contexto da Saúde Coletiva. Uma vez que, ‘conceitualmente’, entendemos Saúde Coletiva como um ‘campo científico’ de característica interdisciplinar, que se ‘beneficia’ da ‘interseção’ da produção do conhecimento de cada uma de suas disciplinas, com suas distintas características e modos de produção. Um exemplo a ser mencionado é o da Revista História, Ciência, Saúde – Manguinhos (ISSN 1678-4758), a qual é classificada no estrato B3 para área de Saúde Coletiva, porém ocupa o estrato A1 para as áreas de História e Sociologia, e estrato B1 para as áreas de Psicologia, Interdisciplinar e Ensino (WEBQUALIS: 30/03/15).

A classificação de livros toma como base a conceituação da comissão de avaliação com relação ao que se compreende como ‘livro’ e considerando “apenas as obras integrais, os capítulos e as coletâneas de ‘caráter científico” (CAPES: 29/03/15). Segundo “Documento de Área 2013”:

Compreende-se por livro um produto impresso ou eletrônico que possua ISBN ou ISSN (para obras seriadas) contendo no mínimo 50 páginas,

publicado por editora pública ou privada, associação científica e/ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial (CAPES: 29/03/15).

Os livros são classificados em 5 estratos dependendo da avaliação quantitativa e qualitativa: estrato L4 (40 pontos ou mais, L3 (33 a 39 pontos), L2 (21 a 32 pontos), L1 (15 a 20 pontos) e LC (< 15 pontos). O número de livros classificado em cada estrato será ponderado para o cálculo da produção. Cada livro corresponde a 240 pontos no estrato L4; 180 pontos no estrato L3; 120 pontos no estrato L2; 60 pontos no estrato L1 e 0 no LC (CAPES: 29/03/15).

A organização de coletâneas e capítulos são classificados em L4 (57 pontos ou mais, L3 (48 a 56 pontos), L2 (35 a 47 pontos), L1 (18 a 34 pontos) e LC (< 18 pontos). O número de capítulos ou coletâneas organizadas em cada estrato será ponderado para o cálculo da produção. Cada produto corresponde a 90 pontos em L4; 60 pontos em L3; 40 pontos em L2; 20 pontos em L1 e 0 em LC (CAPES: 29/03/15).

Para a avaliação da produção técnica foi feita a partir da criação de “dois scores distintos para compor a nota”, adotando-se a “mesma estratégia para a avaliação da produção técnica dos programas acadêmicos e profissionais” (CAPES: 29/03/15).

[...] Um score resultou dos artigos técnicos ou de divulgação científica (estrato C dos Qualis) somados aos livros técnicos, didáticos ou de divulgação, divididos pelo número de docentes permanentes do programa. O outro score foi construído identificando o registro de 12 diferentes tipos de atividades técnicas referidas ou não pelos programas. A soma dos pontos não foi normalizada pela dimensão do corpo docente visto não ter sido considerado o número de produtos mas apenas a existência ou não daquelas atividades (CAPES: 29/03/15).

As atividades consideradas foram: (1)- Participação em comissões ou comitês técnicos relacionados a atividade da política de saúde; (2)- Consultoria ou assessoria a órgãos do Sistema Único de Saúde ou organizações do setor saúde; (3)- Editoria científica de periódicos ou livros; (4)- Pareceres científicos para periódicos ou livros; (5)- Pareceres técnicos próprios dos campos de atuação da Saúde Pública (atividades regulatórias diversas); (6)- Elaboração de protocolos de conduta, guias e manuais de atuação profissional; (7)- Atuação em serviços técnicos próprios da área de Saúde Coletiva; (8)- Cursos de capacitação e treinamento para profissionais de saúde; (9)- Desenvolvimento de produtos técnicos com aplicação no setor saúde; (10)- Produção de material didático; (11)- Atividades de fortalecimento da educação básica; (12)- Atividades de divulgação científica para a população geral (CAPES: 29/03/15).

A partir desta avaliação, os programas são colocados em um “ranking” de importância no cenário acadêmico do país. Desta forma, os programas com notas 7

e 6 ocupam o topo deste “ranking”, sendo considerados com desempenho equivalente aos centros internacionais de excelência na área.

Na avaliação do triênio 2010, 2011 e 2012, divulgada no início de dezembro de 2013, foram avaliados 66 programas. Como síntese dos resultados o “Relatório de Avaliação 2010-2012, Trienal 2013” divulgou:

[...] a área de Saúde Coletiva continua apresentando crescimento no número de programas, especialmente na modalidade profissional, [...] que tem reflexos no crescimento dos docentes permanentes e no número de teses e dissertações concluídas. [...] a área logrou [...] maior desconcentração dos programas visto que foi possível criar programas no Mato Grosso do Sul e no DF, [...] anteriormente sem programas de Saúde Coletiva. Na região norte o crescimento continua lento com a criação de um programa no estado do Pará (CAPES: 29/03/15).

A formação de mestres e doutores aumentou [...] e a produção intelectual dos programas cresceu em quantidade e qualidade (CAPES: 29/03/15).

[...] dois programas foram descredenciados [...] (CAPES: 29/03/15).

[...] onze programas foram considerados de excelência, dos quais sete receberam nota 6 e quatro receberam nota 7 (CAPES: 29/03/15).

O Relatório traz ainda algumas informações interessantes com relação à produção científica brasileira em algumas disciplinas que compõem a área. Dentre estas, destacam-se as produções em Política de Saúde, e em Saúde Pública, Saúde Ambiental e Saúde Ocupacional. Estas ocupam, respectivamente, a terceira e quarta posições na produção de artigos científicos no mundo, atrás apenas de Estados Unidos, Reino Unido e Canadá. Já a produção em Ciências Sociais em Saúde ocupa o quinto lugar, ficando atrás dos Estados Unidos, Reino Unido, China e Austrália. O que, particularmente, considerei contraditório foi a posição ocupada pela produção brasileira em Epidemiologia, ao meu ver tão beneficiada pelos critérios quantitativos da avaliação em vigência no país. Essa ocupa a décima quinta posição no “ranking” internacional, “semelhante à ocupada pela ciência brasileira em geral” (CAPES: 29/03/15).

1.4.4 O IMS

Segundo documentos internos disponibilizados pela secretaria do IMS, foi possível uma breve revisão da história do Instituto, com destaque para os eventos de maior importância. A partir da análise destes, foi possível identificar que tal Instituto começa a se constituir no final da década de 1960, com base nas “reflexões e preocupações de um [...] grupo de docentes da Faculdade de Ciências Médicas” (IMS, 1995, p.3), com relação a “necessidade de estudos e pesquisas voltadas para os determinantes sociais do processo saúde e as características político-econômicas da organização da prática médica e dos serviços de saúde [...]” (IMS, 1995, p.3). Neste contexto, surgiu, então a “proposta de um curso de pós-graduação *stricto sensu* para médicos” (IMS, 1995, p.3). Em 1974, iniciaram-se “as atividades do Mestrado em Medicina Social” (IMS, 1995, p.3), assumindo o IMS sua “plena identidade e clareza de objetivos” (IMS, 1995, p.3). Desde seu início, o IMS assumiu suas “mais marcantes características: interdisciplinaridade, espírito crítico, compromisso com a realidade social da população brasileira e respeito ao livre e democrático debate de idéias” (IMS, 1995, p.3).

No período de 1974 a 1982, o Mestrado de Medicina Social (MMS) e o IMS se consolidaram no cenário acadêmico e institucional, “através da titulação dos professores do grupo original, da expansão do corpo docente e de significativas linhas de pesquisa implementadas com o apoio da FINEP [...]” (IMS, 1995, p.3-4). Em 1982, o MMS recebeu, então, seu primeiro credenciamento junto ao CFE (IMS, 1995, p.4).

O período de 1982 a 1990 foi marcado fundamentalmente pela “dedicação a docência e a pesquisa [...] e a atuação na esfera político-institucional [...]” (IMS, 1995, p.4). Neste período, verificou-se a consolidação do corpo docente, a diversificação das linhas de “reflexão e pesquisa” com o aprofundamento da “integração entre as diferentes áreas de saber” (IMS, 1995, p.4). Além disso, com a mudança do cenário político nacional através do processo de democratização do país, “[...] vários docentes, mestrados e egressos do IMS passam a ocupar pontos relevantes de direção dos órgãos públicos de saúde, previdência social e ciência e tecnologia [...]” (IMS, 1995, p.4). Tais acontecimentos permitiram um “enorme amadurecimento” do Instituto e o surgimento de propostas de “transformações inovadoras no MMS, dentre as quais se destaca a proposta de abertura do curso para outras categorias

profissionais do setor saúde e das ciências sociais [...]” (IMS, 1995, p.4), culminando na transformação do MMS em Mestrado em Saúde Coletiva (MSC) em 1987, “quando da solicitação de recredenciamento junto ao CFE” (IMS, 1995, p.4-5). Tal transformação levou a reformulação dos programas das disciplinas obrigatórias e eletivas, com objetivos de “conferir maior consistência aos conhecimentos básicos e universais, teóricos e metodológicos, [...] atualizar e/ou incluir os novos temas que constituem o debate de ponta na área de Saúde Coletiva” (IMS, 1995, p.5). Em 1987, iniciaram-se também:

[...] as atividades do CEPESC – Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva [...] tendo por objetivo promover e difundir a produção do conhecimento na área de Saúde Coletiva, bem como promover e facilitar a cooperação entre os quadros do IMS e pesquisadores de outras instituições, através da captação e gestão de financiamentos oriundos de diversas fontes (IMS, 1995, p.6).

A década de 1990 foi marcada pelo grande avanço da produção científica e consolidação do IMS. Em 1991, tiveram início as atividades do Doutorado em Saúde Coletiva (DSC), “autorizado pelo GTC/CAPES” (IMS, 1995, p.6) e a produção da *PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva*. Em 1992, surge, também nesse contexto de avanço da produção científica, a *Série de Estudos em Saúde Coletiva*. Além das citadas, o IMS possui atualmente outros ‘veículos de publicação’ próprios, disponíveis para acesso através do site do Instituto.

Ainda referente aos anos 1990, destaca-se que “a constituição plena das áreas de concentração (ciências humanas e saúde; epidemiologia; política, planejamento e administração de saúde) foi implementada a partir de 1993. E, a partir de 1998, com a implementação da nova proposta de avaliação dos cursos de pós-graduação pela CAPES, o Instituto não tem medido esforços para alcançar o ‘padrão de excelência’ definido por esta. Na avaliação trienal de 1998-2000, o IMS alcançou conceito 5, ainda algo distante do tão almejado ‘padrão de excelência’ (CAPES: 01/04/15).

Nos primeiros anos do novo milênio, O IMS manteve seu conceito 5, nas avaliações trienais de 2001-2003 e 2004-2006 (CAPES: 01/04/15). Foi a partir da avaliação trienal de 2007-2009 que o Instituto começa seu caminho em direção a

‘excelência’, quando, então, acende para o conceito 6 e, finalmente, para o conceito 7 no triênio 2010-2012 (CAPES: 01/04/15), resultado divulgado no início do mês de dezembro de 2013.

Depois de alcançado tamanho destaque no cenário acadêmico nacional, algumas preocupações vêm incomodando o corpo docente do Instituto, levando a um debate importante sobre os critérios de avaliação da CAPES para a área. Tais debates levaram a geração do documento “Carta aberta à comunidade de pós-graduação em saúde coletiva” (Anexo 1), que denuncia a “lógica concorrencial, que impõe um mercado competitivo” entre os programas, e sugere um conjunto de modificações nos atuais critérios de avaliação. Essa carta foi encaminhada para o último Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, realizado em porto Alegre no final de novembro. Como desdobramento desta decidiu-se pela organização de um grupo de trabalho, com cerca de 15 coordenadores de programas de diferentes características, para discutir possibilidades e construir propostas que atendam aos anseios de aprimoramento do sistema de avaliação CAPES, evidenciando a existência de uma insatisfação sobre o tema na área.

2 OBJETIVOS E MÉTODOS

2.1 Objetivos da pesquisa

2.1.1 Objetivo Geral

Analisar conceitos e características da 'lógica produtivista' ou 'lógica de mercado' na produção científica, identificar e analisar sua presença e seus impactos nos professores de programa de pós-graduação em saúde coletiva.

2.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar e analisar a presença da 'lógica produtivista' na universidade, particularmente no programa de pós-graduação em Saúde Coletiva do IMS/UERJ;
- Identificar e analisar possíveis impactos da 'lógica produtivista' na produção científica do IMS/UERJ;
- Identificar e analisar possíveis impactos da 'lógica produtivista' na interdisciplinaridade, característica da Saúde Coletiva;
- Identificar e analisar possíveis impactos da 'lógica produtivista' na inovação, na área de Saúde Coletiva;
- Identificar e analisar possíveis impactos da 'lógica produtivista' no futuro da ciência;
- Identificar e analisar os possíveis impactos da 'lógica produtivista' na vida dos(as) professores(as)/ pesquisadores(as) do IMS/UERJ.

2.2 Métodos e procedimentos

Este trabalho teve como foco a análise dos impactos da lógica produtivista na ciência, introduzida pela CAPES, no âmbito dos Programas de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), desenvolvidos entre 1985-1990 (PADCT I); 1992-1996 (PADCT II); e 1998-2004 (PADCT III), sobre o Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva do IMS/UERJ. A pesquisa realizada teve cunho qualitativo, com base em análise documental e entrevistas com a comunidade acadêmica do IMS. Além da bibliografia trabalhada sobre o tema, foram analisados: documentos oficiais da CAPES sobre o processo de avaliação e sobre as avaliações específicas da área de saúde coletiva e do programa de pós-graduação do IMS, relatórios emitidos pela Comissão de Pós-Graduação do Instituto, posicionamentos dos professores da casa sobre o tema.

Inicialmente, foi feita uma amostra de pessoas a serem entrevistadas composta de uma parte intencional (últimos diretores do Instituto e coordenadores da Comissão de Pós-Graduação) e de outra aleatória (composta por dois professores de cada departamento sorteados entre os que tinham mais de cinco anos de atuação no Programa). Ao longo do processo de execução, entretanto, além do amadurecimento de alguns fundamentos teóricos, algumas situações dificultaram um pouco o andamento das entrevistas. Dentre elas é necessário mencionar: os diversos compromissos nas agendas dos professores(as)/ pesquisadores(as); e a súbita e inesperada mudança de Estado da pesquisadora (do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul), em virtude de questões profissionais, com consequências sobre a adaptação pessoal e da família ao novo domicílio. Tudo isso tornou necessário fazer adaptações do projeto inicial, uma vez que, além do prazo de defesa já muito curto, colocou-se o problema da distância física para a realização das entrevistas.

Sendo assim, a amostra a ser entrevistada foi redesenhada de acordo com os professores(as)/ pesquisadores(as) que mostraram disponibilidade nos momentos em que a entrevistadora esteve no Rio de Janeiro para realização das entrevistas pessoalmente (13/07 a 17/07/2015 e 31/08 a 04/09/2015). Para viabilizar as entrevistas, foram enviados e-mails para professores(as)/ pesquisadores(as) do IMS,

selecionados de forma aleatória, com base na relação de docentes e seus respectivos e-mails disponibilizados no site do IMS na Internet. O e-mail intitulado “Convite” (Apêndice 1) informava sobre o projeto (fundamentação teórica, objetivos, forma de participação, tratamento e análise dos dados, motivo da seleção para participação deste como voluntário(a) e exposição das dificuldades impostas pelo curto prazo e a distância física. Foram enviados 19 e-mails de convite e realizados 2 contatos pessoais para convite. Destes, mostraram disponibilidade para entrevista, nas datas apresentadas, 10 (dez) professores(as)/ pesquisadores(as). Porém, só foi possível a realização de 8 (oito) entrevistas, pois no dia 04/09/2015, quando estavam agendadas 2 (duas) entrevistas, a Universidade teve suas atividades suspensas devido a problemas no sistema de abastecimento, não sendo possível encontro com estes no IMS. Compreendo, no entanto, que esse redimensionamento da amostra não trouxe prejuízos ao trabalho, em função da constatação da saturação teórica das categorias e subcategorias temáticas analisadas. Sendo assim, considere prudente a interrupção da coleta de dados ao constatar que o campo de observação não fornecia novos elementos consistentes para subsidiar a “teorização almejada” (FONTANELLA ET AL, 2011).

As entrevistas realizadas foram conduzidas com base em roteiro único aplicado a todos os entrevistados (apresentado no Apêndice 2) e alinhadas com os objetivos deste trabalho. As entrevistas foram gravadas em arquivos de áudio e, posteriormente, transcritas em forma de texto, com autorização dos entrevistados, respeitando-se o explicitado no TCLE.

2.2.1 Procedimentos de levantamento de dados

Os procedimentos de levantamento de dados consistiram basicamente na revisão bibliográfica e de documentos, além de entrevistas com informantes da amostra (GIL, 2008).

2.2.2 CrITÉrios de inclusão e de exclusão

Como principal critério de inclusão foi escolhido o fato do professor/ pesquisador ter atuado anteriormente ou estar atuando no IMS. O segundo critério de inclusão é o fato de ter desempenhado cargo de direção ou de coordenação da comissão de pós-graduação, pelo fato de tais cargos serem responsáveis pela operacionalização interna dos critérios de avaliação da CAPES. Como alguns professores/ pesquisadores ocuparam tanto cargos de direção, quanto de coordenação, estes foram entrevistados apenas uma vez. E, o terceiro critério, apresentarem disponibilidade nos momentos em que a entrevistadora esteve no Rio de Janeiro para realização das entrevistas pessoalmente (13/07 a 17/07/2015 e 31/08 a 04/09/2015).

2.2.3 Composição da amostra

A amostra dos entrevistados foi composta da seguinte forma:

- Professores(as)/ pesquisadores(as) que ocuparam Cargo de Direção do Instituto a partir de 1998 (um)
- Professores(as)/ pesquisadores(as) que ocuparam Cargo de Coordenadores de pós-graduação a partir 1998 (cinco); e
- Professores(as)/ pesquisadores(as) que atuam no Instituto (dois).

No Apêndice 3 estão relacionados os professores/pesquisadores que ocuparam cargos de direção e de coordenação da comissão de pós-graduação entre 1998 e 2015.

2.2.4 Aspectos éticos

O projeto de pesquisa que deu origem a este trabalho foi submetido ao Comitê de Ética do IMS/UERJ, via Plataforma Brasil, tendo sido informado o aceite e autorizado o seu início em 02/06/2015 (número CAAE 44327115.4.0000.5260).

Todos os entrevistados, que concordaram em participar da pesquisa, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (exposto no Apêndice 3).

2.2.5 Análise dos dados

A análise dos dados levantados pelas entrevistas foi realizada utilizando-se a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2004). Inicialmente, foram sugeridos (no próprio roteiro da entrevista) alguns possíveis eixos norteadores para discussão, identificados preliminarmente durante a leitura de algumas produções sobre o tema: a **“mercantilização” da produção científica**; a **avaliação quantitativa** e o **clima de “publique-se a qualquer preço”**; as preocupações com **inovação e qualidade**; e questões relacionadas a **interdisciplinaridade e os diferentes saberes na área de Saúde Coletiva**, e os **impactos desta ‘lógica’ sobre a vida profissional e pessoal do(a) professor(a)/pesquisador(a)**. Porém, ao longo das entrevistas, alguns desses foram abandonados por não serem reconhecidos e/ou comentados pelos entrevistados. Além disso, a leitura flutuante inicial das transcrições das entrevistas permitiu o reconhecimento de outros conjuntos temáticos. Desta forma, alguns temas iniciais foram descartados e outros foram incluídos ao longo do processo. Foram, então, constituídos 6 (seis) conjuntos temáticos ou categorias de análise, divididos em outros 13 (treze) subconjuntos ou subcategorias, todos expostos e descritos a seguir (no item 3.2.6).

Após essas etapas de pré-análise e definição de categorias e subcategorias, o material, proveniente das entrevistas, foi profundamente explorado, e os resultados obtidos foram tratados e confrontados com o conteúdo levantado a partir do referencial teórico.

2.2.6 Categorias e subcategorias de análise

O quadro a seguir, expõe as categorias e subcategorias de análise, suas siglas e definições:

Quadro 1: Categorias e subcategorias de análise utilizadas

| Categorias | Subcategorias | Siglas | Definições |
|------------------------------------------|---------------------------------------------------|--------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Mudança na lógica da produção científica | Reconhecimento da mudança | RM | Percepções a respeito do processo de mudança |
| | Leitura da mudança no IMS | LM | Percepções da forma de produzir e divulgar o conhecimento científico no passado e no presente do IMS |
| Avaliação Quantitativa | _____ | AQ | Considerações a respeito dos critérios quantitativos de avaliação, estabelecidos pela CAPES |
| Inovação e Qualidade | Inovação científica | CI | Considerações sobre inovação científica, a partir da nova lógica de produção |
| | Qualidade da produção | CQ | Considerações sobre qualidade da produção científica, a partir da nova lógica |
| Interdisciplinaridade | _____ | ID | Considerações a respeito da natureza interdisciplinar da saúde coletiva, a partir dessa nova lógica de produção científica |
| Impactos | Nas relações com os pares | RP | percepções sobre os impactos gerados nas relações com os demais professores(as)/pesquisadore(as), a partir dessa nova lógica de produção científica |
| | No trabalho dos professores(as)/pesquisadores(as) | TP | Considerações sobre os impactos no próprio trabalho, a partir dessa nova lógica de produção científica |
| | na vida dos professores(as)/pesquisadores(as) | VP | Considerações sobre os impactos na qualidade de vida no trabalho e na saúde física e mental dos professores(as)/pesquisadores(as), a partir dessa nova lógica de produção científica |
| Preocupações com o futuro | Da ciência | FC | Preocupações e previsões a respeito do futuro da ciência, a partir dessa nova lógica de produção científica |
| | Dos novos professores(as)/pesquisadores(as) | FPN | Preocupações com o futuro dos novos professores(as)/ pesquisadores(as), submetidos à nova lógica de produção |
| | Dos alunos | FFA | Preocupações e considerações a respeito da formação dos alunos de pós-graduação, submetidos à lógica de produção |

Fonte: Elaboração própria.

3 RESULTADOS

Os resultados são apresentados segundo as categorias e subcategorias de análise utilizadas, com itens de síntese e comentários por categoria, quando a mesma estiver subdividida.

3.1 Mudança na lógica da produção científica

Nessa categoria de análise preocupe-me em identificar o reconhecimento e a “leitura”, dos entrevistados, a respeito das mudanças na lógica da produção científica, a partir da introdução dos novos critérios de avaliação da CAPES. Para isso, criei duas subcategorias: “reconhecimento dessa mudança”; e “leitura dessa mudança no IMS”. A primeira subcategoria teve como foco as percepções dos entrevistados a respeito do processo de mudança, no que diz respeito a sua implantação e suas conseqüências mais imediatas na produção científica dos programas de pós-graduação. Já a segunda, teve como foco as percepções dos reflexos dessas mudanças na forma de produzir e divulgar o conhecimento científico, no passado e no presente do IMS.

3.1.1 Reconhecimento da mudança

Com relação a esta subcategoria de análise, pude perceber que a maioria dos entrevistados não reconhece o ano de 1998 como um marco para tais mudanças. Este fato pode ser identificado nos fragmentos, dos discursos dos entrevistados, selecionados e expostos a seguir.

Eu acho que isso foi **acontecendo gradativamente [grifos meus]** (V14).

Tal entrevistado explicita em sua fala o não reconhecimento de mudanças bruscas no cenário da produção científica no Brasil, e também não consegue identificar um marco temporal preciso para estas, descrevendo-as como um processo gradual.

Ainda que introduziu a CAPES a avaliação em 1998, [...] eu senti assim muito [...] **mais forte e hostil a partir de 2007/2008 [grifos meus]** (V18).

Já este outro entrevistado, reconhece o ano de 1998 como o ano de introdução das mudanças dos critérios de avaliação da CAPES, na teoria, mas descreve a percepção dos impactos destas mudanças, em sua prática, cerca de 10 anos depois.

[...] comecei a participar da pós-graduação depois disso, **a partir de 2001**, [...], então, [...] desde que eu sou professora da pós, **que a gente já vem trabalhando um pouco com essa lógica que a gente tem até hoje [grifo meu]**. Talvez, hoje em dia, isso seja um pouco mais, vamos dizer assim, estabelecido, [...] (V09).

Neste último fragmento, percebe-se que a entrevistada não vivenciou de fato as ditas mudanças introduzidas a partir dos novos critérios de avaliação da CAPES, por ter adentrado em um “espaço” da produção científica já redesenhado por estas. Ainda assim, parece reconhecer um certo acirramento ou explicitação destas em tempos mais recentes.

Com relação às conseqüências imediatas desta mudança, alguns entrevistados pontuaram certo impacto negativo de estranheza e cisão.

[...] **de jogar a galera nas cordas, de ter uma cisão [grifos meus]**, inclusive houve um movimento de cisão das áreas que comportam a saúde coletiva, com alguns programas fazendo só curso de pós-graduação em epidemiologia e outra em planejamento, [...] (V18).

[...] houve **um choque tremendo [grifos meus]**, [...] (V06).

Interessante, nestes fragmentos, o reconhecimento de um impacto de grandes proporções desta nova lógica de produção científica na saúde coletiva, promovendo cisões, rupturas nesta área caracterizada pela interdisciplinaridade entre suas três áreas de conhecimento. Confrontando tal fala com o conteúdo das falas anteriores, parece que apesar de um processo gradual de mudanças houve uma “internalização” bem conflituosa destas mudanças na saúde coletiva.

3.1.2 Leitura da mudança no âmbito IMS

Nesta subcategoria de análise, procurei reunir algumas colocações dos entrevistados a respeito da leitura individual que fizeram sobre tais mudanças, no que diz respeito à forma como percebiam a lógica que regia suas produções no passado (antes da adoção dos novos critérios de avaliação pela CAPES) e no presente (após adoção dos novos critérios de avaliação pela CAPES). Procurei focar em como descrevem-na, avaliam-na e comportam-se diante desta, principalmente, no que diz respeito às suas produções científicas no IMS. Selecionei, então, alguns fragmentos dos discursos que me permitiram acesso a essas percepções.

[...] o **que você tinha antes**, além de você ter **um modo artesanal de produção intelectual** digamos assim, você tinha **uma grande autonomia das comunidades acadêmicas** na atribuição do valor acadêmico aos seus membros. [...] o seu papel em determinada área era levado em conta e quem de algum modo reconhecia o seu valor eram os pares. [...] De **uma comunidade que se organizava artesanalmente**, que tinha os seus próprios critérios de avaliação, de pares e tal, [...]. [...] e [que foi criticada como] muito idiossincrática, [...] muito demorada, [...] pouco eficiente para responder os problemas do país, [...].**[grifos meus]** (V19).

Neste fragmento, o entrevistado estabelece um paralelo entre a forma de produção científica do passado com a lógica artesanal de organização do trabalho, anterior a revolução industrial. Destaca a autonomia que permitia ao artesão dominar e determinar todo seu processo de trabalho até o produto final, e uma lógica de avaliação que era “pelos pares”, sedimentada no conceito de “prestígio” acadêmico.

Por fim, menciona as críticas, mais recentes, sofrida por tal lógica de produção, apesar de não parecer tão concordante com estas.

Então também **antes ninguém publicava quase nada [...]. [...] aí a gente foi obrigado a se reinventar e a gente começou a ter critérios mais condizentes [grifos meus] [...]** (V14).

Eu acho que, talvez, **esse modelo tenha sido muito interessante num determinado momento da história da pós no Brasil, onde a gente tinha poucos cursos, pouca produção nacional e internacional. [...] eu acho que esse estímulo à produção** que foi dada em função da avaliação, você sempre querendo produzir mais para ter uma nota melhor nesse quesito e isso contabilizando a sua nota geral pela Capes, de certo modo, também, **sacudiu um pouco a gente, no sentido de sair daquele modelo onde a gente escrevia teses, que ficavam dentro da prateleira da biblioteca e nunca mais ninguém ia ter acesso [grifos meus], [...]** (V09).

Em confronto com o entrevistado anterior, nestas falas de outros entrevistados, pude perceber uma crítica pesada e certa desvalorização da produção científica do passado, fundamentada visivelmente no aspecto quantitativo da produção. Parecem, também, justificar a lógica imposta pelos novos critérios de avaliação da CAPES como necessária para reestruturação da produção científica no país.

[...] eu não acho que ela só teve aspectos negativos. [...] **Foi uma mudança, também, de concepção do que é excelência acadêmica e de onde está o prestígio acadêmico**, então, [...] você tinha um grande catedrático, um grande professor, um cara carismático, que tinha uma cultura ampla e geral, e esse era considerado o grande professor. Tanto faz se ele publicava alguma coisa ou não. Ele podia publicar um livrinho aqui ou ali, mas não era tão fundamental. Eu não acho que isso era bom, [...]. Eu acho que, de fato, você acabava desvalorizando a pesquisa, em si. [...] **eu achava que a produtividade era muito baixa, [...]. [...] então, bem ou mal, eu vi um lado positivo dessa transformação da Capes**, do ponto de vista de valorizar o professor pesquisador, em vez de valorizar o antigo catedrático, [...] (V06).

Este fragmento deixou em mim a sensação de certa concordância deste entrevistado com aqueles que criticam negativamente a forma de produção científica e reconhecimento pelos pares, porém de forma mais sutil, tentando mediar aspectos quantitativos (da produtividade) e qualitativos (do reconhecimento pelos pares).

Nos fragmentos selecionados, a seguir, os entrevistados descrevem suas “leituras”, interpretações e críticas a lógica vigente.

[...] a impressão que eu tenho é que a lógica de produção [...] passou pra **uma lógica realmente industrial**, [...]. [...] **De linha de produção, onde você tem que ter uma produtividade mais ou menos standard**, [...].**[grifos meus]** (V19).

Interessante destacar que o mesmo entrevistado que compara a produção do passado a uma forma artesanal de produção, descreve a lógica vigente com o mesmo paralelo comparando-a a lógica de produção industrial, com a perda das características individuais de cada “artesão-pesquisador”, passando a um processo “despersonalizado” de uma linha de produção comparável ao modelo de organização do trabalho proposto por Ford e Taylor, no início da revolução industrial.

[...] **uma prática hegemônica de produzir conhecimento científico, que é vamos dizer assim... é no produtivismo, é na competitividade, na fragmentação dos dados**. [...] Entendendo assim o desgaste ou desdobramento de efeitos de mercantilização dessa mercadoria ciência ele é muito mais devastador pro pesquisador, pro professor, do que pra outros. [...] Porque **pra mim também produção científica é diferente de construir ciência. Ciência é muito mais do que o produtivismo científico**. O cientificismo é um modo de produzir conhecimento sobre ciência ou sobre os saberes ou sobre as práticas **[grifos meus]** (V18).

[...] **parece que alguma coisa que está sobre mim, uma lógica que me inclui, mas que não sou eu que estou deliberando [...].Eu estou submetida, estou misturada**. [...] talvez seja uma mercantilização ou talvez um acirramento ou uma equalização das nossas condições de trabalho com a condição de trabalho de outras profissões. [...] **Produzir sempre igual, de uma maneira repetitiva, visando a certo... a uma quantidade de produção que em geral tem que também ser aquele, é justamente o que você não pode pedir de um acadêmico**, [...] **[grifos meus]** (V17).

Nos fragmentos acima os entrevistados percebem a lógica vigente como algo hegemônico. Descrevendo-a como fundamentada no produtivismo, na fragmentação e na competitividade, algo comparável à lógica de produção industrial e a lógica de mercado, que de certa forma limita a autonomia do professor(a)/pesquisador(a), burocratiza a avaliação desta produção e leva a uma relativa padronização da

produção científica. Características essas que parecem estranhas às suas ideologias e formas de “enxergar” e “vivenciar” a ciência e a academia.

Ah, é, esses indicadores, **esse status quo**. [...] você tem que ter indicadores lá na CAPES [...]. **Tem que ter esses indicadores, hoje tudo funciona assim**. E você não tem mesmo, **você só tem essa quantidade versus... ninguém pergunta pra que você tem que produzir. Então eu acho que esse é um preço muito alto que a gente está pagando nessa lógica [grifos meus]** (V14).

[...] É **essa lógica que é hegemônica**, digamos assim, dos órgãos avaliadores. [...] a maior parte dos pesquisadores é influenciada negativamente por **essa necessidade imperiosa de produzir a qualquer preço [grifos meus]** (V09).

Nestes dois últimos fragmentos, pareceu-me que apesar de perceberem a lógica vigente como algo que se coloca de forma hegemônica e “imperiosa”, com alguns impactos negativos sobre a produção científica, parecem apresentar um certo distanciamento afetivo desta, não trazendo para si as conseqüências desta vivência, como se os impactos fossem algo de um “outro” que não os inclui.

Mesmo assim, pude perceber, entre os entrevistados, certo ‘ensaio’, tímido e imaturo, de reflexões quanto a um movimento de resistência a essa lógica.

[...] eu advogo uma posição na área que eu trabalho, de planejamento em organizações de saúde, que **não basta só combater o mercado com as armas do mercado**, [...]. [...] **se a gente não prestar atenção, a gente fica alimentando, ainda que inconscientemente, o status quo desse tipo de produção de ciência**, [...]. Então talvez a gente tenha que **redimensionar, reconfigurar as formas de atuação e reagir em rede [grifos meus]**. Sem ser em rede a gente não resiste. [...] estou falando de rede presencial, redes humanas, mesmo. De debates, de ciclos, de devolutiva, de compartilhamento desses saberes. Isso requer uma ação social no sentido weberiano muito forte, muito forte. E que a gente tem pouco estruturado, porque quando a gente estrutura vem a produtividade aí e te dá uma lapada (V18).

Neste fragmento, o entrevistado parece criticar a forma como a academia vem reagindo à lógica vigente, se rendendo a esta lógica na esperança de, em algum momento, encontrar algum espaço que permita uma reconfiguração. Porém, desta forma, perpetua a lógica vigente, mesmo consciente de seus impactos negativos. Destaca também a necessidade de uma “reação” mais pragmática e coletiva.

E às vezes nem tudo que eu tento fazer pra modificá-la vale, e até mesmo entre outros colegas **essa tentativa de modificá-la pode ser vista de uma maneira mais como se fosse desqualificadora [grifos meus]** (V17).

Assusta-me a “desesperança” com a qual me deparei, neste fragmento. Um sentimento que parece fundamentar-se em certo “esgotamento”, por várias tentativas individuais de mudança sem sucesso.

Agora, é um fato que **é um sistema que não está funcionando**, porque é uma crítica que não é só daqui, do IMS e também não é só do Brasil, no mundo inteiro você tem milhões de problemas de você utilizar indicadores biométricos para fazer avaliação da qualidade do artigo. [...] É claro que tem pessoas, grupos de pesquisa que não estão nessa. **Eu acho que a maior parte dos pesquisadores aqui do IMS não está nessa, de produzir a qualquer preço [grifos meus]**, é por isso que a gente não tem grandes produtores, [...]. [...] então, esse a “qualquer preço”, acho que a maior parte dos pesquisadores não topam isso, mas a gente sabe que tem gente que topa, [...] (V09).

Mais uma vez, o discurso deste entrevistado deixa em mim a sensação de uma “crítica despersonalizada”, uma “leitura” dos impactos negativos da lógica vigente na qual o mesmo parece não se incluir como autor ou participante dessa história.

3.1.3 Síntese e comentários da categoria

Em síntese, os entrevistados não reconhecem o ano de 1998 como um marco para as mudanças na lógica de produção científica impostas pelos novos critérios de avaliação da CAPES. Em sua maioria, descrevem-na como um processo gradual que se acirrou ao longo dos anos 2000. O que se mostrou interessante, por deparar-me com a convergência de opiniões de que as mudanças não aconteceram de forma brusca, mas que também não é muito claro o reconhecimento quanto ao início da interferência destas em suas práticas.

Confrontando a percepção de um processo de mudança que “foi acontecendo gradativamente” (V14) com a idéia de “um choque tremendo” (V06) ou “de jogar a galera nas cordas” (V18), isto provocou em mim a sensação de um estado superficial de reflexões sobre o tema. Talvez a proposta de contato com tal tema e de tentar resgatar memórias sobre sua linha histórica ainda esteja se iniciando, e não houve ainda a possibilidade de ‘internalização’, pelos entrevistados do papel ativo ou passivo que puderam ter desempenhado neste processo de mudança.

Com relação à forma de produzir conhecimento no passado, observei certa convergência de menções no que diz respeito a uma forma de produção mais “artesanal” e em “menor escala”. Além de certa autonomia, mais evidente, reforçada por uma lógica de avaliação que era “pelos pares”, sedimentada no conceito de “prestígio” acadêmico. Porém, as opiniões sobre tais aspectos mostraram-se divididas. Alguns resgatando saudosamente a positividade destas características do passado, e outros criticando e se contrapondo a estas. Essas exposições me fizeram refletir sobre o descrito por Polanyi como elemento chave da mudança dos sistemas econômicos anteriores e posteriores à sociedade de mercado. Rememorando o autor, que sinaliza a substituição das instituições relacionadas com o *status* por novas instituições de mercado, baseadas no *contratus* (POLANYI, 2012).

Ao descreverem a lógica vigente, algumas colocações se repetem no que diz respeito à percepção desta como algo hegemônico. Descrevendo-a como fundamentada em um produtivismo, por vezes, comparável a lógica de produção industrial, que de certa forma limita a autonomia do professor(a)/pesquisador(a). Descreveram, também, certa burocratização da avaliação desta produção, que levou a uma relativa padronização da produção científica. Notando-se também certa divisão de opiniões com relação aos efeitos positivos e negativos destas.

A descrição desta lógica como “uma prática hegemônica de produzir conhecimento científico” (V18), “que está sobre mim, [...] que me inclui, mas que não sou eu que estou deliberando [...]. Eu estou submetida, estou misturada” (V17), “esse *status quo*” (V14), “essa necessidade imperiosa de produzir a qualquer preço” (V09), “onde você tem que ter uma produtividade mais ou menos standard” (V19) também me remeteu a colocações de Polanyi. Especificamente a “lógica de mercado” trabalhada na fundamentação teórica deste trabalho. Apesar de não ter percebido uma relação clara dos entrevistados entre a atual lógica de produção

científica com a “lógica de mercado”, proposta por Polanyi, as colocações desse autor permaneceram bem presentes durante a análise desta categoria. Destacando o que Polanyi (2012, p.95) afirma ser “a característica principal do sistema econômico do século XIX” que consistiu na “separação institucional [da economia] do resto da sociedade”, dando origem a economia de mercado, que foi gradualmente dominando as demais instituições sociais, que pouco a pouco tiveram de se reorganizar, de acordo com sua lógica.

Somo a esta reflexão a proposta de alguns autores, também trabalhados na fundamentação teórica, da necessidade de ‘leituras’ mais ampliadas do “campo científico” ou da produção científica, dentro do contexto histórico e social contemporâneo – da “sociedade de mercado”. A leitura que Hochman traz de Bourdieu propõe o “campo científico” como **“um mercado particular dentro da ordem econômica capitalista”** [grifos meus] (BOURDIEU apud HOCHMANN, 1994); no qual a produção do conhecimento torna-se “[...] um caso especial da produção e distribuição capitalista de mercadorias” (HOCHMAN, 1994, p.209), discutindo a utilização do ‘crédito ou capital científico’ de forma a responder “efetivamente às leis de oferta e procura” (CASTIEL E SANZ-VALERO, 2007). Defendendo que o ‘modo de produção e consumo’ de artigos científicos partilham aspectos com a ‘produção’ e o “consumo de mercadorias no capitalismo globalizado” (CASTIEL e SANZ-VALERO, 2007).

Além disso, fui motivada a buscar uma leitura adicional sobre o ‘poder’, o que me levou a Foucault. Apesar de uma leitura que considero rasa e imatura, fiquei com a impressão que o exposto pelos entrevistados retoma, também, uma visão de ‘poder’ ‘pré-foucaultiana’. Algo que vai na ‘contra-mão’ de todo o debate que Foucault promoveu sobre ‘as relações de poder’. O ‘poder’ como uma ‘entidade’ sob a qual estaríamos submetidos, reforçando o “ideário tradicional do poder [...] que [...] sempre se apoiou sobre um tri-pé: onipresente, onipotente e onisciente”, o qual Foucault combateu, afirmando não existir, como afirma Ernandes Reis Marinho em seu artigo “As relações de poder segundo Michel Foucault” (2008).

O poder, isto não existe. Eu quero dizer isto: a ideia que há, um lugar qualquer, ou emanando de um ponto qualquer, algo que é um poder, (Tal ideia) parece-me descansar sobre uma análise falsificada, e que, em todo

caso, não se dar conta de um número considerável de fenômenos (FOUCAULT, 2001, p. 302 apud MARINHO, 2008).

Ainda, segundo Marinho, (2008).

Foucault defendeu a ideia de que a história do pensamento nunca definiu corretamente o poder nem forneceu os elementos necessários para colocá-lo em seu verdadeiro lugar. Essa constatação histórica explica, segundo ele, porque a luta contra o poder é sempre difícil, porque temos sempre a sensação de que saímos vencidos desta luta e, mais, porque temos presente a ideia que nunca conseguimos atingir o poder. (MARINHO, 2008)

Dessa forma, o questionamento de Foucault com relação às formas de luta contra esse, dito, 'poder' fica muito presente em mim.

Será que o nosso embaraço de encontrar as formas de lutas adequadas, elas não vêm do fato que nós ignoramos, ainda, isto que é o poder? (FOUCAULT, 2001, p. 1180 apud MARINHO, 2008).

Fica o questionamento, apesar disso, de que, talvez, seja necessária a transformação da resistência individual, do exercício da 'liberdade' no âmbito individual (defendida por Foucault), para uma resistência coletiva, de reorganização social, ou da academia.

3.2 Quantificação da Produção Científica

Nesta categoria de análise, procurei identificar nos discursos dos entrevistados o reconhecimento, a interpretação e as críticas sobre o aspecto quantitativo como base dos critérios de avaliação da CAPES.

Como foco inicial de reconhecimento do aspecto quantitativo como base dos critérios de avaliação da CAPES, selecionei alguns fragmentos, dos discursos dos entrevistados, que transcrevo a seguir.

[...] acho que é **muito quantitativo sim [grifo meu]**, [...] (V17).

[...] Se antes eram os pares quase que imediatamente, agora é mediado por um sistema de avaliação que de algum modo é construído nessa relação meio conflituosa entre a comunidade acadêmica e a burocracia, [...]. Então você vai valer o quanto a burocracia reconhece. E a burocracia vai reconhecer **a partir de critérios quantitativos**, [...]. [...] a questão da qualidade vai ser sempre um problema. **Então você imprime números**: quantos artigos? Onde? Aí você tem que classificar as revistas, **aí você entra num outro processo de atribuição de valor**. [...] **a sua produtividade, o seu valor é medido pela regularidade**, [...] então você tem **um processo que a qualidade vai ser sempre reduzida à quantidade**. [...] você tem toda uma máquina de citações que também tem pouco a ver com o valor... enfim... da produção. [...] então **você vai tendo vários tipos de dispositivo, digamos assim, que vão tornar a questão apenas quantitativa [grifos meus]** (V19).

Nos fragmentos selecionados, desses dois entrevistados, foi possível perceber explicitamente o reconhecimento do aspecto quantitativo destes critérios, com uma “leitura” que reduz qualquer aspecto qualitativo, ou de outra ordem qualquer, em “números”, “despersonificando” e “burocratizando” a ciência e a academia.

[...] eu acho que dirijo de algumas pessoas nessa avaliação, que **eu acho que o processo da avaliação da Capes ele não é**, pelo menos na área de saúde coletiva, **eminentemente quantitativa**. Ele **tem, com certeza, alguns pilares quantitativos**, [...] mas tem todo um conjunto de outros critérios que não são quantitativos, que são baseados na ficha de avaliação. [...] Quando a gente qualifica, [...]. Você vai ter a pontuação de acordo com **alguns indicadores de qualidade** [...], então, quando **a gente embute os critérios de qualidade nessa pontuação** [...], **você também está embutindo qualificações da produção. Não é só quantificação [grifos meus]** (V09).

[...] **nunca é só quantitativo**, porque depende também que tipo de revista você está publicando, então, **tem certo cruzamento do quantitativo com qualitativo**. Agora, **há de se discutir como é feita essa avaliação qualitativa [grifos meus]** da revista (V06).

Já nestes dois últimos fragmentos é possível perceber a discordância com relação aos critérios de avaliação reduzidos ao aspecto quantitativo. De alguma forma, conseguem visualizar aspectos qualitativos embutidos nestes critérios, não reconhecidos pelos entrevistados anteriores.

Com relação às interpretações e críticas quanto a estes critérios foi possível observar divergências entre os entrevistados, e, até mesmo, uma relativa

ambivalência em alguns deles, as quais destaco nos fragmentos dos discursos a seguir.

[...] **é um processo de impessoalização** mesmo, me lembra o Weber, a ideia da **racionalização e da impessoalização [grifos meus]** (V19).

Este entrevistado interpreta e critica de forma extremamente negativa o aspecto quantitativo nos critérios de avaliação, mais uma vez, mencionando a anulação da autonomia, do “sujeito-pesquisador”.

Já os demais entrevistados parecem ter opiniões que se dividem, por si só, reconhecendo impactos positivos e negativos dos novos critérios de avaliação da CAPES. Por vezes, dificultando a possibilidade de encontrar um posicionamento crítico definitivo, prevalecendo uma incerteza, ambivalência em seus posicionamentos.

[...] **foi bom porque organizou todos os grupos de pesquisa, linhas de pesquisa. Mas a partir do momento que começou-se a ter a necessidade de avaliar e avaliação é métrica**, ou seja, quantitativa, **você acaba nivelando por um indicador que também é quantitativo. [...] E aí você vai trabalhar na recorrência e não no seu desdobramento histórico e social [grifos meus]**, [...]. Isso pode servir pra esse trabalho? Pode. Mas talvez em algum momento você queira refletir e aprofundar mais que aí não é o significante que vai fazer sentido pra você, mas o significado, a sua perspectiva histórica, social, política, econômica. Aí não dá pra contar com recorrência, tem que contar também com contexto social e histórico. Aí é um outro estudo (V18).

[...] eu acho que **avaliação qualitativa também é complicada**, [...]. [...] antigamente tinha X pessoas que mandavam e essas pessoas é que falavam o que era bom e o que era ruim. **Hoje pelo menos você tem critérios claros, eu não sou contra o quantitativo, eu só acho que é um quantitativo que não quer dizer muito mais coisas. [...] Mas ter um quantitativo que todo mundo sabe exatamente o que é, não me parece ruim [grifos meus]**. [...] avaliação qualitativa ela é muito ao desejo de algumas poucas pessoas que sabem o que é. Na quantitativa, pelo menos você sabe, você tem os indicadores lá, você pode não gostar e você pode inclusive falar mal deles (V14).

Eu acho isso uma coisa muito ruim, porque você acaba tendo que priorizar e, enfim, **inventar critérios de ranqueamento que é difícil você ser justo. É difícil julgar a qualidade concreta do produto. [...] A gente que critica a questão do quantitativo a avaliação, mas é muito difícil operacionalizar uma avaliação** de cinco mil e tantos programas de pós-graduação, mais de 4000 programas no Brasil, **você examinando os vários produtos de cada pesquisador dentro daquele programa. [...] alguns critérios, que eu também acho que são questionáveis**, vamos dizer assim, **mas** que são alguns critérios que **foram acordados [grifos**

meus] pelo menos, minimamente [...].Agora, sem sombra de dúvida, hoje em dia, a gente se preocupa muito mais com “o que eu produzi esse ano?”, do que há um tempo (V09).

[...] **Avaliação quantitativa é um problema gravíssimo**, [...],quer dizer, certo estilo de produção acadêmica leva a um número de artigos inacreditáveis, [...],nunca é só quantitativo [...].**nunca é só quantitativo [grifos meus]** [...] (V06).

3.2.1 Síntese e comentários da categoria

Nesta categoria de análise foi possível identificar, nos discursos, o reconhecimento, unânime, do aspecto quantitativo da avaliação. Porém, observei certa divergência com relação à restrição dos critérios a apenas aspectos quantitativos, com alguns entrevistados reconhecendo aspectos qualitativos também presentes nesses critérios de avaliação.

A análise sobre a questão ‘do quantitativo, da quantificação do trabalho’, como, por exemplo, “Então você imprime números [...], aí você entra num outro processo de atribuição de valor. [...] a sua produtividade, o seu valor é medido [...] você tem um processo que a qualidade vai ser sempre reduzida à quantidade” (V19) me remeteu novamente a Polanyi, autor trabalhado na fundamentação teórica. Polanyi destaca a necessidade do trabalho “encontrar o seu preço no mercado”, nessa nova organização social introduzida pela ‘lógica de mercado’, transformando ‘trabalho’ (homem) e ‘terra’ (natureza) em ‘mercadorias’, com o surgimento de “[...] Um mecanismo institucional [que] passou a controlar não só os seres humanos em suas atividades cotidianas, como também os recursos da natureza” (POLANYI, 2012).

Reforçada pelas contribuições de Karl Marx, principalmente, o conceito de ‘fetichismo da mercadoria’ (2011, p.93-94) e ‘do valor de troca da mercadoria’ (2011, p.58-60), que passou a ocupar lugar de grande importância na sociedade de mercado. Promovendo modificações no próprio ‘significado do trabalho’, descritas por André Gorz (2003), em seu livro “Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica”. Recordando o que Gorz postula: “Para existir e para durar, uma empresa industrial precisa [...] tornar calculáveis os fatores dos quais depende a

racionalidade econômica de sua gestão” (GORZ, 2003). Tornando-se, assim, necessário transformar o trabalho em uma

[...] grandeza material quantificável [...]. Isso implicava que o trabalhador devesse adentrar o processo produtivo [...] descartando a individualidade e motivações do trabalhador [...] como simples força de trabalho, intercambiável e comparável a qualquer outro trabalhador, servindo a fins que lhe são estranhos e indiferentes (Gorz, 2003).

Alguns posicionamentos críticos mostraram-se completamente desfavoráveis, destacando apenas impactos negativos desses aspectos na produção científica; e outros se mostraram divididos em si ou ambivalentes, pontuando impactos positivos e negativos. Dentre os impactos negativos, destaco trechos de algumas falas: “[...] é um processo de impessoalização [...], racionalização e da impessoalização” (V19); “uma coisa muito ruim, porque você acaba tendo que priorizar e, enfim, inventar critérios de ranqueamento que é difícil você ser justo” (V09); “começou-se a ter a necessidade de avaliar e avaliação é métrica, ou seja, quantitativa, você acaba nivelando por um indicador que também é quantitativo. [...] E aí você vai trabalhar na recorrência e não no seu desdobramento histórico e social” (V18); “só acho que é um quantitativo que não quer dizer muito mais coisas” (V14). Já, no que diz respeito às menções de impactos positivos, destaco: “bom porque organizou todos os grupos de pesquisa, linhas de pesquisa” bom porque organizou todos os grupos de pesquisa, linhas de pesquisa’ (V18); “Hoje pelo menos você tem critérios claros, [...] ter um quantitativo que todo mundo sabe exatamente o que é, não me parece ruim” (V14); “É difícil julgar a qualidade concreta do produto. [...] A gente que critica a questão do quantitativo a avaliação, mas é muito difícil operacionalizar uma avaliação [...], você examinando os vários produtos de cada pesquisador dentro daquele programa” (V09). Tais colocações parecem, mais uma vez, remeter a certo estado de passividade e aceitação acrítica dessa lógica que os subordina, como se esta fosse a única lógica possível, retomando as críticas a ‘lógica de mercado’ feitas por Polanyi e Marx. Esse fato, como visto mais à frente, terá consequências catastróficas na inovação e na qualidade da produção científica.

3.3 Inovação e qualidade

3.3.1 Inovação na ciência

Pude perceber, nessa subcategoria de análise, posicionamentos quase ‘apocalípticos’, que reconhecem certa ‘destruição da inovação’ na ciência introduzida por essa nova lógica de produção científica, imposta pelos critérios de avaliação vigentes, como os destacados nos fragmentos a seguir.

[...] E não é por acaso que acaba se publicando a qualquer preço e **não tem inovação de quase nada.**[...] E **não tem grandes novidades [grifos meus]** (V18).

[...] eu acho que **esse sistema todo faz com que [...] você [vá] especificando achados ou hipóteses já feitas, [...] acho que a inovação ou alguma mudança paradigmática ou mudanças mais radicais vão ser cada vez mais complicadas, sem dúvida mais difíceis.** [...] Então eu acho que é um bom modelo pra você pensar como é que **a inovação é destruída nesse sistema.** [...] Então **esse sistema produz a possibilidade da emergência de novas ideias, [...] ? Não, não produz. Produz a manutenção do que já está [grifos meus]** (V19).

Outros posicionamentos um pouco mais amenos, porém da mesma forma pessimistas com relação a possibilidade de inovação, com a perpetuação de uma lógica de produção que se reduz a produzir “mais do mesmo”, condenando a diversidade e expansão do conhecimento científico.

[...] **não sei pra onde vai a inovação.** Eu acho que até vai ter, eu acho que vai ter, acho que esses trabalhos longitudinais, ou trabalhos que já veem de pesquisas de muito tempo, talvez possa haver, mas **eu realmente tenho dificuldade de pensar em qualquer tipo de pensamento diferente que surja do nada. Pra mim ele surge do trabalho, e o trabalho intelectual precisa de se gastar tempo** (V17).

[...] Então **esse sistema eu acho que a pior coisa dele [...] É a baixa possibilidade de você pesquisar coisas novas, interagir de formas diferentes, [...]. [...]** Então acho que o grande problema hoje não é só do... publica ou morra. É você também **reduzir a capacidade que você tem de pensar em coisas maiores, em coisas até mais interessantes,** acaba ficando muito chato esse negócio de fazer assim. [...] Eu acho, eu acho que **é um prejuízo** não só da pessoa que tem muita produção, mas **de você**

reduzir muito os conteúdos por conta disso. [...] **os indicadores do sistema de avaliação que condenam cada vez mais a pessoa a fazer mais do mesmo.** [...] **E é mais fácil produzir naquilo que você sabe fazer** (V14).

[...] **uma coisa que seria interessante julgar, é muito mais importante você publicar uma coisa muito boa que, realmente, traga alguma inovação, alguma reflexão original, nova.** Em um ano é mais importante você publicar uma coisa, do que 25, **mas não é assim que está acontecendo, hoje em dia,** [...] (V06).

Ainda, nesta subcategoria, me deparei com diversas falas que tratam do fator tempo, mais especificamente dos curtos prazos estabelecidos pelos novos critérios, como o principal inibidor da inovação. O que pode ser observado nos fragmentos selecionados, a seguir.

E pra fazer uma coisa nova ou precisa de muito dinheiro ou **de muito tempo [grifos meus]**, então a capacidade inventiva do pesquisador está meio que sendo arrastada pro buraco (V18).

[...] a questão da inovação, **eu acho que a gente só tem um jeito de inovar: sentando, estudando, parando e não tendo pressa.** [...] eu acho que inovar, poder pensar diferente, ou ter uma ideia diferente, ter uma ideia na contramão das coisas, **tem a ver com poder ter tempo.** [...] **e isso é uma coisa que não sei se é uma experiência que eles estão podendo se dar ao luxo de ter [grifos meus]** (V17).

[...] você **pesquisar coisas novas, interagir de formas diferentes,** [...] **seria muito mais lento,** requer muito mais fôlego pra você se acomodar, você quer chamar um cientista da área política pra falar da tua área e dar uma visão mais... iluminar pra fora do teu horizonte. [...] **Aí você tem, os grants no Brasil também eles são muito curtos,** os *grants* mais, a maior parte é dois anos, o maior que a gente tem é três anos, **isso não dá tempo de amadurecer nenhum projeto de longo prazo.** Então tem que ter *grants* de cinco anos **pra você ter tranquilidade e poder inovar [grifos meus]** (V14).

A partir destes fragmentos foi possível apreender o quanto a lógica vigente submete a produção científica a uma lógica reducionista de temas e conteúdos, pressionada por uma lógica temporal estranha ao “tempo” da construção de um conhecimento. “Tempo” esse que abrange não só o aspecto cronológico, mas também o aspecto subjetivo (refletir, amadurecer uma idéia) e coletivo (refletir e discutir com pares, incluir no amadurecimento de uma idéia a visão e o conhecimento de outros, de forma a enriquecê-la, ampliá-la) daqueles envolvidos nesse processo.

3.3.2 Qualidade da ciência

As considerações dos entrevistados sobre a qualidade da produção científica envolvem o reconhecimento do déficit na qualidade na própria produção e na produção científica como um todo. Nos fragmentos a seguir, destaco o reconhecimento desses fatos e os possíveis motivos para estes.

[...] você acaba sendo compelido a publicar coisas ou trabalhos que você ainda não acha que estão plenamente acabados, [...] dá sempre uma impressão de que a coisa é precoce, que você jogou à discussão algo que ainda não havia sido finalizado [grifos meus], [...] (V19).

Neste fragmento pude perceber a crítica que o entrevistado faz a própria produção, descrevendo-a como algo superficial, sobre a qual não pode refletir e amadurecer. Na tentativa de produzir sob a lógica vigente parece frustrar-se continuamente com o produto de seu próprio trabalho.

[...] como produtora de artigos [...] se eu tivesse mais tempo pra pensar as coisas que eu faço seriam muito melhores. [...] Então eu acho que tem uma questão com a qualidade sim, nas minhas coisas. [...] como editora, eu acho que mudou muito a qualidade das coisas que chegam, porque eu acho que as pessoas também elas já entenderam há muito tempo que elas precisam correr, e aquilo que chega pra gente é às vezes muito duvidoso [grifos meus] (V17).

[...] A gente vê um monte de coisa sendo produzida com qualidade duvidosa, como “mais uma produção”, [...] é “mais do mesmo”, muita coisa parecida sendo publicada. [...] essa coisa de produzir qualquer coisa só para contabilizar mais um artigo, de fato, acho que a gente se vê um pouco diminuindo seu padrão de qualidade em função dessa necessidade de estar produzindo quantitativamente [grifos meus] (V09).

[...] É um excesso. Excesso de revistas, excesso de artigos e aí está se publicando qualquer coisa [grifos meus]. Coisas sem relevância, [...] (V06).

Já os fragmento acima mostram críticas negativas dos entrevistados com relação à qualidade das suas produções científicas e a produção científica como um todo. Trazendo à tona, novamente, a pressão que sofrem pelo “curto prazo” e pela necessidade de produzir cada vez mais, de “publicar a qualquer preço”, de “publicar ou perecer”, impostas pela lógica vigente.

[...] Eu acho que **a maior pobreza [...] é a baixa capacidade de você dar respostas hoje num mundo que precisa de respostas mais integradas. [...] muitas vezes você vê que dois papers podiam ser um paper só, bem mais fundamentado [grifos meus], [...]** (V14).

Neste último fragmento, pode perceber que, em sua crítica à baixa qualidade daquilo que é produzido e publicado, o entrevistado expõe de certa forma sua preocupação com o papel social da ciência e com fragmentação daquilo que é publicado, para gerar números cada vez maiores, desvalorizando a integração de conteúdos, que poderia gerar uma ciência de melhor qualidade.

Ainda mais interessante foi observar que, mesmo cientes da qualidade dúbia das próprias publicações e das publicações de seus pares, parecem mostrar um sentimento de ‘impotência’ diante dessa lógica, como se não conseguissem ‘lutar’ contra esse ‘poder’ que os submete.

[...] **porque há uma pressão pra publicação [grifos meus]** (V19).

[...] **eu entendo que isso não é culpa das pessoas, mas é que elas estão tentando fazer o que podem para se equiparar ao que é exigido delas [grifos meus]**. E, aspas, a qualidade mais precária do que chega pras editorias tem a ver com esse desespero que as pessoas estão tendo (V17).

[...] uma coisa bem mais aprofundada se você pudesse, não precisasse ficar com **esses indicadores de mais, mais, mais [grifos meus]**. É muito ruim. Eu acho que isso não ajuda ninguém (V14).

[...] mas **eu entendo**, concordo, que, de fato, **essa correria com relação à produção, isso está levando a gente a fazer, cada vez mais, produtos mais rasos e com menos profundidade [...]. [...] você discutir uma nova ferramenta [...]** mais difícil publicar, isso envolve, assim, um conjunto de leituras, desenvolvimento, reflexões que, no limite do conhecimento que a gente tem até aquele momento, então, **é muito difícil produzir esse tipo de material que não é muito qualificado nesse sistema de “quanto mais, melhor”**. [...] Esse é tipo de produto que é importantíssimo, mas que, **vamos dizer assim, nesse ritmo de produtivismo que, a gente, hoje, percebe, você não tem nem vontade de fazer esses artigos [grifos meus]** (V09).

Interessante que, de alguma forma, os entrevistados descrevem suas percepções e seus sofrimentos diante de uma lógica estranha, imperativa, hegemônica e reducionista, mas ao mesmo tempo parecem descreverem-se incapazes de transformá-la – reconhecem a “escuridão”, mas não vislumbram a “luz”.

3.3.3 Síntese e comentários da categoria

Interessante nesta categoria a possibilidade de confrontar as considerações a respeito da ‘destruição da inovação na ciência’ com o defendido por Mariana Mazzucato (2014). Retomando um pouco do referencial teórico, Mazzucato (2014) defende que o Estado tem assumido os maiores custos e riscos no processo de inovação científica, financiando projetos diversos de pesquisa básica, que nem sempre são fadados ao sucesso. É importante ressaltar que os entrevistados são membros de uma instituição científica estatal, e se sentem sem espaço para inovação, o que traz uma nova questão ‘gritante’ e, de certa forma aterrorizante: Qual será o futuro da ciência?

Destaco, ainda, dessas falas, colocações como: “pra fazer uma coisa nova [...] precisa [...] de muito tempo” (V18); “só tem um jeito de inovar: sentando, estudando, parando e não tendo pressa. [...] tem a ver com poder ter tempo. [...] e isso é uma coisa que não sei se é uma experiência que eles estão podendo se dar ao luxo de ter” (V17); “pesquisar coisas novas, interagir de formas diferentes, [...] seria muito mais lento, [...]. [...] Aí você tem, os *grants* no Brasil [...], eles são muito curtos, [...] isso não dá tempo de amadurecer nenhum projeto de longo prazo. Então tem que ter *grants* [maiores] pra você ter tranquilidade e poder inovar” (V14). Tais colocações também remetem e são enriquecidas pelo exposto por Mazzucato (2014) com relação às diferenças entre pesquisa básica e pesquisa aplicada. Mazzucato (2014) afirma que a pesquisa básica exige longo prazo de desenvolvimento, altos custos e envolve elevados riscos, enquanto a pesquisa aplicada envolve prazos mais curtos e custos e riscos menos elevados. E o fato dos entrevistados reconhecerem essa ‘pressão’ do tempo sobre seus trabalhos reforça a lógica de curto prazo, que é uma

lógica característica do mercado (MAZZUCATO, 2014). Na qual preocupação com resultados rápidos e o curto prazo não dão espaço à inovação científica. Retomando uma preocupação levantada durante o contato com o referencial teórico: a ênfase no produtivismo e no curto prazo não estaria estimulando uma produção científica mais compatível com a ciência normal do que com a inovação, ou a revolução científica?

Na grande maioria dos entrevistados, há o reconhecimento de uma ‘pressão a publicar’, parecendo reforçar a lógica do “Publicar ou perecer”, que impele a produção científica de qualidade duvidosa, e fundamenta as preocupações, já trabalhadas na fundamentação teórica, sobre o tema. Pude perceber, claramente, nas falas dos entrevistados as preocupações a respeito do clima de ‘publique-se a qualquer preço’ (CAMARGO JR., 2013), do surgimento de uma verdadeira ‘ciência-salame’, ou do ‘publicacionismo’ (CASTIEL e SANZ-VALERO, 2007). Não havendo espaço para a qualidade e a inovação, levando a constante reprodução de “mais do mesmo”.

Por fim, destaco algumas falas como: “eu entendo que isso não é culpa das pessoas, mas é que elas estão tentando fazer o que podem para se equiparar ao que é exigido delas” (V17) e “eu entendo [...] que [...] essa correria com relação à produção, isso está levando a gente a fazer, cada vez mais, produtos mais rasos e com menos profundidade [...]. [...] [e] você discutir uma nova ferramenta [...] é muito difícil produzir esse tipo de material que não é muito qualificado nesse sistema de “quanto mais, melhor”. [...] nesse ritmo de produtivismo que, a gente, hoje, percebe, você não tem nem vontade de fazer esses artigos” (V09). Essas me remeteram há algo próximo do que Karl Marx definiu como “consciência em si”.

A consciência é, portanto, de início, um produto social e o será enquanto existirem homens. Assim, a consciência é, antes de mais nada, apenas a consciência do meio sensível mais próximo e de uma interdependência limitada com outras pessoas e outras coisas situadas fora do indivíduo que toma consciência; é ao mesmo tempo a consciência da natureza que se ergue primeiro em face dos homens como uma força fundamentalmente estranha, onipotente e inatacável, em relação à qual os homens se comportam de um modo puramente animal e que se impõe a eles tanto quanto aos rebanhos; é, por conseguinte, uma consciência da natureza puramente animal (religião da natureza). (MARX; ENGELS, 2002, p. 25, apud OLIVEIRA, 2005)

E Camila Passos Fleury de Oliveira, ao analisar a construção do conceito de consciência em seu trabalho “A construção do conceito de consciência em Freud, Marx e Adorno” (2005), vai afirmar que:

Ao analisar a sociedade capitalista e sua forma de produção historicamente desenvolvida, Marx demonstra a complexidade do processo de alienação, revelando o aspecto negativo do trabalho e sua consequência para a produção da consciência dos homens. Assim, para Marx, o trabalho manifesta-se em dois momentos contraditórios: como meio através do qual o homem constitui-se e como fator gerador de alienação e de constituição de uma falsa consciência (OLIVEIRA, 2005)

Parecendo-me uma consciência, não transformadora, do sofrimento comum (‘consciência em si’), mas ainda desprovida de uma crítica que permita colocá-los em um movimento efetivo de busca pela transformação, de reconstrução da realidade (‘consciência para si’). Apesar do ensaio da construção dessa ‘consciência para si’ na “Carta aberta à comunidade de pós-graduação em saúde coletiva” (Anexo 1), escrita por professores(as)/ pesquisadores(as), ainda fica impresso um sentimento de necessidade de reformulação, ‘ressignificação’, algo que Marx descreveu como:

Será necessária uma inteligência excepcional para compreender que, ao mudarem as condições de vida dos homens, as suas relações sociais, a sua existência social, mudam também as suas representações, as suas concepções, os seus conceitos – numa palavra, a sua consciência? (MARX, 1998, p. 28, apud OLIVEIRA, 2005).

Sendo assim, fica a convocação a estes professores(as)/ pesquisadores(as) para a construção de uma “nova consciência”, uma postura crítica ativa e transformadora, que nos permita reescrever esta história.

3.4 Interdisciplinaridade

Nesta categoria de análise, procurei fazer um levantamento das percepções dos entrevistados com relação ao respeito à natureza interdisciplinar da saúde coletiva (apoiada no tripé de suas três áreas de conhecimento: epidemiologia, ciências humanas, e política e planejamento) e a própria manutenção desta natureza. Neste contexto, observei o surgimento de algumas colocações, que destaco nos fragmentos a seguir.

[...] eu acho que o pior disso é que **acabou-se essa possibilidade de você fazer qualquer interdisciplinaridade [grifos meus]** [...] (V14).

Na fala do entrevistado acima, pude perceber uma “leitura” algo fatalista da relação dos critérios de avaliação vigente e a manutenção da interdisciplinaridade na saúde coletiva.

Alguns outros entrevistados posicionam-se de forma mais “sutil”, mas também sinalizam a percepção do desrespeito às diferentes formas de construir o conhecimento na saúde coletiva e talvez valorizando ou priorizando formas específicas de construir o conhecimento, conforme destacado nos fragmento a seguir.

[...] **saúde coletiva, por ser uma área muito abrangente, no sentido de você ter várias culturas de produção e conhecimento distintas e que se complementam**, [...] cada tradição [...], [...] lógica, [...] cultura de publicação e [...] lógica de desenvolvimento de objeto e de ida a campo e de divulgação do conhecimento que é muito particular. **Essa lógica que a gente está** [...] hoje, dentro dos processos de avaliação, [...], **realmente, valoriza um pouco mais certas áreas, em detrimento de outras, [...]. Os pesquisadores não começam no mesmo patamar de possibilidade de publicação [grifos meus]**, [...] (V09).

Você tem certo tipo de produção de pesquisa que é enlouquecedor. [...] esse problema da **total disparidade entre o que a gente valoriza** na área de ciências humanas e sociais, tipo de produção que a gente valoriza **e a maneira e o estilo de produção das áreas biomédicas** que têm uma total disparidade [...]. Hoje em dia, [...] **o campo das ciências sociais, humanas e saúde estão sendo empurrados para uma lógica de produção que não é a da área [grifos meus]** (V06).

Por fim, destaco fragmentos de falas de entrevistados que percebem esse desrespeito às diferenças entre os diferentes saberes, que se complementavam na

construção de uma área maior de conhecimento – a saúde coletiva -, como um processo de homogeneização da produção científica e construção do conhecimento, priorizando determinado *modus operandi*.

Na saúde coletiva você tem um hibridismo muito grande dos saberes e da prática. [...] a área de ciências humanas e sociais, ela tem uma tradição de publicação, a área de políticas e planejamentos, gestão de saberes, também tem uma vocação de publicação, a área de epidemiologia também tem uma vocação de publicação. **A questão é que às vezes pra você entrar na raia pra competir você vai simulando, vai criando similares [grifos meus].** [...] Porque se o referencial é quantitativo, se o referencial é base citação, qualquer estudo que priorize a via estatística, a matemática, e a própria estatística, ele vai ficar na frente em relação a outros conhecimentos que são produzidos (...). Isso é um dos legados desse produtivismo desenfreado, totalmente (V18).

[...] **a falta de discernibilidade dos critérios**, por exemplo, pra graduação e pós-graduação, **pras diferenças entre as áreas**, [...]. **tem a ver com uma homogeneização desses critérios**, [...]. Eu acho que **é mais do que só o critério para publicação, é certa homogeneidade de contabilidade no que você entende como sendo produto.** [...] **como é que você pode usar uma só forma de contabilizar pra formas de pensar e de publicar que não são similares?** [...] **a interdisciplinaridade acaba perdendo**, [...]. [...] a interdisciplinaridade nesse caso ela **não é valorizada, ela é meio mística, não vale [grifos meus]** (V17).

[...] você acaba tendo um **critério que é das ciências exatas, das ciências chamadas duras**, que vão se adequar mais facilmente a esse sistema de avaliação e de produção. Quer dizer, elas dão o modelo dessa avaliação e dessa produção, do que é ciência de fato, **que vai ser de algum modo imposto mais ou menos conflitivamente ou com conflitos mais ou menos intensos pras outras áreas.** [...] Nesse sentido é interessante pensar saúde coletiva, porque você vê... eu acho que a possibilidade inclusive de diálogo da saúde coletiva fica comprometida com esse processo, porque você tem **uma homogeneização que vem das ciências exatas**, [...]. [...] uma ideia de certa homogeneidade que parte de fato é **a difusão de certo padrão, que vai desvalorizar outros padrões concorrentes, ou não reconhecer esses outros padrões**, [...]. [...] **há um desrespeito estrutural**, digamos assim, nesse processo todo, porque algumas áreas vão ter mais dificuldade de se adaptar a esse padrão que vai se homogeneizando, que é quantitativista, [...]. [...] **padrão das ciências duras, das ciências normais está sendo imposto às outras ciências [grifos meus]** (V19).

3.4.1 Síntese e comentários da categoria

Em uma leitura panorâmica das falas dos entrevistados a respeito da manutenção da natureza interdisciplinar da saúde coletiva, percebi a presença de

discursos que apontam no sentido de um processo de ‘homogeneização’ da produção do conhecimento, desrespeitando as particularidades das diferentes áreas e favorecendo áreas específicas da produção do conhecimento, descaracterizando a natureza interdisciplinar do campo.

Tais falas reforçam o exposto na literatura revisada, no que diz respeito às dificuldades para ‘assegurar’ essa interdisciplinaridade como característica da Saúde Coletiva. Assim como define Madel Luz, a Saúde Coletiva se caracteriza pela:

[...] coexistência num só campo de múltiplos saberes científicos [...] e de dois paradigmas de construção, nas práticas e nos discursos [...].(LUZ, 2008, p.218).

Sendo assim, alguns questionamentos fizeram-se presentes para mim: será que os critérios quantitativos de avaliação privilegiaram áreas específicas da produção do conhecimento? Será que estreitaram a “ótica multidisciplinar (de diversidade no pesquisar)” e “a dialógica de construção de objetos”, defendidas por Madel Luz (2008) como características da Saúde Coletiva?

3.5 Impactos

Nesta categoria de análise, procurei identificar as percepções dos entrevistados sobre os impactos dessa nova lógica de produção científica em diferentes esferas. Nesse contexto, foi possível identificar três subcategorias predominantes de percepções sobre tais impactos. Impactos nas relações com os pares; impactos no próprio trabalho, e impactos em suas vidas com repercussões em suas saúdes física e mental.

3.5.1 Impactos nas relações com os pares

Nesta subcategoria, o foco foi identificar as percepções dos entrevistados a respeito dos impactos nas relações com outros professores(as)/ pesquisadores(as) da própria área (Saúde Coletiva).

[...] **as relações vão ficando muito mais formalizadas**, [...]. [...] às vezes você tem situações esquizofrenizantes, de pessoas que são absolutamente reconhecidas na área, mas que não tem a pontuação, [...] professores que não atingiram o mínimo, [...] pessoas que às vezes são pessoas de grande prestígio intelectual, mas que não atingem aquela produtividade. Tudo bem, elas continuam dentro, mas sempre numa posição de, bom, você está aqui e tal, mas... sempre de **uma legitimidade um pouco dúbia [grifos meus]** (V19).

Este entrevistado parece descrever a percepção de uma nova forma de relação entre os pares, atravessada pela “formalidade” ou “distanciamento afetivo”, mas carregada de julgamentos e críticas implícitos e eufemizados.

Já nos fragmentos destacados a seguir, algumas características desta nova relação com os pares são nomeadas de forma mais clara, fazendo-se presente a “desconfiança” e a “competitividade”.

[...] Então é um **desconfiando de outro**, [...] está **todo mundo disputando certa posição [grifos meus]** (V18).

[...] Eu acho que **as cadeiras tendem a se isolar [...]** **mais do que nunca tenho sentido aquele provérbio: farinha pouca, meu pirão primeiro**. Isso acaba produzindo não só um isolamento, mas uma competitividade, [...]. [...] eu acho que **enquanto a gente ainda achar que quem produz diferente é vagabundo; quem produz de uma maneira mais lenta [...]** é **alguém que está em falta; é alguém que poderia fazer mais, mas não está fazendo porque não quer**. Isso desune, isso faz você se ver de **uma maneira ou pior ou melhor do que o seu colega**, [...] as pessoas se vêem de fato diferentes, é **como se elas estivessem num alto e baixo clero da docência [grifos meus]**, [...]. [...] eu entendo que alguém que está no topo da cadeia alimentar não queira [...] retroceder. Porque na verdade eu entendo que algumas pessoas entendam como retrocesso mesmo, e não queiram se juntar a outro modo de produzir porque aquele em que ela está funciona, está funcionando (V17).

Esta mudança, realmente, **aumentou o stress nas pessoas e aumentou o stress entre as pessoas**. [...] Volta e meia **tem uma tensão** que acontece no colegiado da pós-graduação, [...] **já gerou algumas discussões acaloradas [...]**, **então, não é só tensão de cada um, é tensão também, na instituição**. [...] **as pessoas ou ficam muito estressadas ou então entram botando pé na porta. Não querem saber de nada, só querem saber de publicar**. “Vou cuidar do meu, da minha

carreira”, aí entra nessa coisa concorrencial, carreirista [grifos meus] (V06).

Nestes fragmentos foi possível identificar também a leitura, dos entrevistados, quanto à “estratégias de enfrentamento” e conseqüências dessas mudanças no comportamento individual e coletivo, com destaque para o “isolamento” e o “stress”.

Por outro lado, alguns entrevistados conseguiram perceber impactos positivos que essa nova lógica introduziu na relação com o “coletivo” da saúde coletiva, e impactos negativos na relação entre os pares.

[...] é que nem orquestra, [...] **antes a gente era assim, a gente era um monte de músico bom e cada um fazia o que queria e não tinha nenhuma regência também**, [...]. [...] todo mundo tinha que aprender tudo de todas as áreas, e acabava não aprofundando em nada. [...] **hoje pelo menos eu acho que no instituto, todo mundo sabe que trabalha pra alguns indicadores [...]. [...] Aí a gente passou pro outro lado que é: ‘também não quero nem saber’**. Isso aqui é um instituto de saúde coletiva, e o indivíduo pode sair daqui sem saber sequer o que é SUS, se o SUS é importante ou não é importante, porque ele pode ficar aqui estudando saúde mental, estudando nutrição, [...]. **A gente não consegue trabalhar junto, [...] a gente não consegue fazer pesquisa junto [grifos meus]**, mas a gente sabe que a gente precisa desse grupo pra sobreviver, e que é legal [...] ajudar o outro, pelo menos nas suas próprias áreas, a dar um salto (V14).

[...] eu acho que esse sistema [é] **competitivo em exagero**, [...]. **Por um lado, eu acho que para algumas áreas, trouxe um pouco mais de profissionalismo no sentido da divulgação**, [...]. [...] **por outro lado [...] criou discussões internas aqui no IMS, fraturas e cobranças de uma área de concentração para outra área de concentração e nem sempre essas cobranças são bem vindas ou são bem feitas e, de fato, criou um clima que é complicado**, [...]. [...] quando a gente tem cobrança [...] para que a gente consiga atender aquela demanda [...] da Capes, por exemplo, então **acaba que isso torna mais difícil o convívio interno com pessoas que não tem uma produção ou que são contrárias a este sistema [grifos meus]**, [...] (V09).

Destaco destes fragmentos a visão de introdução de um comportamento mais profissional na relação com o coletivo da área, porém com prejuízos na relação com os pares, no sentido de competitividade, dificuldades de interação, cobranças e conflitos na relação com os pares.

3.5.2 Impactos no trabalho dos professores(as)/ pesquisadores(as)

Nessa subcategoria, busquei identificar as percepções, dos entrevistados, dos impactos sobre suas formas de trabalhar e que tipo de mudanças perceberam em seus processos de trabalho.

Logo de início, os discursos dos entrevistados deixam para mim a percepção de um trabalho extenuante, evidenciada no fragmento a seguir.

[...] **a gente está trabalhando mais do que a gente trabalhava [grifos meus]**, porque a gente trabalha aqui, leva trabalho para casa, trabalha final de semana, trabalha de noite, [...] (V09).

Apesar do entrevistado anterior sinalizar esse fator extenuante do trabalho, limita-se a descrevê-lo de forma superficial e concreta. Por outro lado, outros entrevistados aprofundaram essa “leitura” em seus discursos, conforme visto nos fragmentos a seguir.

[...] **um modo de produção muito alienante**. Alienante no sentido clássico marxista, porque você, embora você esteja produzindo, **você tem que atender a uma lógica que sai do seu controle. [...] pressionado por uma lógica que é externa. [...] um processo de impessoalização** mesmo, me lembra o Weber, a ideia da racionalização e da impessoalização. [...] Então eu acho que é um processo de **desposseção** [...] e de controle. [...] certa **desposseção de um ponto de vista individual sobre o seu trabalho. Quer dizer, o seu trabalho passa a ser regrado externamente [grifos meus]** (V19).

[...] é tudo **um pouco ambíguo**. [...] se por um lado, **logo que essa mudança começou, eu achei [...] interessante, que me puxou para publicar, [...]. [...] por outro, tem esse aspecto profundamente negativo que é publicar a qualquer preço**. [...] e eu sinto em mim, também. Eu fico, “ai meu Deus do céu, escrevi isso aqui, vou falar em tal lugar, eu tenho que publicar”, esse aqui, “eu tenho que publicar”, sem avaliar: **será que eu estou falando alguma coisa que, realmente, vale a pena? Que seja, realmente uma reflexão original, que seja legal, que seja importante para os outros lerem?**. A gente não se pergunta isso, [...]. Eu fico calculando quantos eu vou conseguir publicar este ano e quantos eu vou conseguir publicar ano que vem. **Eu fico calculando. Isso é um absurdo, que não deveria ser esse o objetivo, nem de eu dar aula e nem de eu pesquisar, nem de eu estudar. Isso está errado**. Nós estamos comprando certo tipo, uma maneira de produzir, uma maneira de fazer as coisas que nunca foi da ciências humanas, nunca foi da nossa área, [...]. [...] **Eu acho que a gente acaba se sentindo dentro de uma espécie de jogo concorrencial [grifos meus]**, [...] (V06).

Nestes fragmentos, os entrevistados parecem apontar para uma relação conflituosa e “desequilibrante” entre trabalho e indivíduo, significando-a no âmbito subjetivo, com certa impossibilidade de reconhecimento de espaço para expressão do desejo e da subjetividade nesta nova forma de organização do próprio trabalho.

3.5.3 Impactos na vida dos professores(as)/ pesquisadores(as)

O interessante desta subcategoria foi perceber que, apesar de alguns entrevistados não reconhecerem impactos diretos em suas vidas, há uma percepção algo difusa do impacto negativo na vida dos professores(as)/ pesquisadores(as), com repercussões na saúde física e mental destes.

Além da descrição de um processo de adoecimento físico mais explícito, surgiram considerações sobre processos psíquicos deteriorantes à saúde mental dos professores(as)/ pesquisadores(as). Sentimentos como ‘culpa’, ‘desconforto’ e ‘inadequação’ foram mencionados ao longo das entrevistas, conforme destacado nos fragmentos a seguir.

[...] esses critérios eles não são fechados, sempre pode-se produzir mais, mais, mais, **você acaba num sistema onde você não tem mais um padrão ao qual você possa se adequar e se sentir confortável**, [...]. Isso é terrível, [...] é a reprodução de um sentimento de culpa, de inadequação [...] a questão que **você nunca é bom o suficiente, sempre algo a fazer**. [...] quando eu fiz a opção pela pesquisa, pela universidade, [...] não era essa dinâmica, **não foi este mundo que eu escolhi viver**. [...] **isso me dá uma sensação de deslocamento** [...] aí tem uma situação: será que eu estou no lugar certo. Talvez não, mas é estranho você concluir que não está no lugar certo depois de trinta anos. [...] **E eu não consigo muito produzir de outro modo, você tem que ter uma outra pessoa, uma outra subjetividade [grifos meus]**. [...] pra mim foi um processo muito difícil de incorporar um pouco essa lógica (V19).

Então já se engendraram formas competitivamente desleais de um ultrapassar o outro, e **estamos adoecendo**. [...] parece que tem que produzir massacrando, parece que tem que produzir, **se não produzir daquele jeito, ele está out, ele está fora, ele não é cientista**, [...] **não vale nada**. [...] eu acho que um dado comum é: **esse modo de produzir conhecimento, ele adocece e afeta e mata gigantescamente na vida pessoal e intelectual, profissional do pesquisador professor**, está

negativamente levando à morte antes do tempo, isso eu não tenho a menor dúvida. [...] O que você tem de quantidade de pesquisador, professor, morrendo de câncer, [...] o tanto de gente pesquisador que já morreu ou com infarto fulminante do miocárdio ou câncer, **cada vez mais [...] deletério, mais letal, mais devastador [grifos meus]**, e eu acho que isso está totalmente relacionado a um estilo de vida que é imposto ao pesquisador e professor para reconhecimento (V18).

[...] certo cansaço em relação a essa lógica se coloca em mim. [...] a docência pra mim sempre foi alguma coisa que eu não poderia fazer outra coisa. Eu me sinto tão bem, tão confortável, tão feliz com isso, que eu nunca associei tudo que eu dediquei a docência a nada de ruim. Até que eu entrei efetivamente num concurso. E na verdade a minha experiência foi de... eu acho que até hoje é muito ambivalente. Se eu tenho os melhores sentimentos de poder dar aquilo que eu acho que eu sei fazer melhor, aquilo para o qual não só eu fui treinada, mas o que eu sonhava, por outro lado **eu sinto na minha vida pessoal uma indiscernibilidade por tanto que eu preciso dar pro meu trabalho e eu não consigo mais ver, eu não consigo mais ter tempo de lazer, tempo para mim, porque esse tempo de lazer, tempo para mim, é o tempo da culpa, é o tempo de não estar fazendo o suficiente, [...]. [...] eu tenho insônia pelas coisas que eu deixo de fazer, não consigo dormir por elas. [...] Cumprir metas, e metas que nunca você vai chegar até o final delas. [...] Eu acho isso muito sério, porque é a falta de percepção de conquista [...]. [...] eu acho que uma frustração contínua [...]. [...] porque na verdade num mundo que você sempre precisa de conquistar uma outra coisa que você não sabe qual é e que nunca vai chegar, aquilo que você consegue perde o valor. [...] eu olho pro lado e vejo os meus colegas e os professores todos sempre com algum tipo de doença. [...] E aí o que acontece é que eu olho pros lados e dificilmente vejo alguém, eu não diria nem feliz, porque feliz é pedir muito, eu dificilmente vejo alguém contentado e tranqüilo com a própria vida. Eu acho que está todo mundo meio adoecido. [...] eu acho que o docente, o trabalhador de educação [...] ao assumir em primeira pessoa essas exigências, ele fica mais doente, mais deprimido, mais triste, e eu acho que isso é um impacto direto na qualidade de vida, na saúde, na vontade de viver, todas essas coisas [grifos meus] (V17).**

Eu acho que quem quer escolher essa área, eu acho que tem que saber que **é uma área de muita cobrança**. Ninguém gosta de conviver com rejeição, no fundo é isso, e **é uma área que você é muito rejeitado [grifos meus]**, porque mandar um *paper* significa, num nível muito competitivo hoje, você ter muitas rejeições (V14).

[...] eu acho que é **um stress danado. [...] está sempre com a sensação de estar devendo**, isso acho que é uma coisa da novidade dessas últimas décadas [...]. [...] Você é demandado e tem coisas interessantes para você fazer em milhões de cenários diferentes e está sempre querendo dar conta disso tudo e acaba muito estressada. Acho que isso está prejudicando. [...] **Isso, com certeza, não faz bem à saúde do ser humano [grifos meus] (V09).**

[...] **a nossa vida é estressada. Vida de professor é estressada, [...]**, a gente tem quinze coisas para pensar. [...] meu problema não é a quantidade de horas que eu trabalho por dia, é a quantidade de coisas diferentes sob as quais eu tenho que pensar num dia, [...]. O que estressa a nossa vida é essa maluquice, essa quantidade difusa e grande de compromissos que a gente tem [...] tudo ao mesmo tempo, e, evidentemente, essa exigência de “publique-se a qualquer preço”, claro, aumenta o stress. [...] **É estressante o trabalho [grifos meus] (V06).**

Destaco, ainda, destes fragmentos, a percepção de um processo contínuo de frustração e sensação de “menos valia” vivenciadas e descritas por alguns entrevistados de forma mais clara, e por outros de forma mais distanciada. Tal fato me faz refletir novamente sobre as “estratégias de enfrentamento” utilizadas por cada um destes, seja de empoderamento e releção do próprio sentimento ou pela projeção deste, que permeiam a “leitura” dos impactos desta lógica vigente de organização do trabalho na vida de cada um destes.

3.5.4 Síntese e comentários da categoria

A análise desta categoria me permitiu identificar algumas mudanças, a maioria de conotação negativa, na relação entre ‘pares’. Termos como ‘formalização’, ‘desconfiança’, ‘isolamento’ e ‘competitividade’ foram utilizados, direta ou indiretamente, para descrever tais mudanças. Tais declarações parecem reforçar o descrito por Polanyi (2012) como a criação de “um novo tipo de sociedade”, a partir do surgimento da economia de mercado, no qual “um mecanismo institucional passou a controlar [...] os seres humanos em suas atividades cotidianas”, distorcendo “fatalmente a compreensão do homem ocidental sobre si mesmo” (2012, p.212-213). E, “quem se recusasse a imaginar que agia tão somente com vistas ao ganho, portanto, era considerado não só imoral, mas também louco” (2012, p. 220), introduzindo nas relações sociais a desunião, a competitividade e o isolamento ou individualismo. Tudo isso, parece ir na ‘contra-mão’ daquilo denominado ‘coletivo de pensamento’, por Ludwik Fleck (2010). Segundo Fleck, o desenvolvimento do conhecimento dependeria muito mais do coletivo do que do indivíduo, sendo o conhecimento um produto social. Deixando, em mim, o questionamento: como sustentar a possibilidade de construção de um ‘coletivo de pensamento’ se as pessoas envolvidas nesse processo não conseguem sustentar uma relação de troca de saberes ou de reciprocidade de influência?

De uma forma geral, com relação a percepção dos impactos da lógica vigente no trabalho dos entrevistados, foi reconhecido um aumento na carga de trabalho.

Com a descrição de um processo alienante, que promove um grau de anulação do sujeito, com o não reconhecimento de motivações ou desejos próprios, e a obediência a uma lógica externa. Tornando o trabalho algo extenuante física e psiquicamente, com impactos na saúde física e mental do trabalhador. Trazendo a tona questões relacionadas aos conflitos entre a organização do trabalho e o trabalhador, abordadas por Dejours, como:

Quando não há mais arranjo possível da organização do trabalho pelo trabalhador, a relação conflitual do aparelho psíquico à tarefa é bloqueada. Abre-se, então, o domínio do sofrimento (DEJOURS, 2015, p.28)

[...] Entre o homem e a organização prescrita para a realização do trabalho, existe, as vezes, um espaço de liberdade que autoriza uma negociação, invenções e ações de modulação do modo operatório, isto é, uma invenção do operador sobre a própria organização do trabalho, para adaptá-la às suas necessidades, e mesmo para torná-la mais congruente com seu desejo. Logo que esta negociação é conduzida a seu último limite, e que a relação homem-organização do trabalho fica bloqueada, começa o domínio do sofrimento – e da luta contra o sofrimento (DEJOURS, 1987).

Interessante, novamente, me deparar com questionamentos sobre a forma de 'organização do trabalho' e as repercussões dessa sobre o indivíduo. Isto me fez rememorar um estudo que desenvolvi há alguns anos. No qual, busquei bases teóricas para fundamentar a questão das repercussões da organização do trabalho na saúde mental dos trabalhadores. Para isso, trabalhei prioritariamente com as mudanças na organização do trabalho, a partir da revolução industrial e das propostas de "administração científica do trabalho" introduzidas por Taylor, com as contribuições de Ford. Surpreendeu-me perceber que as colocações feitas pelos entrevistados resgatavam conceitos e conteúdos desse outro estudo, tais como: 'a racionalização e padronização do trabalho'; 'minimização do tempo gasto'; 'fragmentação das tarefas' (MERLO & LAPIS, 2007; MATOS & PIRES, 2006) e o surgimento de "uma estrutura organizacional rígida, hierarquizada, com [...] normas burocráticas e vigilância permanente [...]" (MERLO & LAPIS, 2007).

Apesar da não associação direta, pelos entrevistados, a essa 'organização do trabalho' do modelo Taylorista, pude observar que os mesmos se reconhecem em uma situação de despersonalização do trabalhador, de anulação de sua identidade, estando submetidos a atividades fragmentadas e repetitivas, que configuram terreno

fértil para a monotonia, o medo e o assédio moral (MERLO & LAPIS, 2007 e FREIRE, 2009). Abrindo espaço, no ambiente de trabalho, para a desestruturação da relação com o outro, a manifestar-se por meio de discriminação, desconfiança ou, mesmo, violência e agressividade (DEJOURS, 2003, *apud* MERLO & LAPIS, 2007). Sendo estes últimos fatos corroborados pela análise da subcategoria seguinte.

Ao analisar a subcategoria que considera os impactos na vida dos professores(as)/ pesquisadores(as), permito-me afirmar que, mesmo sem a associação direta, pelos entrevistados, com a lógica regente dos processos produtivos na ‘sociedade industrial ou de mercado’, presenciei a manutenção das mesmas relações sociais atuantes sobre os sujeitos. Relações essas que promovem a manutenção de um comportamento produtivo estereotipados, com anulação completa do sujeito, nos quais se manifestam sofrimentos e angústias, por vezes, sequer compreendidos pelo próprio. Algo que parece contraditório quando pensamos em sujeitos, de certa forma, responsáveis pela produção do conhecimento dentro de um campo denominado “Saúde Coletiva”. Será que estes sujeitos perderam a capacidade de refletir sobre sua saúde? Será que perderam a capacidade de cuidar, proteger e promover saúde em seu ‘próprio coletivo’?

3.6 Preocupações com o futuro

Decidi, então, finalizar a análise dos discursos com o questionamento de suas preocupações e previsões com relação ao futuro da ciência, dos novos professores(as)/ pesquisadores(as) e dos alunos de pós-graduação. Tentando, dessa forma, responder alguns dos meus próprios questionamentos e preocupações.

3.6.1 Preocupações com o futuro da ciência

Durante as entrevistas, quando questionados sobre suas 'previsões' com relação ao futuro da ciência, os entrevistados mostraram-se algo divididos. Alguns fragmentos desses discursos são capazes de 'traduzir' isso.

[...] mas qual ciência, o que isso vai gerar, entendeu? [...] **eu sou muito cético, eu acho que isso não vai levar a nada muito significativo em termos de inovação, em termos de afirmação [grifos meus]** (V19).

[...] **as minhas previsões** eu acho que **são um pouco sinistras [grifos meus]**. Eu acho que quem já está mais adaptado a esses padrões vai continuar se dando bem e quem não está adaptado vai continuar e vai começar a perder o que tinha (V17).

Os fragmentos acima mostram um posicionamento claramente pessimista, de alguns entrevistados, em relação aos efeitos sobre a inovação. Já o fragmento selecionado a seguir, mostra um discurso permeado pelo pessimismo com relação ao futuro no sistema existente, mas manifesta uma ponta de esperança em possível mudança, sem apontar caminhos para a mesma.

[...] eu acho que o futuro... **isso aqui já está meio fadado [grifos meus]**... não está dando certo. [...] O desinvestimento atual, isso é um horror, [...]. [...] Eu acho que a gente tem que aprender a combinar essa solidariedade e essa abertura pra outros campos e se a gente estiver nessa produção, nessa lógica da produção que cada vez mais é melhor eu acho que a gente não vai conseguir sair desse funil. Tem que começar internamente também, [...] (V14).

Por fim, destaco fragmentos de discursos de outros entrevistados que mesmo compartilhando de uma visão pessimista sobre os efeitos do produtivismo em relação à criatividade e inovação, expressam uma esperança na possibilidade de uma saída em termos do papel social da ciência, acreditando que possa haver uma transformação da situação através do exercício da reflexão e do debate público ou coletivo.

[...] **tem um papel social da ciência e parece que tudo que você coloca nesse papel social está em cheque. [...] Eu acho que eu tenho fé, tenho a convicção que a ciência e a universidade [...] ela pode e deve [...] resgatar as suas funções essenciais. [...] a esperança que essas coisas elas sejam recompostas, reconfiguradas, [...]. A gente tem que cada vez mais promover espaços públicos de construção coletiva, de**

refletir, pra amenizar esse ódio [...]. Bom, [...] se é possível fazer uma má ciência, é possível fazer uma boa ciência. [...] **Acho que o pior legado do produtivismo é que não deixa nada pra geração futura.** [...] E muitos que tem **o desejo de transformação [grifos meus]**, [...] não sabem ou inconscientemente não se importam [com o] quanto é importante você manter essa memória pra gente poder contar que as próximas gerações de pesquisadores não repitam esse momento de produtivismo e de morte da criatividade e de inventividade na produção do conhecimento (V18).

[...] eu acho que **a gente tem que tentar ampliar essa discussão internamente, [...] e externamente**, no nosso fórum de coordenadores, [...] no sentido de aprimorar esse sistema. [...] sem sombra de dúvidas, não dá para negar que a gente avançou bastante nos últimos anos e acho que muito desse avanço foi puxado pelo ministério da ciência e tecnologia, ministério da educação, Capes. Agora, **a gente está diante de uma crise.** [...] Eu acho que isso é uma coisa muito séria que **a gente vai ter que se juntar, mais uma vez, no sentido de tentar reverter esse quadro [grifos meus]** (V09).

3.6.2 Preocupações com o futuro dos novos professores(as)/ pesquisadores(as)

Ao descreverem suas percepções e preocupações com relação aos novos professores(as)/ pesquisadores(as), grande parte dos entrevistados descreve certa situação de vulnerabilidade diante desta nova lógica, o que pode ser percebido no fragmento selecionado a seguir.

[...] todos nós **não estamos livres da cultura que a gente está submerso**, quer dizer, a qualquer preço, **o jovem pesquisador vai estar mais vulnerável** a entrar nesse esquema, [...]. [...] Eu acho que, talvez, [para o] jovem, isso seja **ainda mais dramático, porque vocês estão começando a ter que fazer isso muito mais jovem do que a gente**, então, a vida inteira de vocês... **Imagina? Quarenta anos, trinta anos, profissionais com essa sensação de nunca dever cumprido, nunca ter nada, sempre estar devendo alguma coisa, sempre estar atrasado [grifos meus]** com algum parecer, com artigo do aluno, com orientação, com a aula que vai dar (V09).

Neste fragmento o entrevistado traduz essa “vulnerabilidade” como uma exposição muito precoce, destes novos pesquisadores, aos aspectos deletérios do *modus operandi* imposto pela lógica vigente, associando a certa desvantagem quando comparados aos mais antigos. No fragmento seguinte, essa “desvantagem” é descrita de forma mais explícita, por outro entrevistado.

[...] **muito ruim a situação pra eles**, porque há muito pouco tempo aqui no Brasil tem dinheiro pra jovem cientista. [...] então antigamente eles tinham que competir com todo mundo, então imagina que **eles são submetidos ao mesmo sarrafo** e com possibilidades de... **eles não têm tanta conexão pra fazer grupos e interagir, e são submetidos aos mesmos critérios que o pesquisador que está há vinte anos trabalhando**. [...] **eles estão entrando numa engrenagem sem ter o menor suporte, sem ter a menor possibilidade de competir nesse sistema [grifos meus]** (V14).

Um dos entrevistados descreveu sua percepção com relação às conseqüências desse novo modus operandi na formação e capacitação destes novos pesquisadores, destacando a ausência de espaço para as “singularidades”, reforçando sua preocupação com um processo de “homogeneização” da construção do conhecimento, já descrito anteriormente.

[...] **você não está incentivando a produção de singularidades, você está incentivando a produção de regularidades**. A pessoa vai se reproduzindo, **quando você vê tem vários ‘você’ fazendo várias coisas iguais, ou pedacinhos de uma coisa [grifos meus]**. [...] Que tem a ver com a lógica [...] das ciências exatas, [...]. Eu acho estranho, eu acho muito esquisito (V19).

Por fim, destaco a preocupação de um dos entrevistados com os reflexos dessa lógica vigente no psiquismo e no comportamento dos novos professores(as)/pesquisadores(as), retomando a reflexão sobre as diferentes “estratégias de enfrentamento” adotadas por estes, diante desta relação conflituosa entre a organização do trabalho e o trabalhador.

[...] Nossa, **quem está chegando agora está muito dentro dessa lógica, [...] está sentindo muito mais fortemente**, muito mais stress essa lógica. [...] **[alguns] muito estressados, sofrendo com isso e outros, [e outros] que nem trator [...]. Não interessa mais a instituição, não interessa a vida institucional, não interessa participar de reunião, de discussão, interessa pesquisar e publicar. Isso a gente está vendo,[...]. [...] uma pessoa que está entrando [agora] é obrigada a seguir essa lógica. Tem que. Não tem saída. É muito mais estressante [grifos meus]** (V06).

3.6.3 Preocupações com o futuro dos alunos

Com relação ao processo de formação dos alunos de pós-graduação, foi possível perceber uma crítica negativa dos entrevistados.

Em alguns fragmentos foi possível destacar a percepção de um empobrecimento da formação, mais uma vez, com possíveis resultados catastróficos para o futuro da ciência.

[...], **primeiro que você tinha uma preocupação do orientador ou do professor de formar uma individualidade diferente da sua.** Quer dizer, era **uma espécie de formação que conduzia o aluno à autoria**, digamos assim. **E isso se reverte completamente [grifos meus]**, porque o aluno tem que se encaixar dentro de um projeto que é o seu projeto, [...] (V19).

[...] **hoje o aluno [...] aprendeu uma coisinha, fica só fazendo aquilo e vira nome do meio em quinze papers**, porque ele só sabe fazer aquilo. **É muito ruim pra ele e é muito ruim pra formação... imagina, esse cara depois vai estar formando gente e não tem uma visão integrada.** Então isso aí vai ter um custo mais pra frente muito grande. [...] **Reforça essa lógica do salame, [...]. Pra ciência e pro próprio futuro desses pesquisadores é muito ruim [grifos meus]** (V14).

[...] Essa lógica **mudou totalmente a estrutura dos cursos de pós.** [...] **[hoje] você só tem [...] algumas disciplinas obrigatórias, [...] e cumpriu aquele crédito, você só vai investigar o seu objeto principal.** [...] **isso isolou muito os jovens pesquisadores que já entram sem querer olhar para o lado, sem conhecer o que o colega faz, [...] você não tem mais tempo [...], você já está correndo e fragmenta o conhecimento [grifos meus], [...].** [...] há vinte anos não era assim. [...] **você formava um sanitarista muito melhor [...], um pesquisador da área de saúde coletiva mais geral, onde ele poderia depois, se situar mais na epidemio, mais em ciências humanas, mais em planejamento, mas o básico ele tinha, e isso, hoje em dia, é impossível, [...]** (V09).

Já outros entrevistados falam da necessidade da reavaliação das práticas na formação da pós-graduação, ensaiando algumas propostas.

[...] **Eu acho que os alunos ficarem dentro da universidade é fundamental** [...] Os alunos têm que ficar aqui, [eles] têm que conviver no âmbito da pesquisa, [mas] se você quiser manter esse sistema [...] do produtivismo, pode ir cada um pra sua casa, [porque assim] eles vão ganhar mais, cada um [...] focado lá no seu objeto específico de pesquisa. [Porém,] **criar espaços em que os professores e alunos fiquem oito horas por dia, cinco dias por semana, pelo menos, é fundamental pra romper essa lógica por dentro [grifos meus].** [...] é ótimo que ele [...] ele fique aqui, interaja, [...] (V14).

3.6.4 Síntese e comentários da categoria

Na análise desta categoria pude perceber que, apesar de haver certa ‘divisão’ de opiniões sobre as preocupações dos entrevistados com relação ao futuro da ciência, há o predomínio de um posicionamento algo pessimista com relação ao tema e a convergência de posições com relação à necessidade de reação coletiva à lógica vigente. De alguma forma, tal visão, nada promissora, para o futuro da ciência, deixa ainda mais pulsante o questionamento: nos manteremos passivos diante desta lógica que parece devastadora, que desfavorece a inovação e leva a produtos de qualidade duvidosa?

Pude observar, ainda, que segundo os entrevistados, os novos professores(as)/ pesquisadores(as) são expostos a uma competição desigual e com poucas oportunidades de crescimento. E, desta forma, acabam tendo tolhido o desenvolvimento de suas ‘singularidades’, diferente dos pesquisadores mais antigos, que tiveram a oportunidade de desenvolver seu trabalho em um ‘cenário’ menos competitivo, menos coercitivo. Os novos professores(as)/ pesquisadores(as) parecem sofrer de forma mais intensa os efeitos de um “moinho satânico”, descrito por Karl Polanyi em seu livro *The great transformation: the political and economic origins of our time* (2001), que os tritura e cospe, transformando-os em uma massa, que busca desesperadamente sobreviver (POLANYI, 2001). O que me faz retomar a preocupação com o futuro da ciência, da produção científica. Destaco, ainda, não ter encontrado na literatura dados sobre esses achados, levando-me a pensar na necessidade de mais estudos que explorem os impactos dessa lógica sobre os novos professores(as)/ pesquisadores(as).

Por fim, em seus discursos sobre a formação e preocupações com o futuro dos alunos, os entrevistados resgatam vários temas discutidos anteriormente, colocando a formação atual como um ‘reforçador’ dessa lógica vigente e de suas conseqüências catastróficas, com a fragmentação e o empobrecimento dos conteúdos, da produção do conhecimento, como mostram Camargo Jr., Castiel e Sanz-Valero, Madel Luz e outros. Reforçando a necessidade de rompimento com

essa lógica vigente, promovendo a reformulação, a reinvenção da formação na pós-graduação, como tentativa de garantir um futuro mais promissor para a ciência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objeto de estudo a investigação dos efeitos, no IMS/UERJ, da lógica de avaliação em vigor no país, a partir de 1998. Cabendo destacar que, apesar da ascensão gradual do Instituto de uma nota de avaliação geral cinco para sete, no período de 2001 a 2013, alguns questionamentos internos foram levantados. Questionamentos com relação ao significado de tal progressão em termos da qualidade da produção científica e do aspecto inovador desta, além dos efeitos sobre as diferentes subáreas do seu programa de pós-graduação, continuam pungentes.

Sendo assim, durante esse trabalho busquei analisar conceitos e características da 'lógica produtivista' na produção científica, identificando e analisando sua presença e seus impactos na universidade, particularmente no programa de pós-graduação em Saúde Coletiva do IMS/UERJ. Além disso, tive por objetivo analisar os efeitos ou impactos, dessa lógica, na produção científica do IMS/UERJ; na interdisciplinaridade; na inovação; na vida e no trabalho dos(as) professores(as)/ pesquisadores(as) do IMS/UERJ. Com uma preocupação peculiar a respeito das previsões com relação ao futuro da ciência; dos novos professores(as)/ pesquisadores(as); e dos alunos da pós-graduação. Com relação a estes objetivos, os resultados mostraram que foi possível alcançá-los.

Os resultados mostraram a percepção de um processo gradual de mudanças na universidade, particularmente no IMS/UERJ, porém sem um reconhecimento claro quanto ao início da interferência dessas mudanças nas práticas dos professores(as)/ pesquisadores(as) deste instituto. Mudanças introduzidas pelos novos critérios, da CAPES, de avaliação da produção científica que promoveram a transição de uma lógica de produção de científica do passado para uma lógica presente completamente diferente. A lógica de produção de científica do passado foi descrita como algo mais "artesanal", em "menor escala", com autonomia, evidente, reforçada pela avaliação "pelos pares", e sedimentada no conceito de "prestígio" acadêmico. Já a lógica presente, descrita como fundamentada em um 'produtivismo', por vezes, comparável a lógica de produção industrial. Descrevendo-na como uma lógica hegemônica, que se impõe, submete e limita a autonomia do

professor(a)/pesquisador(a), levando a uma relativa padronização da produção científica, cujo 'valor' passa a ser aferido por padrões, principalmente, quantitativos. Percebe-se uma grande semelhança desta lógica descrita com a "lógica de mercado", apesar, dos entrevistados mostrarem-se resistentes a uma associação direta com entre elas.

Os resultados apontaram, também, questões motivadoras de grande preocupação como a 'destruição da inovação' e a qualidade duvidosa daquilo que é produzido sob a lógica vigente, focada em resultados rápidos e no curto prazo, levando a constante reprodução de "mais do mesmo". Além de dificuldades para 'assegurar' a natureza interdisciplinar da Saúde Coletiva diante de um processo de 'homogeneização' da produção do conhecimento, que desrespeita as particularidades das diferentes áreas e favorece áreas específicas da produção do conhecimento.

Foi possível identificar, também impactos importantes nas relações entre os professores(as)/ pesquisadores(as) deste instituto, no trabalho e na vida deles. De uma forma geral, percebeu-se a deterioração da relação entre eles, sendo esta, freqüentemente atravessada por sentimentos de 'desconfiança' e 'competitividade', promovendo a 'formalização' dessas relações e favorecendo o 'isolamento' dos indivíduos. Com relação aos impactos sobre o trabalho desses professores(as)/ pesquisadores(as) foi reconhecido um aumento na carga de trabalho e descrito um processo de trabalho alienante, que promove anulação do sujeito e a obediência a uma lógica externa. Foram descritos, também, processos de adoecimento físico explícito, e de deterioração psíquica, com sentimentos como 'culpa', 'desconforto' e 'inadequação' presentes, que impactam de forma cada vez mais deletéria a vida dos professores(as)/ pesquisadores(as)

No que diz respeito às preocupações e previsões para o futuro da ciência percebi certa divisão de opiniões, porém com uma tendência de posicionamento algo pessimista e concordância quanto à necessidade de reação, resistência à lógica vigente. Outro foco de preocupação está na formação dos alunos de pós-graduação. Críticas negativas foram feitas a respeito da condução vigente desse processo, com a percepção de um empobrecimento e possíveis resultados catastróficos para o futuro da ciência. O resultado mais interessante com relação às preocupações dos entrevistados foi a descrição de suas percepções e preocupações

com relação aos novos professores(as)/ pesquisadores(as). A situação dos novos professores(as)/ pesquisadores(as) foi descrita como situação de certa vulnerabilidade diante desta nova lógica, estando estes expostos a uma competição desigual e com poucas oportunidades de crescimento e desenvolvimento de suas 'singularidades'. Tal situação os difere completamente dos pesquisadores mais antigos, que tiveram a oportunidade de desenvolver seu trabalho em um 'cenário' menos competitivo, menos coercitivo.

A partir desses resultados, convoco os leitores a reflexões sobre algumas questões:

- Será que os critérios quantitativos de avaliação privilegiaram áreas específicas da produção do conhecimento? Será que estreitaram a “ótica multidisciplinar (de diversidade no pesquisar)” e “a dialógica de construção de objetos”, defendidas por Madel Luz (2008) como características da Saúde Coletiva?
- Como sustentar a idéia de um ‘coletivo de pensamento’ se essas pessoas não conseguem sustentar uma relação de troca de pensamentos ou de reciprocidade de influência?
- Estaria essa lógica produtivista e de curto prazo estimulando uma produção científica mais compatível com a ciência normal do que com a inovação, ou a revolução científica?
- Se não há percepção de espaço semem para inovação em uma instituição estatal: Qual será o futuro da ciência?
- Manteremos esse sentimento de ‘impotência’ diante dessa lógica, que não nos permite criticar de forma mais veemente a qualidade dúbia da produção científica atual?
- Manteremos as características da formação atual permitindo que esta reforce a lógica vigente e de suas conseqüências catastróficas? Ou promoveremos a reformulação, a reinvenção da formação na pós-graduação, como tentativa de garantir um futuro mais promissor para a ciência?

- Estaríamos de fato submetidos a um ‘poder’ soberano que nos impeça uma reflexão mais profunda sobre o tema e nos percebemos como parte desse processo?
- Manteremos essa consciência, não transformadora, do sofrimento comum (‘consciência em si’), mas ainda desprovida de uma crítica que permita nos colocarmos em um movimento efetivo de busca pela transformação, de reconstrução da realidade (‘consciência para si’)?
- Será que já não é tempo de transformar resistências individuais a esta lógica em uma resistência coletiva, de reorganização social, ou da academia?

Nesse ponto de destaque, novamente, o ensaio de construção de uma ‘consciência para si’ realizado pelos professores(as)/ pesquisadores(as) do IMS/UERJ quando redigiram a “Carta aberta à comunidade de pós-graduação em saúde coletiva” (Anexo 1). Porém, mantém-se pulsante o sentimento de necessidade de reformulação, ‘ressignificação’ dessa realidade. Sendo assim, convoco os professores(as)/ pesquisadores(as) do IMS/UERJ a construir uma “nova consciência”, uma postura crítica ativa e transformadora, que nos permita reescrever esta história.

Por fim, aponto algumas questões que poderiam nortear pesquisas futuras. Destaco, o fato de não ter encontrado na literatura dados sobre os impactos da lógica vigente sobre os novos professores(as)/ pesquisadores(as), levando-me a pensar na necessidade de mais estudos que explorem esse tema. Além disso, permito-me afirmar que, mesmo sem a associação direta, pelos entrevistados, com a lógica regente dos processos produtivos na ‘sociedade industrial ou de mercado’, presenciei a manutenção das mesmas relações sociais atuantes sobre os sujeitos. Relações essas que promovem a manutenção de um comportamento produtivo estereotipados, com anulação completa do sujeito, nos quais se manifestam sofrimentos e angústias, por vezes, sequer compreendidos pelo próprio. Algo que parece contraditório, quando pensamos em sujeitos, de certa forma, responsáveis pela produção do conhecimento dentro de um campo denominado “Saúde Coletiva”, com questionamentos que talvez pudessem ser explorados por novos estudos. Será que estes sujeitos perderam a capacidade de refletir sobre sua saúde? Será que

perderam a capacidade de cuidar, proteger e promover saúde em seu 'próprio coletivo'?

REFERÊNCIAS

- BARATA, Rita B. A Pós-Graduação e o Campo da Saúde Coletiva. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 18 (2): 189-214, 2008.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004, 223 p.
- BARROS, Aluísio J. D. Produção científica em saúde coletiva: perfil dos periódicos e avaliação pela Capes. **Rev Saúde Pública**, São Paulo; 40(N Esp): 43-49, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004, 86p.
- BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico I (PADCT I)**
- _____. **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico III (PADCT III)**, Documento básico. Brasília: CNPq, 1998, 146 p.
- CAMARGO JR., Kenneth R. Produção científica: avaliação da qualidade ou ficção contábil? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 29(9): 1707-1730, set. 2013.
- CAMPOS, Gastão Wagner S. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. **Sociedade e Cultura**, Goiás, 3 (1 e 2): 51-74, jan/dez. 2000.
- CASTIEL, Luis D; e SANZ-VALERO, Javier. Entre fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23(12): 3041-3050, dez. 2007.
- CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. **História das idéias políticas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, 375p.
- CONDÉ, Mauro L. L. Prefácio à edição brasileira, um livro e seus prefácios: de pé de página a novo clássico. In: FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010, 205 p.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Relação de Cursos Recomendados e Reconhecidos**. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=>

[pesquisar&codigoArea=40600009&descricaoArea=&descricaoAreaConhecimento=SA%DADE+COLETIVA&descricaoAreaAvaliacao=SA%DADE+COLETIVA#](#);
acesso em 29/03/15.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Relatório de Avaliação 2010-2012 – Trienal 2013**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4682-saude-coletiva>;
acesso em 29/03/15.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Documento de Área e Comissão Trienal 2013**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4682-saude-coletiva>;
acesso em 29/03/15.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Resultados da **Avaliação 2001 (triênio 1998/2000)**. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/AvaliacaoTrienalServlet?ano=2000&acao=pesquisar&IES=UERJ&Area=22>; acesso em 01/04/15.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Resultados da Avaliação 2004 (triênio 2001/2003)**. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/AvaliacaoTrienalServlet?ano=2003&acao=pesquisar&IES=UERJ&Area=22>; acesso em 01/04/15.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Resultados da Avaliação 2007 (triênio 2004/2006)**. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/AvaliacaoTrienalServlet?ano=2006&acao=pesquisar&IES=UERJ&Area=22>; acesso em 01/04/15.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Resultados Finais - Avaliação trienal 2010**. Disponível em: http://trienal.capes.gov.br/wp-content/uploads/2011/08/Resultados-Finais-Trienal-2010_2.pdf; acesso em 01/04/15.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Resultado Final da Avaliação Trienal 2013 após Análise de Recursos**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/36-noticias/6908-capes-divulga-resultado-final-da-avaliacao-trienal-2013-apos-analise-de-recursos>; acesso em 01/04/15.

DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 2015, 145p.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. ***The three worlds of welfare capitalism***. New Jersey: Princeton University Press, 1990, 248 p.

FEYERABEND, Paul K. **Contra o método**. São Paulo: Editora UNESP, 2011: 373 p.

FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010, 205p.

FREITAS, Maria H. A. Avaliação da produção científica: considerações sobre alguns critérios. *Psicol. esc. educ.*, 2(3): 211-228 , 1998. ou

FREITAS, Maria H. A. **Avaliação da produção científica**: considerações sobre alguns critérios (Parte de dissertação de mestrado da autora). 1998. Disponível em: pepsic.bvsalud.org/pdf/pee/v2n3/v2n3a02.pdf; acesso em: 09/03/15.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008, 200 p.

GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às avessas**: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento. Rio de Janeiro: LTC, 2013, 197 p.

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. São Paulo: Editora Annablume, 2003, 247 p.

HACKING, Ian. Ensaio Introdutório. In: KUHN, T.S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013 (p. 9-47).

HOCHMANN, Gilberto. A ciência entre a comunidade e o mercado: leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina (Capítulo 8). In: PORTOCARRERO, V. (org.). **Filosofia, história e sociologia das ciências I**: abordagens contemporâneas [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994 (p. 199-231); disponível em: [http://www.academia.edu/1045501/A ci%C3%Aancia entre a comunidade eo mercado leituras de Kuhn Bourdieu Latour e Knorr-Cetina 1994](http://www.academia.edu/1045501/A_ci%C3%Aancia_entre_a_comunidade_eo_mercado_leituras_de_Kuhn_Bourdieu_Latour_e_Knorr-Cetina_1994); acesso em: 24/02/15.

INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL (IMS). **Manual do Aluno**. Rio de Janeiro: Secretaria do IMS, 1995, 19p.

KHUN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013, 323 p.

LUIZ, Ronir R. Avaliação de produtividade acadêmica: uma proposta de quantificação. **RBPG**, Brasília, 3(6): 300-312, dez. 2006.

LUZ, Madel. Notas sobre a política de produtividade em pesquisa no Brasil: Consequências para a vida acadêmica, a ética no trabalho e a saúde dos trabalhadores. **Política & Sociedade**, Florianópolis, 13: 205-228, out. 2008.

MAFFRA, Lourrene C. A. Análise da negociação do PADCT I com o Banco Mundial: a atuação das comunidades epistêmicas brasileiras. **Revista Conteúdo**, Capivari, 2(1): 1-16, jan./jul. 2012.

MARX, Karl. **O Capital**, crítica da economia política: o processo de produção do capital, Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, volume 1, 966 p.

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor**: o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014, 314 p.

MENDONÇA, André L. O. Dos valores *de* medida aos valores *como* medida: uma avaliação axiológica da avaliação acadêmica. **Ensaios Filosóficos**, X: 111-133, dez. 2014.

MUGNAINI, Rogério. **Caminhos para adequação da avaliação da produção científica brasileira**: impacto nacional *versus* internacional (Tese de Doutorado). 2006. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2006, 254 p.

NUNES, Everardo D. Saúde coletiva: história de uma idéia e de um conceito. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, 3(2): 5-21, 1994.

NUNES, Everardo D; FERRETO, Lirane E; OLIVEIRA, Ana Luiza O; NASCIMENTO, Juliana L; BARROS, Nelson F; CASTELLANOS, Marcelo Eduardo P. O campo da Saúde Coletiva na perspectiva das disciplinas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 15(4):1917-1922, 2010.

NUNES, Everardo D; FERRETO, Lirane E; BARROS, Nelson F. A pós-graduação em Saúde Coletiva no Brasil: trajetória. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 15(4):1923-1934, 2010.

OLIVEIRA, Marcos B. A avaliação neoliberal na universidade e a responsabilidade social dos pesquisadores. **Scientiæ Studia**, São Paulo, 6(3): 379-87, 2008.

PAIM, Jairnilson S; ALMEIDA FILHO, Naomar. Saúde coletiva: uma “nova saúde pública” ou campo aberto a novos paradigmas? **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, 32 (4): 299-316, 1998.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem** e ensaios correlatos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, 382 p.

RODRIGUES, Paulo H. A. Desafios políticos para a consolidação do Sistema Único de Saúde. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, 21(1): 37-59, jan./mar. 2014.

ROONEY, Anne. **A história da matemática**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012, 216 p.

SCHWARTZMAN, Simon; KRIEGER, Eduardo; GALEMBECK, Fernando; GUIMARÃES, Eduardo A.; e BERTERO, Carlos O. Science and Technology in Brazil - A New Policy for a Global World (summary paper). 1993. Disponível em: https://archive.org/details/ScienceAndTechnologyInBrazilANewPolicyForAGlobalWorldsummary_415; acesso em: 09/03/15.

VILLELA, Wilza; MONTEIRO, Simone; VARGAS, Eliane. A incorporação de novos temas e saberes nos estudos em saúde coletiva: o caso do uso da categoria gênero. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 14(4): 997-1006, 2009.

WEBQUALIS. Classificação Qualis de Periódicos. Disponível em: <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/publico/pesquisaPublicaClassificacao.seam>; acesso em 30/03/2015.

APÊNDICE 1 – Roteiro de entrevista**IDENTIFICAÇÃO:**

Nome completo: _____

Cargo ou função: _____

Período no cargo ou função: _____

Disciplina ou departamento ao qual está vinculado(a):

 Epidemiologia CHS PPAS**ENTREVISTA:**

O fato de a mudança no sistema de fomento e avaliação de C&T no Brasil ter se dado no âmbito das políticas de ajuste estrutural, aparentemente, dá bases a algumas preocupações e críticas que vêm surgindo com relação ao sistema de avaliação adotado pela CAPES, a partir de 1998, e a própria produção científica no país. A leitura de algumas produções sobre o tema permitiu a identificação preliminar de alguns possíveis eixos norteadores destas preocupações e críticas. Dentre estes poderiam ser citados: a **“mercantilização” da produção científica**; a **avaliação quantitativa** e o **clima de “publique-se a qualquer preço”**; as preocupações com **inovação e qualidade**; e questões relacionadas a **interdisciplinaridade e os diferentes saberes na área de Saúde Coletiva**. Além desses, preocupa-me os **impactos desta ‘lógica’ sobre a vida profissional e pessoal do(a) professor(a)/pesquisador(a)**.

Nesse contexto, gostaria de saber sua opinião sobre cada um desses ‘eixos de preocupações e críticas’, bem como, suas observações sobre os impactos desta ‘lógica’ sobre a sua vida profissional e pessoal. Por fim, gostaria de saber se teria outras questões a serem colocadas sobre o tema.

APÊNDICE 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado(a) Professor(a)/Pesquisador(a),

Venho, por meio deste, convidar-lhe a participar, como voluntário, da pesquisa intitulada “Produtivismo e universidade: impactos sobre a vida acadêmica”, conduzida por Tatiana Reich, cujos dados coletados levarão a redação da dissertação da pesquisadora responsável, como critério para conclusão de seu curso de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado acadêmico) em Saúde Coletiva do IMS da UERJ.

O(A) prezado(a) foi selecionado(a) para participar desta pesquisa devido a sua participação direta ou indireta na operacionalização interna dos critérios de avaliação da CAPES, ou por vivenciar as mudanças que estes determinaram na vida acadêmica, como membro do corpo docente deste Instituto. Você poderá escolher se deseja ou não manter o anonimato. Caso escolha por manter o anonimato, não serão divulgados seus dados de identificação, nem identificadas as citações de sua entrevista. Caso escolha por NÃO manter o anonimato, poderão ser divulgados seus dados de identificação e identificadas as citações de sua entrevista. Lembrando que, após a conclusão deste trabalho, os dados coletados serão analisados e utilizados para fins acadêmicos e científicos, e poderão ser publicados em revistas especializadas ou outros. Cabe ressaltar que a presente pesquisa será conduzida obedecendo às orientações éticas do Comitê de Ética em Pesquisa do IMS/UERJ, sendo a participação nesta facultativa, podendo o(a) entrevistado(a) desistir desta a qualquer momento, sem qualquer ônus ao(a) mesmo(a) ou à pesquisadora.

Por tratar-se de um tema polêmico, os possíveis riscos desta pesquisa estão relacionados a incômodos ou desconfortos gerados pelo próprio. Como consequência há possibilidade de danos à dimensão psíquica, moral e social / profissional dos entrevistados que decidirem pelo NÃO anonimato.

Cabe ressaltar que esta pesquisa busca construir um melhor entendimento da reestruturação da ‘vida acadêmica’, e dos possíveis impactos desta sobre a produção científica, a interdisciplinaridade, a inovação, a responsabilidade social da ciência e a qualidade de vida dos professores(as) / pesquisadores(as) da Saúde

Coletiva. Contribuindo para reflexões, discussões e, até mesmo, revisão dos critérios de avaliação dos programas de pós-graduação, implementados pela CAPES, de forma a possibilitar melhorias na própria ciência e na vida dos professores(as) / pesquisadores(as), para além do Instituto de Medicina Social da UERJ. Por fim, acrescento que a participação nesta não é remunerada, nem implicará em gastos para os participantes.

Caso aceite o presente convite e concorde com o explicitado neste documento, sua participação se dará por meio de entrevistas, realizadas pela própria pesquisadora, as quais serão gravadas em arquivos de áudio e, posteriormente, transcritas em forma de texto, se assim permitido. A entrevista terá como base roteiro único a ser aplicado a todos os entrevistados, e estará alinhada com o objetivo desta pesquisa. O material produzido a partir destas será, posteriormente, submetido à análise de conteúdo, definindo-se categorias e subcategorias de análise.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assinale abaixo sua decisão com relação à autorização da gravação e transcrição da entrevista, sua decisão com relação à manutenção do anonimato, e assine, ao final deste documento, formalizando sua concordância em participar da mesma. Este documento possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável / coordenador da pesquisa. Seguem os telefones, endereços eletrônicos e o endereço institucional do pesquisador responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Contatos do pesquisador responsável: Tatiana Reich, mestranda do Instituto de Medicina Social da UERJ, departamento de PPAS, E-mail: tatireich@gmail.com, telefone de contato: (21) 99606-1010.

Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Medicina Social da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524 – sala 7.003-D, Maracanã, Rio de Janeiro, CEP 20559-900, telefone (21) 2334-0235, ramal 108. E-mail: cep-ims@ims.uerj.br

Autoriza a gravação e a transcrição da entrevista? () Sim () Não

Deseja manter o anonimato? () Sim () Não

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

Rubrica do participante



Rubrica da pesquisadora



APÊNDICE 3 – Relação dos diretores do IMS e coordenadores da comissão de pós-graduação do ims entre 1998 e 2015

Diretores do IMS entre 1998 e 2015⁷

| ANO DE INÍCIO | DOCENTE |
|----------------------|------------------------|
| 1995 | Ricardo Tavares |
| 1999 | João Regazzi Gerk |
| 2004 | Ruben Araújo de Mattos |
| 2008 | Cid Manso |

Coordenadores da Comissão de Pós-graduação do IMS entre 1998 e 2015⁸

| PERÍODO | DOCENTE |
|----------------|-------------------------------|
| 1997 a 1999 | Rosely Sichieri |
| 1999 a 2000 | Maria Lucia Penna |
| 2000 a 2001 | Sergio Carrara |
| 2001 a 2003 | Cid Manso |
| 2003 a 2005 | Kenneth Rochel de Camargo Jr. |
| 2005 a 2007 | Guilherme Werneck |
| 2007 a 2009 | Kenneth Rochel de Camargo Jr. |
| 2009 a 2011 | Kenneth Rochel de Camargo Jr. |
| 2011 a 2013 | Jane Russo |
| 2013 a 2015 | Claudia Leite de Moraes |

⁷ Informações concedidas pela Secretaria do IMS/UERJ

⁸ Informações concedidas pela Secretaria do IMS/UERJ

APÊNDICE 4 – Convite

Prezado(a) Professor(a)/Pesquisador(a),

Venho, por meio deste, convidar-lhe a participar, como voluntário, da pesquisa intitulada “Produtivismo e universidade: impactos sobre a vida acadêmica”, conduzida por mim (Tatiana Reich), cujos dados coletados levarão a redação de minha dissertação, como critério para conclusão do curso de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado acadêmico) em Saúde Coletiva do IMS da UERJ.

O(a) senhor(a) foi selecionado(a) para participar desta pesquisa devido a sua participação direta ou indireta na operacionalização interna dos critérios de avaliação da CAPES, ou por vivenciar as mudanças que estes determinaram na vida acadêmica, como membro do corpo docente deste Instituto.

Sua participação se dará por meio de entrevista, a qual será gravada em arquivo de áudio e, posteriormente, transcrita em forma de texto, se assim permitido. A entrevista terá como base roteiro único, aplicado a todos os entrevistados. O material produzido a partir destas será, posteriormente, submetido à análise de conteúdo, definindo-se categorias e subcategorias de análise.

Cabe ressaltar que esta pesquisa busca construir um melhor entendimento da reestruturação da ‘vida acadêmica’, iniciada em meados dos anos 1980, quando o Brasil passou a reformar seus sistemas de inovação, a partir da percepção de que a área de ciência e tecnologia (C&T) seria estratégica para o desenvolvimento, levando a elaboração e execução de três Programas de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), resultantes de acordo de empréstimo entre o governo brasileiro e o Banco Mundial. Bem como, construir um melhor entendimento dos possíveis impactos, desta reestruturação, sobre a produção científica, a interdisciplinaridade, a inovação, a responsabilidade social da ciência e a qualidade de vida dos professores(as) / pesquisadores(as) da Saúde Coletiva. Contribuindo para reflexões e discussões sobre os critérios de avaliação dos programas de pós-graduação, implementados pela CAPES, de forma a subsidiar melhoras nas condições de se fazer ciência e na vida dos professores(as) / pesquisadores(as), para além do Instituto de Medicina Social da UERJ.

Sei dos inúmeros compromissos de sua agenda, mas, em virtude de questões profissionais, mudei-me recentemente para Porto Alegre, e estarei no Rio de Janeiro nos dias **(dias) de (mês)**. Com isso, gostaria de saber se seria possível agendarmos algo para estes dias. Caso não seja possível, gostaria que me sugerisse outras possíveis datas. Conto com sua ajuda para conclusão deste projeto, uma vez que meu prazo de defesa encontra-se bem curto, e me foi imposta a dificuldade da distância física, recentemente.

Grata desde já.

Aguardo resposta.

Tatiana Reich.

ANEXO 1 - Carta aberta à comunidade de pós-graduação em saúde coletiva

Nós, professores do IMS, após intensas discussões internas, nos dirigimos à comunidade de ensino pós-graduado e de pesquisa em Saúde Coletiva para compartilhar nossa preocupação com os processos de avaliação da pós-graduação em função dos problemas que têm gerado para alguns programas, bem como apresentar algumas ideias para o aperfeiçoamento desses processos.

Consideramos que é fundamental romper com a lógica concorrencial, que impõe um mercado competitivo em moldes capitalistas entre programas, com a compilação a posteriori de indicadores quantitativos que têm estimulado, sobretudo no que diz respeito à produção acadêmica, uma espécie de "corrida do ouro" com reflexos negativos para a própria ciência que produzimos.

Romper com essa lógica implica estabelecer a priori o que se considera como metas desejáveis para os programas de pós-graduação no país e, uma vez que alcancem as metas propostas, valorizar mais os indicadores qualitativos para a discriminação entre eles. Ou seja, é fundamental que se estabeleça uma definição prévia do que se considera como atuação ideal dos diversos programas para que, dentro desse horizonte, se possa avaliá-los.

Consideramos que um pequeno conjunto de modificações incrementais em alguns aspectos da avaliação já permitirão um avanço considerável com relação a esses objetivos de fundo:

- Revisão do Qualis, elegendo um conjunto restrito de revistas consideradas relevantes pela área que seriam valorizadas independentemente dos seus indicadores bibliométricos. Um comitê designado pelo fórum de coordenadores faria essa seleção, consultando os programas, que proporiais revistas e informariam o motivo de propô-las. As demais revistas seguiriam sendo classificadas nos moldes atuais;

- Estabelecimento de critérios de comparação quantitativa da produção (exemplo: mediana do programa) respeitando os diferentes perfis dos programas de pós-graduação na área da Saúde Coletiva, garantindo-se efetivamente uma comparação inter pares, (minimamente, separando os programas abrangentes, isto

é, que contêm as três áreas tradicionais da Saúde Coletiva - Epidemiologia, Ciências Sociais e Humanas, e Política e Planejamento em Saúde -; os programas com apenas uma área de atuação, como Epidemiologia; e, finalmente, os programas temáticos, como Ambiente ou Saúde do Trabalhador);

- Estabelecimento de avaliação qualitativa pelo comitê, segundo critérios objetivos a serem pactuados via fórum, de um número limitado de produtos de docentes selecionados por cada programa, com proporcionalidade ao tamanho de seu corpo docente. Os programas indicariam os produtos e, para cada um deles, apresentariam informações sobre a participação do(s) docente(s) do programa em sua elaboração (nos casos de múltipla autoria) e sua relevância para a área de Saúde Coletiva;

- Maior valorização da formação discente, considerando a quantidade de egressos e uma avaliação também qualitativa, nos mesmos moldes da proposição anterior, de teses e dissertações;

- Estabelecimento de metas mínimas de produção a priori para os programas, ao invés de decisão a posteriori, ao final do triênio.

Lembramos que a discussão em torno do esgotamento do atual modelo de avaliação tem sido levantada em diversos fóruns, apontando para a urgência de buscarmos um modelo alternativo que contemple a diversidade da área e a riqueza das atividades que a compõem.